

**RAFAELA KELSEN DIAS**

**IGUAL A TODAS, DIFERENTE DE TODAS:  
A RE-CRIAÇÃO DA CATEGORIA “MULHER” EM *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE  
MULHERES*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

**PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS:  
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E CULTURA**

Agosto de 2015

**RAFAELA KELSEN DIAS**

**IGUAL A TODAS, DIFERENTE DE TODAS:  
A RE-CRIAÇÃO DA CATEGORIA “MULHER” EM *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE  
MULHERES*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

**Área de concentração:** Teoria Literária e Crítica da Cultura

**Linha de Pesquisa:** Literatura e Memória Cultural

**Orientadora:** Adelaine LaGuardia

**PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS:  
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E CULTURA**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D541i Dias, Rafaela Kelsen.  
IGUAL A TODAS, DIFERENTE DE TODAS: A RE-CRIAÇÃO  
DA CATEGORIA "MULHER" EM INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE  
MULHERES, DE CONCEIÇÃO EVARISTO / Rafaela Kelsen  
Dias ; orientadora Adelaine LaGuardia. -- São João  
del-Rei, 2015.  
131 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Letras) --  
Universidade Federal de São João del-Rei, 2015.

1. Gênero. 2. raça. 3. narrativa. 4. política. 5.  
Conceição Evaristo. I. LaGuardia, Adelaine , orient.  
II. Título.

**RAFAELA KELSEN DIAS**

**IGUAL A TODAS, DIFERENTE DE TODAS:  
A RE-CRIAÇÃO DA CATEGORIA “MULHER” EM *INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE  
MULHERES*, DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaine LaGuardia - UFSJ  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana da Conceição Tolentino - UFSJ

---

Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte - UFMG

---

Prof. Dr. Anderson Bastos Martins  
Coordenador do Programa de Mestrado em Letras

Ao meu sobrinho, Bernardo, que nasce junto com esta dissertação e confere sentido e responsabilidade nova às minhas palavras.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de São João del-Rei, pela oportunidade, e a toda a equipe do PROMEL nas pessoas dos professores, que efetivamente colaboraram para a consolidação desta pesquisa.

Aos meus colegas e amigos Ana, Aracele, Daniela, Henrique e Talita, pelas descobertas, aflições e alegrias partilhadas entre nossa pequena, mas tenaz confraria.

À professora Doutora Adelaine LaGuardia, antiga inspiração para o meu ofício e orientadora deste estudo. Primeiramente, agradeço pelo irrestrito, cordial e persistente apoio, apesar de tudo. Agradeço por me apresentar o *corpus* desta dissertação e por me guiar na fascinante e grandiosa incumbência de ler Conceição Evaristo. Por fim, e acima de tudo, a ela agradeço por me desvelar um lugar de fala, no qual, *em baixa voz, se violenta os tímpanos do mundo*.

À Juliana Costa, que, mesmo sem me conhecer, enviou meu primeiro exemplar de *Insubmissas lágrimas*.

À Ana e à professora Doutora Eliana Tolentino, que gentilmente me presentearam com outros títulos de Evaristo.

À professora Doutora Conceição Evaristo, pela sua obra, por me acolher e por comungar comigo um pouco sobre sua valiosa história e fazer artístico (à professora Eliana, novamente, por incentivar esse encontro).

Aos professores Doutores Luiz Manoel da Silva e Suely Quintana, pela delicadeza em voluntariamente me emprestar títulos de seu acervo pessoal.

À direção e aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – *Campus SJDR*, pelo incentivo e suporte necessários à realização desta empreitada. Em especial, aos amigos Gisele e Diogo, pela cumplicidade nos trilhos e às margens de todo este caminhar.

À Gabi e à Lídia, pelas balsâmicas e providenciais conversas no corredor entre as aulas e o trabalho e no decorrer da redação deste estudo.

Aos meus pais, pelos sacrifícios somados em prol de minha formação.

Aos meus irmãos Fagner e Fabrícia, que vieram antes de mim e que, junto aos meus pais, pavimentaram as vias onde caminham os meus anseios.

À minha irmã Renata, companhia imprescindível desde o ventre de minha mãe, por perseverar em caminhar ao meu lado, principalmente nestes dois últimos anos.

A Deus e à ideia de Deus.

## RESUMO

Este estudo debruça-se sobre a conceituação de “mulher” estabelecida nos contos da antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), de Conceição Evaristo. Pautando-se em postulados do debate feminista contemporâneo, que considera a questão da alteridade ao mesmo tempo em que esboça um retorno às noções de corporeidade e unidade política feminina, esta pesquisa entende as narrativas em questão como amálgama estratégico das noções de diferença e identidade. Sem prescindir da discussão sobre o engajamento de Evaristo nos movimentos Negro e Feminista e, particularmente, na edificação de uma tradição literária feminina e afro-brasileira, procura-se entender como, ao incorporar em suas personagens inúmeros eixos de subalternidade, a autora delinea a imagem de femininos coadunados, apesar de plurais. Para o desenvolvimento dessas reflexões, se investiga como conceitos tais quais “discursividade de gênero e raça”, “essencialismo estratégico” e “sujeito autoral” influenciam e possibilitam a re-criação da categoria mulher no *corpus* analisado.

**Palavras-chave:** Gênero; raça; narrativa; política; Conceição Evaristo



## ABSTRACT

This study focuses on the conceptualization of “woman” established in the short stories of the anthology *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), by Conceição Evaristo. Based on the postulates of the contemporary feminist debate, that considers the alterity issue and, at the same time, outlines a return to the notions of feminine corporeality and political unity, this research understands the narratives in hand as a strategic amalgam of the notions of identity and difference. By considering Evaristo’s engagement in the Black and Feminist movements and particularly her involvement in the constitution of a female and African Brazilian literary tradition, we attempt to understand how, by incorporating many subaltern axes in the construction of her characters, the author delineates the image of consistent (despite plural) “feminines”. In order to develop those reflections, we investigate how concepts such as “gender and race discursivity”, “strategic essentialism” and “authorial subject” influence and enable the re-creation of the women category in the analyzed *corpus*.

**Key words:** Gender; race; narrative; politics; Conceição Evaristo

*EU-MULHER*

*Uma gota de leite  
me escorre entre os seios.  
Uma mancha de sangue  
me enfeita entre as pernas  
Meia palavra mordida  
me foge da boca.  
Vagos desejos insinuam esperanças.  
Eu-mulher em rios vermelhos  
inauguro a vida.  
Em baixa voz  
violento os tímpanos do mundo.  
Antevejo.  
Antecipo.  
Antes-vivo  
Antes - agora - o que há de vir.  
Eu fêmea-matriz.  
Eu força-motriz.  
Eu-mulher  
abrigo da semente  
moto-contínuo  
do mundo.*

(Conceição Evaristo)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1- A Subalternidade inscrita: demarcação político-identitária na obra de Conceição Evaristo.....	29
1.1. Corpos morenos, reflexos embranquecidos .....	30
1.2 Da oralidade negada à escrita enegrecida .....	423
1.3 Na escrita, a subversão: perspectivas sobre uma literatura menor .....	60
2- “Mulher”: o mapa de semelhanças e diferenças em <i>Insubmissas lágrimas de mulheres</i> .....	667
2.1 Por um sujeito mulher: possibilidades e reivindicações.....	67
2.2 Materializações do feminino: o corpo.....	70
2.2.1 Corpos / Sujeitos .....	70
2.2.2. Corpos objetos.....	78
2.2.3. Corpos abjetos.....	84
2.3 Entre a mater dolorosa e as gestações repulsivas: a mulher-mãe .....	92
2.3.1. Não à matrofobia: o retorno da mãe .....	93
2.3.2 “Que o meu leite fosse um mortal veneno”: os ventres interditos .....	98
2.4 O meu sexo é também a minha cor: um feminino negro?.....	102
2.4.1 Negras feridas.....	103
2.4.2 Na diferença, a unidade .....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	121

## INTRODUÇÃO

“A noite não adormece nos olhos das mulheres”, assinala Conceição Evaristo em um de seus poemas, ao fazer alusão à resistência, elemento constante e imprescindível na trajetória que conduz o sexo feminino ao universo das relações de poder. Hoje, já em meados da segunda década do século XXI e passadas muitas dessas noites em claro, as mulheres inegavelmente podem inscrever na história que lhes é particular uma série de avanços e conquistas em áreas tão diversas que vão desde a formação profissional ao livre arbítrio sobre o corpo.

Ao vislumbrar-se o mercado de trabalho, por exemplo, percebe-se que nunca se acolheu as mulheres de forma tão ampla e se permitiu a sua permanência com tamanha solidez. Dados do Ministério da Educação no Brasil indicam que a cada ano cresce o contingente daquelas formadas em ramos classificados como eminentemente “masculinos” (SACONI, 2014), ao passo que também aumenta o número de homens que, enfrentando os paradigmas de gênero, ingressam em profissões qualificadas como “menores”, uma vez que culturalmente associadas ao público feminino. (LUCENA, 2011).

Obviamente, o gradativo êxito das mulheres no campo profissional reflete a concretização de sua inclusão nos bancos da escola. A educação em grande parte do mundo contemporâneo constitui-se em direito resguardado às mulheres e, nas localidades onde isso não ocorre, exemplos como o da vencedora do Nobel da Paz, a paquistanesa Malala Yousafzai<sup>1</sup>, demonstram que a valorização da formação escolar não está circunscrita a mulheres de uma parcela reservada do globo e que, cada vez mais, aquelas refreadas em seu desejo de instruir-se protestam pela universalização da educação.

Ao mesmo tempo, é válido mencionar a paulatina consolidação do livre arbítrio sobre o corpo feminino, com a multiplicação e democratização dos meios

---

<sup>1</sup> Malala foi baleada, juntamente a outras meninas paquistanesas, ao insistir em permanecer frequentando a escola, mesmo após determinações contrárias do Talibã, grupo fundamentalista que domina o Paquistão.

contraceptivos e também, novamente, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho e seu amplo acesso à educação. Essa nova configuração sociocultural em que se inserem especialmente as mulheres do mundo ocidental, permite-lhes pela primeira vez na história experimentar os benefícios da independência sexual, financeira e intelectual. Ao perceberem-se autoras de suas próprias narrativas (ou pelo menos de alguns de seus capítulos), as filhas de Eva sustentam no presente uma considerável autonomia sobre o próprio corpo, sendo-lhes possível deliberar sobre tópicos como sexualidade e maternidade, ao mesmo tempo em que promovem cada vez mais o debate sobre a interrupção de gestações não planejadas.

Tais dados ganham ainda maior expressividade ao tomarmos os cargos de confiança e as lideranças políticas recentemente assumidas por mulheres em grandes potências econômicas, como a Alemanha, chefiada pela chanceler Angela Merkel, e o Brasil, governado pela presidente Dilma Rousseff. Podemos ainda elencar exemplos como o de Christine Lagarde, diretora-geral do Fundo Monetário Internacional e o de Michelle Bachelet e Cristina Kirchner, presidentes de Chile e Argentina, respectivamente. Junto a inúmeros outros ícones em escala mundial, essas mulheres ajudam a dismantelar os milenares elos estabelecidos entre liderança e masculinidade e indicam a constituição de um presente mais igualitário, ao mesmo tempo em que prenunciam a instituição de um futuro de maior representatividade feminina.

Ao vislumbrar-se a categoria mulher pelo viés das múltiplas configurações sociais que a intersectam e definem, paralelamente, é possível compreender de forma ainda mais apurada a dimensão do espaço galgado pelo público feminino na história recente. Exemplos literários como o de Carolina Maria de Jesus, primeira escritora negra brasileira a ter suas palavras-protesto ecoadas em nível nacional<sup>2</sup> e o

---

<sup>2</sup> Carolina Maria de Jesus, natural de Minas Gerais, nasceu em 1917 e trabalhou grande parte de sua vida realizando serviços domésticos. Tendo cursado apenas as duas primeiras séries iniciais, torna-se autodidata e, após mudar-se para a favela do Canindé, na capital paulista, passa a registrar em um diário as memórias da marginalização inscrita ao seu redor. O diário torna-se um livro, *Quarto de despejo*, que se converte em sucesso de vendas em 1960. Tendo publicado outros trabalhos em que se destaca uma aguda crítica social, como *Pedaços da fome* (1963), e depois de experimentar um momentâneo reconhecimento, a autora morre anônima e pobre em 1977. (SILVA, 2008)

de Conceição Evaristo, autora que atingiu o reconhecimento crítico e intelectual, apesar de sua origem social desfavorável<sup>3</sup>, assomam-se aos de muitas outras mulheres agrupadas em seu mesmo eixo de subalternidade — como as escritoras Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Cristiane Sobral e Cidinha da Silva —, e transparecem assim os desafios impostos pelas múltiplas configurações sociais no contexto das relações de gênero.

De forma análoga, serve de exemplo para essa constatação, a questão da violência contra a mulher ao redor do mundo. Embora o combate a tal prática venha se tornando uma política global, por questões culturais, a atuação de conjuntos como a chamada “Gangue Rosa” na Índia<sup>4</sup> deve ser apreciada de uma perspectiva completamente diversa da comoção provocada pelos “apitaços” da ONG pernambucana “Cidadania Feminina”<sup>5</sup>. Os atos de violência contra a mulher cometidos nos dois espaços são intimamente ligados às peculiaridades sociais que os permeiam. Conseqüentemente, enquanto um dos grandes desafios da Gangue Rosa são os abusos sexuais cometidos nas vias públicas indianas, na comunidade pernambucana onde se ouvem os apitaços, a maior preocupação é a violência silenciosamente sofrida nos ambientes domésticos. Em suma, ao apontarmos as barreiras de gênero suplantadas pelos diversos grupos de mulheres, necessitamos concomitantemente reconhecer que esses mesmos grupos têm bravamente

---

<sup>3</sup> Além da existência de inúmeros trabalhos acadêmicos produzidos a partir de sua obra (consultar, por exemplo, Araújo (2007) e Souza (2011)), deve-se mencionar que o romance de maior sucesso da autora, *Ponciá Vicêncio* (2007) foi indicado como leitura obrigatória para alguns vestibulares, entre eles o de 2008 da UFMG. A mesma obra foi traduzida para a língua inglesa em 2007 e encontra-se atualmente em processo de tradução para a língua francesa.

<sup>4</sup> A Gangue Rosa consiste em um grupo de mulheres que, vestidas de sari cor de rosa e armadas de um cajado da mesma cor, perambulam pelas aldeias no Estado de Uttar Pradesh, no norte da Índia, a fim de intimidar e combater aqueles que de alguma forma violentam mulheres. (DEVI, 2012). De acordo com dados do Escritório Nacional de Registros de Crimes da Índia, estima-se que a cada 21 minutos uma mulher seja estuprada no país. (NORTE, 2014)

<sup>5</sup> A partir de uma ideia da ONG Cidadania Feminina, a fim de combater a violência doméstica, a comunidade de Córrego do Euclides, em Recife, passou a usar o apito como sinal de alerta para as mulheres locais. Conforme bem o define reportagem do Portal Voluntário: “Trata-se de uma mensagem clara: uma mulher está sendo agredida e precisa da ajuda das companheiras, que prontamente assopram seus respectivos apitos, desencadeando uma sinfonia de silvos potente o suficiente para intimidar o agressor.” (UM, s.d.)

superado desafios outros relativos a um complexo de particularidades culturais e de pertencimentos identitários que perpassam e transpõem as questões de gênero.

Não obstante a consecução de tais êxitos, é preciso reconhecer que a igualdade de gênero está longe de ser alcançada. Motivações político-partidárias à parte, declarações como a recentemente imputada pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro, envolvendo a prática do estupro e sua possível justificativa em razão da aparência física da vítima, por exemplo, levantam o questionamento sobre o real estágio da igualdade de gênero, especialmente no Brasil<sup>6</sup>. Em alarmante coincidência com pesquisa divulgada pelo IPEA, segundo a qual 26% dos entrevistados relacionaram as ocorrências de estupro à vestimenta usada pelas vítimas (IPEA, 2014b), discursos como o do Deputado Bolsonaro pressagiam o porvir de muitas outras noites que não adormecerão nos olhos das mulheres.

Somente no Brasil, de acordo com o 8º Anuário de Segurança Pública, ocorrem 50 mil casos de estupro por ano (RASPANTI, 2014), sendo que, consoante o último relatório de desenvolvimento da ONU, o país ainda ocupa a 85ª posição no ranking de desigualdade de gênero, ao sustentar dados como: 121º lugar do ranking de participação de mulheres na política; taxa de desemprego feminina duas vezes maior que a masculina; concentração de apenas ¼ das mulheres no setor formal; concessão de salário médio aos homens 30% maior do que o das mulheres, entre outros.<sup>7</sup>

Tal realidade sexista, que ainda persiste em meio aos progressos alcançados pelas políticas de inclusão, intensifica uma vez mais questionamentos interpostos desde o alvorecer da prática feminista: O que podem fazer as mulheres para escapar a condições de subalternidade? Há de fato um adversário concreto à emancipação completa do sexo feminino? Devem as mulheres instituir uma ação conjunta a fim de reivindicar a constituição de uma sociedade mais igualitária?

---

<sup>6</sup> Em plena sessão plenária, o deputado declarou que não estupraria a deputada Maria do Rosário, por julgar que a mesma não o merece (MARIA, 2014). É preciso ressaltar que Bolsonaro é autor do Projeto de Lei 5398/13, que aumenta penas e condiciona liberdade do estupro à castração química.

<sup>7</sup> VISÃO geral. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/?page\\_id=86](http://www.onumulheres.org.br/?page_id=86)> Acesso: 22/12/14.

Como será defendido ao longo desta dissertação, a resposta a tais questionamentos é tolhida por duas indagações maiores e basilares: primeiramente, sob quais condições se sustenta o conceito “mulher” na contemporaneidade? E, por fim, a partir de quais negociações tal conceito pode conservar-se enquanto alicerce de políticas antissexistas? De forma correlata, considerando o papel determinante de “departamentos supostamente neutros da cultura, como a literatura e a teoria crítica”, na fundação e enraizamento de relações de poder (SAID, 1995, p. 245), a fim de pensarmos os dilemas acima enumerados, cabe ainda considerar um impasse latente para a crítica literária, terreno sobre o qual se inscreve o presente estudo: em que medida a literatura é capaz de refletir e inverter a realidade à qual remete, (neste caso específico, a realidade das relações de gênero)?

Orientado, portanto, pelo princípio pós-estruturalista do poder constitutivo do discurso e pautado nas tensões ideológicas envoltas no discurso literário, este trabalho medita sobre as questões acima aventadas através da leitura de uma das autoras mais renomadas da literatura afro-brasileira, a escritora mineira Maria da Conceição Evaristo de Brito. Amplamente reconhecida por seu ativismo feminista e negro, conforme será assinalado adiante, o traço primeiro a identificar-se em sua escrita é a incansável retratação de uma sociedade calcada em valores patriarcais, na qual a inclusão do sujeito mulher — e, em especial, da mulher negra — ainda se faz com reservas, seja na literatura, seja nas fronteiras que ultrapassam a ficção.

Obviamente, o caráter político arraigado à obra de Evaristo será entrelaçado à própria trajetória de vida da autora, que alterna passagens de opressão e insurgência. Nascida em 1946, em uma favela na zona sul de Belo Horizonte, onde dividia o espaço de um barraco com a mãe e nove irmãos, a escritora vivenciou as agruras de uma dupla marginalidade, enquanto indivíduo negro excluído dos círculos privilegiados da sociedade e enquanto mulher, alvo da opressão machista de seus próprios pares. A despeito dessas condições desfavoráveis, impulsionada pelos incentivos de sua mãe, Conceição Evaristo consegue conciliar os papéis de empregada doméstica e estudante, terminando assim, aos 25 anos, o Curso Normal. Com a mesma postura insubmissa, ainda



ingressa no magistério e estabelece sua formação acadêmica na área de Letras, sempre transparecendo em sua produção intelectual as inquietações de um sujeito feminino/negro.<sup>8</sup> Conforme sinalizam as palavras da autora no depoimento “Da grafia desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”, essa persistência que caracteriza a bio-grafia de Evaristo reverbera o ímpeto de viver do conjunto de mulheres componentes de seu grupo familiar:

Venho de uma família em que as mulheres, mesmo não estando totalmente livres de uma dominação machista, primeira a dos patrões, depois a dos homens seus familiares, raramente se permitiam fragilizar. Como “cabeça” da família, elas construíam um mundo próprio, muitas vezes distantes e independentes de seus homens e mormente para apoiá-los depois. Talvez por isso tantas personagens femininas em meus poemas e em minhas narrativas? (EVARISTO, 2007, p. 20)

Manifestamente, a teimosia, esteio das mulheres com quem Evaristo divide o parentesco e as aflições, será também o elemento central de sua escrita e o âmago de sua compreensão de literatura quando gerada em contextos de subalternidade. Para a autora, o ato de escrever para mulheres pertencentes ao seu grupo étnico-racial significa uma “auto-inscrição no interior do mundo”, sendo que, para ela, “em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação”. (EVARISTO, 2007, p. 20)

Ao lado dessa pulsão insubordinada, no depoimento citado anteriormente, no qual a autora aponta não os livros, objetos fugidios à redoma miserável da favela, mas a contação de histórias, como o seu primeiro e mais profundo contato com a literatura, identifica-se o prelúdio de um dos maiores motes de seu fazer literário: o

---

<sup>8</sup> Evaristo assina a autoria de textos teórico-críticos, usualmente relacionados às temáticas de gênero e etnia. Cabe ressaltar que em 1996 ela obteve o título de mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa Afro-Brasilidade* e em 2011 ela se tornou doutora em Letras (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense ao apresentar a tese *Poemas Malungos: Cânticos irmãos*.

traçar de uma “escrevivência”. Embora a própria autora reconheça a dificuldade em definir essa concepção de escrita por ela formulado, é o próprio discurso da autora – ficcional ou teórico-crítico – que vem nos indicar a escrevivência enquanto texto para o qual a vida atua como “pano de fundo” (EVARISTO, 2013b)

Nesse sentido, uma vez que mulher negra brasileira, Evaristo transparecerá ao longo de sua obra as marcas que delimitam o seu pertencimento étnico-racial e de gênero. Seja em sua prosa ou poesia, a presença da mulher negra far-se-á um constante símbolo da opressão experienciada e também metáfora do forte sob o qual frequentemente homens e crianças se abrigam em meio às noites de desalento. Ao se contemplarem narrativas como *Ponciá Vicêncio* (2007) e *Becos da Memória* (2006) ou poemas como “Eu-mulher”, “Vozes-mulheres” ou “A noite não adormece nos olhos das mulheres”<sup>9</sup>, observa-se a constituição de uma intensa “confluência da memória e da ficção” (EVARISTO, 2013b), a partir da qual a experiência e a voz do sujeito autoral confundem-se às histórias traçadas para as suas personagens.

Tal processo de identificação, que entrelaça as vivências encarnadas em Evaristo às de mulheres concebidas em sua arte, irá ampliar-se e singularizar-se na antologia de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), motivo pelo qual se elegeu tal obra como *corpus* desta dissertação. Nessa antologia, composta de treze contos, tem-se, mais uma vez, a representação contínua da figura feminina e negra, bem como de seus esforços para vencer as discriminações sociais. Todavia, embora gênero e raça aqui sejam novamente os pilares sobre os quais Evaristo constrói uma perspectiva da exclusão social, em *Insubmissas* também são problematizadas as formas como esses dois referenciais identitários oscilam quando tecidos a outros eixos de subalternidade como a velhice, a deficiência física, o homossexualismo, entre outros.

Conforme proporemos, tal problematização irá convergir diretamente com dois dilemas basilares já mencionados: a pertinência do conceito “mulher” na

---

<sup>9</sup> Todos os três poemas encontram-se na antologia *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008).

atualidade e as negociações necessárias para a constituição de um sujeito político feminista capaz de falar para/pelo conjunto total de mulheres. De forma especial, será defendida a íntima relação das narrativas de *Insubmissas* com as discussões propostas em três momentos cruciais do debate teórico feminista: a “Segunda Onda,” fomentada a partir dos anos 1960, a “Terceira Onda”, a partir de meados da década de 1970, e principalmente as reflexões empreendidas na atualidade, as quais alguns teóricos já identificam como fruto de uma “Quarta onda feminista”. Para explicitar posteriormente em que medida a antologia dialoga com tais debates em torno do sujeito “mulher”, faz-se necessário introduzir aqui algumas das postulações advindas de cada um desses períodos.

Ao nos dirigirmos para o histórico do discurso feminista, compreendemos que o advento da chamada “segunda onda”, na década de 1960, constitui-se em etapa essencial para a consolidação política do movimento. Foi a partir dessa fase, e particularmente por meio da vertente feminista radical, que se corroborou a noção de unidade entre as mulheres. Segundo o pensamento difundido à época, a submissão feminina dava-se, sobretudo, em razão da constituição biológica da mulher. Pressupunha-se que alguns elementos corporais eram utilizados de forma similar em diferentes culturas a fim de fundamentar a diferença sexual e, conseqüentemente, subjugar as mulheres (NICHOLSON, 2000). Nesse sentido, ao difundir a crença de que o que as mulheres compartilhavam — o seu corpo, a sua “*womanhood*” — sobrepuja as suas diferenças, a segunda onda feminista contribuiu para a criação de um “sujeito político coletivo – as mulheres” (PISCITELLI, 2004, p. 44;45).

Todavia, em meados da década de 1970, quando o conceito de gênero começa a ser formulado, a plausibilidade da noção de coletividade feminina será questionada. A partir de então, especialmente por meio da publicação do ensaio *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política do Sexo”* (1975), da antropóloga Gale Rubin, a perspectiva feminista desloca-se para o sistema “sexo-gênero”. Tal sistema nada mais seria que “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIN, 1993, p. 2). Dito de outra forma, naquele momento específico do

debate feminista, a “base biológica” das mulheres deixa de se tornar o centro da diferenciação sexual, dando lugar ao conceito de gênero, definido aqui como o imbricamento de práticas e discursos socialmente impostos, a fim de constituir o binário homem-mulher. De acordo com tal entendimento, a hierarquização estabelecida entre os sexos constitui-se menos pela manifestação de “diferenças naturais” entre macho e fêmea, do que pela constituição de identidades de gênero, as quais, na realidade, operam de modo a suprimir as “similaridades naturais” entre os sexos (RUBIN, 1993, p. 12).

Tal proposição de “gênero”, obviamente, irá abalar diretamente o sentimento de unidade difundido na segunda onda feminista, visto que denunciará a concepção de mulher enquanto sujeito coerente, unívoco ou global como resultado de construtos e arranjos sociais. Consecutivas a essas provocações infundidas pelo ensaio de Rubin, virão a consolidação e reformulação do conceito de gênero por estudiosas como Joan Scott. Associada a uma ala feminista fortemente influenciada pelo desconstrutivismo e pelos postulados de Michel Foucault, Scott irá propor em seu artigo, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1985), não o corpo isoladamente, mas as continuidades e descontinuidades de significados nele envoltos — o gênero — como fonte primária para compreendermos a hierarquia estabelecida entre diversos extratos sociais. Gênero, conforme proposto pela autora, será o artifício utilizado para impor sentidos às diferenças biológicas entre homem e mulher e, conseqüentemente, instituir os lugares de privilégio e subalternidade vinculados a noções como “masculinidade” e “feminilidade”. Nas palavras da historiadora: “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder”. (SCOTT, [s.d.], p. 21).

Dentro desse mesmo espaço de crítica ao reducionismo biológico da segunda onda feminista, destacam-se especialmente as pontuações do *feminismo negro*, que passa a denunciar a natureza elitista e etnocêntrica do movimento feminista até então. Conforme elucidam as intelectuais e ativistas ligadas a essa vertente específica do feminismo, o movimento em sua origem não atentava para as

discriminações e opressões de motivação étnico-racial, que produziam demandas específicas para a intervenção na realidade das mulheres negras. Dessa forma, a incapacidade do discurso feminista em atender à “experiência da mulher negra”<sup>10</sup> (HOOKS, 1942, p. 12, tradução nossa) e em estimular uma “consciência feminista negra”<sup>11</sup> (COLLINS, 1979, p. 748, tradução nossa) evidenciaram, uma vez mais, o essencialismo, o alheamento social e a *textualidade* da concepção de diferença sexual delineada na segunda onda feminista: a “ideia de ‘opressão comum’ foi uma plataforma falsa e corrupta que disfarçava e mistificava a verdadeira natureza variada e complexa da realidade social feminina”<sup>12</sup> (HOOKS, 1984, p. 44, tradução nossa).

Essa compreensão da diferença sexual como corolário discursivo e criativo humano irá propagar-se de tal sorte que, na fase mais recente da terceira onda feminista, até mesmo a dogmática materialidade dos sexos passa a ser questionada. A revisão teórica empreendida a essa altura irá refutar a noção do sexo, do corpo, como estrutura fixa sobre a qual o gênero (entendido como normatização social) é inscrito. Dentre as teóricas que lançarão esses questionamentos, ganhará destaque a filósofa Judith Butler com sua argumentação de que o sistema binário feminino/masculino não abarca as inúmeras outras categorias (tais quais raça, classe, etc), que intersectam e mesmo definem a nossa concepção gênero. De acordo com o entendimento da autora, nem o gênero, tampouco o sexo, devem ser encarados como entidades naturais e imutáveis, e sim como discursivamente constituídas e passíveis de múltiplas significações a depender do contexto sociocultural analisado:

Se gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira (...). Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se

---

<sup>10</sup> No original: “black female experience”.

<sup>11</sup> No original: “black feminist consciousness”.

<sup>12</sup> No original: “ The idea of ‘common oppression’ was a false and corrupt platform disguising and mystifying the true nature of women’s varied and complex social reality”.

exclusivamente a corpos masculinos e que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. (BUTLER, 2003, p. 24)

Obviamente, a fluidez e a instabilidade inerentes a essa nova concepção de gênero irão alarmar um número expressivo de ativistas feministas. A preocupação que se estabelece gira principalmente em torno da “generalidade excessiva” (SAFFIOTI, 2008, p.117) desse novo olhar que revela como instável, fragmentado, e frequentemente impossível, a categoria mulher. Opondo-se, portanto, “à dissipação do sujeito dentro das estruturas da linguagem e do discurso”, essa ala específica irá reagir à emergência de um “feminismo sem mulheres” (COSTA, 2002, p. 62;69):

O que podemos exigir em nome das mulheres se “mulheres” não existem e se as exigências em seu nome simplesmente reforçam o mito de que elas existem? Como podemos protestar contra o sexismo como prática prejudicial ao interesse das mulheres se a categoria é uma ficção? De que forma podemos exigir o aborto legal, creches adequadas, ou salários igualitários sem invocar o conceito de “mulher”? (ALCOFF, 1998, p. 420, tradução nossa).

Os questionamentos acima propostos por Linda Alcoff, certamente associam-se ao que Nelly Richard (1996) identifica como um dos maiores dilemas configurados na prática feminista atual: o impasse entre a experiência “feminina” e o discurso feminista de base pós-estruturalista que, em sua vertente mais radical, “hipertextualiza” o corpo da mulher. De forma particular, Richard (1996) destaca que essa ótica, segundo a qual “o signo mulher não tem nenhuma existência além da linguística” <sup>13</sup> (p.13), irá chocar-se com a prática feminista empreendida fora do círculo norte-americano/europeu e especialmente no contexto latino-americano. Afinal, conforme argumenta a autora,

(...) as condições de exploração, miséria e opressão, das quais se vale o patriarcado para redobrar a sua eficácia a fim de tramar a desigualdade na América Latina nos exigiriam, segundo muitas feministas, **mais ação que discurso, mais compromisso político que suspeita filosófica, mais testemunhos de denúncia que**

---

<sup>13</sup> No original: “el signo-mujer no tiene mas existência que la lingüística”.

**arabescos desconstrutivos.** (RICHARD, 1996, p. 3, grifo nosso, tradução nossa)<sup>14</sup>

Diante de tal ansiedade, conforme explica Piscitelli (2004), surge na história recente do debate feminista uma “nova ênfase na utilização da categoria *mulher*” (p. 43). Dentre os textos que evidenciam tal tendência, a autora destaca o ensaio *Interpretando o Gênero*, da norte-americana Linda Nicholson. Todavia, ainda segundo Piscitelli, a utilização da categoria mulher proposta por Nicholson não se constituiria em um retorno à fixidez do sujeito feminino, difundida através do feminismo radical, mas sim em uma “re-criação” da mencionada categoria (Piscitelli, 2004, p. 60). De fato, em seu ensaio, Nicholson procura afastar-se do que ela denomina “fundacionalismo biológico”, ou seja, a premissa de que aspectos corporais são usados de forma análoga em diversas culturas, a fim de promover a diferença sexual e de oprimir as mulheres.

Apesar de reconhecer que alguns desses paradigmas realmente se repetem, Nicholson salienta que é extremamente relevante evidenciar os contextos em que tais arquétipos não se aplicam. Para ela, há diferenças sensíveis nas maneiras como entendemos individualmente o corpo. Sendo assim, a concepção do termo mulher torna-se um trabalho constante, nunca finalizado, nunca estanque. O que ela defende, em suma, é a “substituição de propostas sobre mulheres como tais, ou até sobre mulheres nas ‘sociedades patriarcais’, por propostas sobre mulheres em contextos específicos” (NICHOLSON, 2000, p. 26). O acolhimento de tal concepção, como explica a historiadora, obviamente demanda o entendimento do feminismo como uma política de coalização através da qual grupos distintos (mulheres provenientes de categorias múltiplas) se unem em prol de interesses compartilhados por todas ou por facções específicas. Consequentemente, essa definição de mulher enquanto sentido “capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e

---

<sup>14</sup> No original: “las condiciones materiales de explotación, miséria y opresión, de las que se vale el patriarcado para redoblar su eficacia en tramar la desigualdade en America Latina nos exigiria, seguin muchas feministas, mas acciôn que discurso, mas compromiso politico que sospecha filosofica, mas denuncia testimonial que arabescos desconstrutivos.”

diferenças que se cruzam” (NICHOLSON, 2000, p. 37), não abalaria a possível coesão político-ideológica do grupo, e sim

nos [posicionaria] nas regiões de formações histórico-discursivas, onde a história de uma categoria deve ser compreendida à luz da história de várias outras categorias (classe, raça, etnia, sexualidade, nação, entre outras). (COSTA, 2002, p. 72)

Com efeito, diversos teóricos e ativistas partidários da constituição de um feminismo plural e, particularmente, do reconhecimento de um feminismo negro, já renunciavam, mesmo antes da *interpretação* de gênero solidificada em Nicholson (2000), a demanda por uma prática feminista a partir da qual a concepção multifacetada de “mulher” não se tornasse pretexto para a dissensão feminina, mas sim argumento para a aliança entre as mulheres. Desde discursos interventivos como o da ex-escrava Sojourner Truth (1851), já havia o desafio à conceituação unívoca de mulher e aos elementos socialmente empregados para definir uma “identidade feminina” avessa à diferença: “Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia me superar. E não sou uma mulher?” (TRUTH, 1851, tradução nossa).

Quase um século e meio mais tarde, Teresa de Lauretis irá também anunciar, através do conceito “diferença essencial”, a diversidade envolta tanto na base teórico-política feminista, quanto na identidade daquelas que aderiram ao movimento ou a quem o feminismo dirige o seu discurso.<sup>15</sup> Notadamente, esse reconhecimento teórico-político da pluralidade identitária que constitui o pensamento e o movimento feminista representará a chave para a inclusão de vozes reiteradamente marginalizadas, e, singularmente, da voz das mulheres negras. Para esses grupos subalternizados dentro do próprio debate feminista, a legitimação das diferenças nas mesmas esferas em que se estabelecem os sentidos para o signo

---

<sup>15</sup> O conceito de “essential difference” envolta na teoria feminista é problematizado no artigo *Upping the anti (sic) in feminist theory*, que aparece em versão original na publicação *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, de 1989. (DE LAURETIS, 1999)



“mulher” é a única forma de promover uma aliança concreta entre aquelas agrupadas pelo sexo feminino:

Certamente há entre nós reais diferenças étnicas, etárias e sexuais. Mas não são essas diferenças entre nós que nos estão separando. É antes a nossa recusa a reconhecer essas diferenças, e a examinar as distorções que resultam ao não nomearmos corretamente a elas e aos efeitos das mesmas sobre os comportamentos e expectativas humanos. (LORDE, 1984, p. 115, tradução nossa)<sup>16</sup>

Logo, conforme sustentaremos, a exposição de múltiplas perspectivas da exclusão feminina nos contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres* irá dialogar diretamente com as problematizações contemporâneas do conceito “mulher,” na medida em que, embora os contos diversas vezes repitam o que foi a tônica da segunda onda feminista — ênfase na irmandade entre as mulheres em razão das agruras por elas compartilhadas — as narrativas não omitem aquilo que diferencia e singulariza a experiência de cada mulher enquanto indivíduo. Da mesma forma, argumentaremos que a escrita de Conceição Evaristo não opera de modo a tornar a categoria mulher algo ilusório, estritamente abstrato ou impossível, como diversas vezes o propunha a terceira onda feminista.

Ao contrário, consoante a tese aqui defendida, o conceito mulher é constantemente acionado em *Insubmissas*, conquanto de forma renovada, recriada nos mesmos termos indicados pela estudiosa Linda Nicholson (2000) e em consonância com o posicionamento de teóricas contemporâneas como Alcoff (1988), Costa (2002), Saffioti (2008), Lorde (1984) e de Lauretis (1999). Dito de outra forma, propomos aqui que a categoria mulher na obra em questão será mantida a partir de um conceito de aliança política, em nome do qual mulheres representantes de comunidades múltiplas unem-se em defesa de subjetividades femininas ao mesmo tempo heterogêneas e coerentes entre si.

---

<sup>16</sup> No original: “Certainly there are very real differences between us of race, age and sex. But it is not those differences between us that are separating us. It is rather our refusal to recognize those differences, and to examine the distortions which result from our misnaming them and their effects upon human behavior and expectation.”

O desenvolvimento de tal tese, obviamente, implicará de forma conjunta a análise da problemática identitária intrínseca às narrativas. Afinal, o melindroso entrelaçamento de diferenças e semelhanças femininas proposto na antologia de Evaristo é matéria singular para se discutirem questões subjacentes à crise da identidade no mundo contemporâneo, como:

Podemos encontrar uma “verdadeira” identidade? A afirmação de uma identidade necessariamente envolve a reivindicação de alguma característica essencial, seja estabelecendo-a como inata, seja revelando a sua verdadeira origem histórica? Há alternativas ao posicionamento binário das perspectivas essencialista e não essencialista acerca da identidade e da diferença? (WOODWARD, 1997, p. 11, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Ao mesmo tempo, é preciso pontuar que a manifestação das questões identitárias presentes em *Insubmissas* será sempre perpassada pelo fio que separa a literatura canônica das *literaturas menores*. A escrita insubordinada de Evaristo dirá muito sobre o local de onde fala a literatura afro-brasileira, bem como sobre os seus pontos de escuta. O escrever enquanto prática política, atributo recorrente das obras enquadradas nessa esfera de nossa literatura, far-se-á elemento fundador também da linguagem evaristiana a qual incutirá, a duras penas, a imagem da mulher negra como sujeito enunciador. Logo, ao tratar da recriação da categoria mulher em *Insubmissas*, teremos que pensar transversalmente os domínios da cultura negra em nosso país: qual a sua abrangência enquanto matriz cultural? A partir de quais parâmetros é possível defini-la? Quais mecanismos possibilitam a sua inclusão/exclusão social? De que forma a academia tem recebido e promovido o discurso propagado especialmente pela literatura afro-brasileira?

Assim, a fim de desenvolver todas as proposições elencadas nesta introdução, o presente estudo foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo,

---

<sup>17</sup> No original: “Can we find a ‘true’ identity? Does the assertion of identity necessarily involve laying claim to some essential quality, either through establishing that this is inherent in the person or through revealing its authentic source in history? Are there alternatives to the binary opposition of essentialist versus non-essentialist perspectives on identity and difference?”

intitulado “A Subalternidade inscrita: demarcação político-identitária na obra de Conceição Evaristo”, serão identificados tanto os fundamentos que circundam a noção de “literaturas subalternas” ou “literaturas menores” (DELEUZE & GUATARRI, 1977) quanto as vertentes teórico-políticas que impulsionaram o despertar acadêmico para essas produções. Paralelamente, será discutida a relevância de conceitos como identidade e sujeito autoral no fazer literário desse conjunto de obras.

Ainda nesse capítulo, procuraremos localizar a produção de Conceição Evaristo em um contexto de escrita enquanto projeto político e, mais especificamente, argumentaremos sobre a proposital demarcação de múltiplos eixos de diferença e exclusão (feminina e afro-brasileira) nos textos da autora. Particularmente, embasados neste último objetivo, refletiremos também sobre a aproximação à oralidade empreendida em *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Conforme argumentaremos, ao resguardar a narrativa oral, marca recorrente da literatura negra, a antologia também fixa para si um lugar de fala não canônico, oposto àquele tradicionalmente ocupado pela narrativa ocidental. Cabe ressaltar que, ao tratar dessa retomada da literatura oral em Evaristo e do viés político-identitário implícito nesse ato de “resgate”, nos orientaremos basicamente em trabalhos já realizados sobre a antologia<sup>18</sup>, os quais discorrem principalmente sobre a configuração da narrativa evaristiana “como trabalho de memória”, a partir do qual se forja um “universo feminino” e negro (SILVA, 2012, p. 283; 285).

No segundo capítulo, intitulado “‘Mulher’: o mapa de semelhanças e diferenças em *Insubmissas lágrimas de mulheres*”, passamos finalmente à análise dos contos à luz dos preceitos teóricos de Linda Nicholson. Estudando as narrativas sob vieses como “o corpo”, “a maternidade” e “a identidade étnico-racial”, demarcaremos como uma noção de mulher é estabelecida através de experiências compartilhadas ora pelo conjunto de personagens femininas, ora por apenas uma parcela desse todo, possibilitando assim a constituição de femininos/feminismos coadunados, apesar de plurais.

---

<sup>18</sup> Entre eles Godoy (2013), Silva (2012) e Pereira (2012).

Por fim, nas Considerações Finais, tenta-se alcançar o conceito de mulher que perpassa a antologia, ao mesmo tempo em que se reflete acerca das motivações e implicações ideológicas que circundam tal conceituação. Considerando também o lugar ambivalente a partir do qual fala Conceição Evaristo — mulher originária de espaços socioeconômicos desprivilegiados e, ao mesmo tempo, pertencente à academia — iremos ainda, fundamentados pela ótica de Spivak (2010), questionar em que medida Evaristo consegue atingir aquele que elegera como um dos objetivos maiores de seu ofício: converter a sua escrita em porta-voz das mulheres negras, assim como miticamente o brado de Oxum um dia representou o clamor de suas semelhantes (EVARISTO, 2013b).

Ainda nessa última passagem, após investigar as limitações de Evaristo enquanto representante de uma categoria, busco também ponderar as vantagens e os ônus inerentes ao lugar de onde falo enquanto indivíduo para a análise das subjetividades representadas em *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Como as realidades ali expressas se ligam a mim e simultaneamente fogem à minha compreensão e capacidade teórico-crítica? De que maneira as reflexões por mim entabuladas podem se transformar em instrumento de aliança entre mim e aquelas personagens que, embora representantes de contextos sociais distintos do meu, também têm como aposto primeiro o signo mulher?

Finalmente, cabe mencionar que, com o objetivo de desenvolver esse emaranhado de questões que atravessam o texto literário e que guiam os contornos desta dissertação, entre outras obras, este estudo se calçou nos trabalhos realizados por Silva (2012), Godoy (2013) e Pereira (2012) acerca de *Insubmissas*, bem como nas reflexões de Duarte & Fonseca (2011) e Ianni (2011) em torno da literatura afro-brasileira e do papel exercido por Evaristo nesse nicho literário específico. Ainda buscando discorrer sobre a temática da literatura afro-brasileira em conversão com a questão das literaturas menores e sua paulatina acolhida no meio acadêmico, pautamo-nos nos postulados de Deleuze & Guatarri (1977), Culler (1999) e Spivak (2010).

Paralelamente, a fim de examinar a manifestação do debate “Gênero

*versus* Mulher” (PISCITELLI, 2004, p. 58), feminismo corporal *versus* feminismo transcendental, no corpus escolhido, embasamo-nos nos pressupostos de Stevens & Swain (2008); Bigwood (1998), Butler (1999), hooks (1984), Lorde (1984), Richard (1996), Piscitelli (2004) e, especialmente, Nicholson (2000). Por fim, a análise da temática da identidade no corpus selecionado, bem como da memória enquanto construto de subjetividades, foi guiada pelas perspectivas de Hall (2006), Bauman (2005), Woodward (2001) e Pollak (1992).

Introduzidos, portanto, esses primeiros apontamentos, passemos então à investigação de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, essa obra intimamente relacionada à questão de um corpo político, ideológico e também material. Um corpo tão condicionado pela cultura quanto pela biologia e duplamente oprimido e impulsionado pelos entraves sociais. Esse corpo de mulher, nem sempre feminino, nem sempre dócil, reiteradamente traçado pelos contornos da escrita literária, esporadicamente reconhecido através da representação que lhe dá o “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1967), é também o corpo que afirma a “ansiedade de autoria” de Gilbert e Gubar (1984) e que indica, uma vez mais, a viva oportunidade da escrita enquanto insubordinação (EVARISTO, 2007). Assim, sem pretensões de esgotar aqui a análise dos elos dessa escrita insubordinada com o contexto sociocultural ao qual remete, ao vislumbrar o corpo-mulher delineado pela pena autoral de Evaristo, pretende-se estabelecer, nas próximas páginas, sobretudo um percurso pautado na noção de leitura enquanto “apreensão do mundo” (EVARISTO, 2007, p. 20) e de escrita enquanto instrumento emancipatório.

**1- A Subalternidade inscrita: demarcação político-identitária na obra de  
Conceição Evaristo**

*VOZES-MULHERES*

*A voz da minha bisavó ecoou  
criança nos porões do navio.*

*Ecoou lamentos  
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.*

*A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue  
e fome.*

*A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.*

*O ontem - o hoje - o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo)

### 1.1. Corpos morenos, reflexos embranquecidos

Para além de todas as demarcações configuradas pelo seu pertencimento étnico-racial, suas origens sociais e seus vínculos culturais, Conceição Evaristo reiteradamente define o seu ofício como pertencente e associado ao projeto de constituição de uma literatura de matriz afrodescendente. Notavelmente, a mesma moldura na qual Evaristo enquadra a sua escrita é adotada por inúmeros estudiosos que se debruçam sobre sua obra. São significativas as referências feitas ao direcionamento étnico-racial de sua escrita, tanto em estudos dedicados à análise da literatura afro-brasileira<sup>19</sup> quanto nas pesquisas voltadas especificamente à sua obra<sup>20</sup>.

Não se pode esquecer também que diversos dos poemas da autora foram publicados na série *Cadernos Negros*, que desde 1978 traz “o projeto de uma nova identidade nacional a partir da literatura”<sup>21</sup>, apresentando, por meio da escrita de autores não celebrados pela literatura canônica, olhares vindos do íntimo da experiência e da consciência negra. De forma a corroborar o acondicionamento específico da obra de Evaristo, é preciso, por fim, mencionar que seus textos ficcionais e teórico-críticos têm já há alguns anos sido veiculados em círculos de debates literários internacionais e, particularmente, naqueles que concernem à atuação da mulher negra enquanto sujeito autoral.<sup>22</sup>

Todo esse panorama, obviamente, nos leva a refletir sobre as implicações do enquadramento de Evaristo como autora afro-brasileira para matérias como: as

---

<sup>19</sup> Consultar *Literatura e Afrodescendência no Brasil* (2011), de Eduardo Duarte e Maria Nazareth Fonseca e *Literatura Afrobrasileira* (2006), de Florentina Souza e Maria Nazaré Lima.

<sup>20</sup> Consultar as dissertações de mestrado *Uma escrita em dupla face: a mulher negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo* (2007), de Flávia Santos de Araújo; e *Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo* (2011), de Adriana Soares de Souza.

<sup>21</sup> Texto de apresentação. In: **Cadernos Negros** 25. Org. Quilombhoje. São Paulo: Ed. dos Autores, 2002. p. 13-14.

<sup>22</sup> Ler, por exemplo: DAVIES, C. B. and OGUNDIPE-LESLIE, M. **Moving beyond boundaries**. International Dimension of Black Women's Writing. London: Pluto-Press, 1995. / ALVES, Miram and DURHAM, Carolyn R. **Finally US**. Contemporary Black Brazilian Women Writers. Edição bilingue português/inglês. Colorado: Three Continent Press, 1995.

condições de seu fazer literário, as imagens e postulações que emergem de sua escrita, os lugares e condições de circulação e recepção de sua obra e, especificamente, as dimensões tomadas por esse lugar de fala na fundação do conceito *mulher* estabelecido em *Insubmissas*.

Antes, porém, de indagarmos os corolários dessa escrita intensamente direcionada em seus apelos identitários, é preciso questionar os alicerces que amparam a noção de literatura afro-brasileira. Se é verdade, como o coloca Sartre, que “o escritor fala a seus contemporâneos, a seus compatriotas, a seus irmãos de raça ou de classe” (2004, p. 56), cabe meditar: quem são os contemporâneos e irmãos de Evaristo, no momento em que concebe a sua ficção? Ainda além, ao metaforizarmos a literatura enquanto território entrecortado por fronteiras culturais e ideológicas, é possível assegurarmos a existência de *conterrâneos* que possam tornar coerente a ideia de uma escrita afro-brasileira?

Infeliz ou felizmente, o questionamento acima é envolto pela mesma complexidade característica da noção de “afro-brasilidade”. O projeto expresso nesse conceito que une diversas práticas culturais concentradas em dois espaços geográficos, sendo um deles um continente e o outro detentor de dimensões continentais, revela não só as demandas impostas pela discriminação étnico-racial no presente, mas também pelas ideologias maquinadas e propagadas desde a instituição do Brasil Colônia. Como se sabe, a segregação imposta aos negros aportados em terras brasileiras traduzia por si só todo um ideal de superioridade vinculado às culturas de matriz europeia e à posição de subalternidade relegada àquelas de matriz africana. A opressão cultural dava-se em inúmeros níveis (o linguístico, o artístico, o intelectual, entre outros), mas, conforme nos esclarece Santos (2013), o tratamento dado pelas autoridades coloniais às manifestações religiosas africanas ilustra, de forma singular, a violência imposta sobre o sujeito afro-diaspórico:

Para as autoridades políticas e policiais, a religião dos negros e de seus descendentes era sinônimo de insubordinação e perigo de revolta principalmente por agruparem os indivíduos por ocasião dos rituais. (...)



.....  
 (...) as palavras para caracterizar tais práticas não necessitavam de uma reflexão prévia em sua utilização, ao ser acionadas pelas autoridades a compreensão desta era quase automática conduzindo o pensamento ao perigo e a necessidade de serem combatidas. As autoridades compreendiam que os rituais religiosos representavam espaços na ordem escravista em que ideias ou atos de insubordinação poderiam surgir e causar graves consequências.

.....  
 Várias medidas foram tomadas no sentido de extirpar os costumes de origem africana que chegaram aqui com a importação dos escravos. Tais costumes eram vistos como bárbaros na tradicional oposição que as sociedades europeias faziam entre si e os não evoluídos habitantes do Novo Mundo e do continente africano. Essa distinção vigorou por muito tempo e recebeu adeptos na grande maioria das elites que tentavam se igualar à Europa (SANTOS, 2013, p. 3-4)

Já no século XIX, conforme nos indicam os registros históricos e culturais, tal inferiorização da figura do negro ganha contornos ainda mais intensos, não obstante a iminência da abolição da escravatura. Em um contexto no qual se tramam operações para a derrubada do império e no qual se tenta constituir um ideal de nação brasileira, o negro é obliterado por completo, cedendo ao índio em união com o europeu o seu lugar na concepção do *homo brasiliensis*. Em duas das obras literárias de maior expressão do romantismo brasileiro, *O Guarani* e *Iracema*, ambas de José de Alencar, por exemplo, constata-se a dinâmica afro-excludente do projeto de nação a partir de então delineado: mais do que forjar e propagar a imagem de um país mestiço, finalmente apartado de sua dependência europeia, a união de índios e europeus, representados por Peri e Ceci e Iracema e Martim, traz em seu bojo o apagamento do indivíduo negro da história do Brasil e, conjuntamente, o esmaecimento de toda vergonha e horror intrínsecos à escravidão negra. Como elucidada Conceição Evaristo ao retomar ensaio de José Maurício Almeida sobre a manifestação da temática da mestiçagem na literatura brasileira:

(...) mesmo o português sendo justamente o símbolo contrário à exaltação nacionalista, por meio do encontro com o índio ele recupera, ou melhor, afirma o seu papel de fundador da pátria. Ao lado do nativo americano que organicamente estava ligado à terra, o colonizador

acaba também por ser reconhecido em seu papel de mito fundante da nação. Em hipótese alguma, “nem em termos líricos idealizados, como ocorre com o índio de Alencar, o negro é associado à gênese do brasileiro.” (EVARISTO, 2009, p. 5)

Ao final dos oitocentos, com a importação de ideais eugenistas, desenvolvidos a partir da publicação de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, a miscigenação, já representada por uma perspectiva parcial no projeto romântico brasileiro, passa a ser completamente rechaçada, especialmente pelo discurso científico nacional. A título de ilustração de tal mentalidade, basta analisar os famosos escritos do médico Nina Rodrigues, que defendia, entre outras medidas segregativas, a elaboração de códigos penais distintos para brancos e negros, dada a *evidente* gradação intelectual e moral entre os indivíduos das duas “raças” (NINA RODRIGUES, 1938). Assim, no alvorecer do período republicano, o “cruzamento das raças” é abominado e o indivíduo mestiço (principalmente aquele de ascendência africana) metaforizado como símbolo da propensão ao fracasso, à indolência e à falta de civilidade da nação brasileira. Como aponta Renato Ortiz (1994):

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. (ORTIZ, 1994, p.21)

Claramente, todo o imaginário nacional e internacional sustentado atualmente em torno do Brasil (país miscigenado, multicultural e reino da democracia entre raças) demonstra que os ideais eugenistas não perduraram, pelo menos não como discurso-oficial, na sociedade brasileira. A grande virada de pensamento no que se refere às questões étnico-raciais do Brasil é nomeadamente promovida com a

publicação do estudo sociológico *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Na obra, através da metáfora da Casa-Grande (espaço em que se aglomeram e convivem homens e mulheres, senhores e escravos), Freyre procura superar as análises da formação da sociedade brasileira por meio de parâmetros raciais, propondo a partir de então uma perspectiva pautada no paradigma cultural.

Segundo essa nova perspectiva, a miscigenação não implica o rebaixamento moral, intelectual ou cível do homem nacional, mas sim se apresenta como elemento basilar à constituição da sociedade brasileira. Os “antagonismos” sociais, étnicos, de classe e culturais aqui associados, conforme nos indica Freyre de forma direta ou não, tornam-se primordiais não apenas para a sustentação econômica e política do Brasil Colônia, mas também para a viabilização dos aspectos demográficos e identitários que nos moldaram enquanto nação. Entre justificativas sobre a prática escravagista — “O meio e as circunstâncias exigiram o escravo.” (FREYRE, 1980, p. 242) — e declarações que exaltam a relevância sociocultural do negro em nosso país — “(...) em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (FREYRE, 1980, p. 283) —, Freyre apresenta uma compreensão positiva do processo de miscigenação, apontando-o como aspecto chave para a suposta harmonia aqui instituída entre indivíduos pertencentes a distintos extratos étnicos e sociais:

Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical: entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 1980, p. IX)

Conforme se pode verificar, principalmente através de produções da cultura de massas, a perspectiva de Freyre, que procura substituir o arquétipo de raça pelo cultural, difunde-se e propaga-se com facilidade até os dias atuais. É de

fato vigente a crença na instituição de uma democracia racial no país, expressa não apenas na maneira como mais iconizamos a identidade nacional (por meio da figura da mulata), mas também pela forma como o país é frequentemente retratado no cenário internacional: um paraíso exótico e erótico<sup>23</sup>. Há, portanto, não só a edificação da mestiçagem como símbolo de uma sociedade harmônica, mas também como emblema do suposto apelo sexual envolto no sujeito mestiço, quase que invariavelmente incorporado pela mulher:

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. (FREYRE, 1980, p. 10)

Apesar de ainda vigentes, uma vez que tenham viabilizado “os contornos de uma identidade nacional que há muito vinha sendo desenhada” (ORTIZ, 1993, p. 41), é importante notar que os ideais delineados pela obra de Gilberto Freyre passam a ser duramente criticados no ambiente acadêmico, particularmente a partir dos anos 1980, com a consolidação do movimento negro no Brasil<sup>24</sup> e por meio da influência de intelectuais norte-americanos, diretamente envolvidos na luta pelos direitos civis em seu país de origem<sup>25</sup>. Entre tais intelectuais que tentam implementar uma perspectiva do regime de segregação estadunidense no contexto brasileiro, destaca-se a pesquisadora Elisa Larkin Nascimento. Cofundadora do Instituto de Pesquisas e

---

<sup>23</sup> Através da música norte-americana, por exemplo, como aponta Jasmine Mitchell (2012), é possível verificar como especialmente a figura da mulher negro-mestiça é utilizada para representar o Brasil como paraíso multirracial e destino propício ao turismo sexual. Entre as produções mencionadas por Mitchell, encontram-se os vídeos “Beautiful” (2003), de Snoop Dogg e Pharrell e “I Got It from My Mama”, de Will. I. Am (2011).

<sup>24</sup> Para um melhor entendimento do histórico do Movimento Negro Unificado, consultar: DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 12, p. 113-136, 2007.

<sup>25</sup> Conforme elucidam Trapp e Silva (2010, p. 93), a “influência do Movimento Negro norte-americano (...) pode ser pensada sob vários aspectos. Além das referências de cunho estético-cultural, com o movimento Black is Beautiful e a música negra norte-americana, as práticas de ação política e as estratégias identitárias comungam de princípios comuns. Esses princípios estão em parte ancorados em algumas experiências adotadas nos Estados Unidos, qual sejam, as políticas de ações afirmativas e a adoção do paradigma multiculturalista para pensar as relações étnico-raciais no Brasil.”

Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), viúva de Abdias Nascimento<sup>26</sup> e ativista engajada nos movimentos feminista, antirracista e anticolonialista dos Estados Unidos, a estudiosa radica-se no Brasil a fim de analisar as políticas étnico-raciais em nosso país. Embora advinda de um contexto sociocultural distinto, as análises realizadas por Nascimento serão sempre pautadas na premissa de que as discriminações configuradas no Brasil não se instituem de maneira *sui generis*, posto que têm “sua origem e constituição no mesmo fenômeno que acomete o mundo da praga do racismo: a hegemonia do supremacismo branco” (NASCIMENTO, 2003, p. 23-24).

Especificamente no estudo intitulado *O Sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil* (2003), Nascimento denuncia o que para ela constitui-se como a grande ilusão do sistema antirracista proposto por Freyre: o “sortilégio da cor”. Para a autora, ao negar-se enquanto país racista, escondendo-se por trás do paradigma da cor da pele, e principalmente do entrelugar estatuído pela noção de *morenidade*, o Brasil não só destitui grande parte da população da consciência de sua ascendência africana, como também suprime a faceta discriminatória e opressora intrínseca ao processo de miscigenação instituído no país. A inclinação do brasileiro a privilegiar o fenótipo em detrimento de parâmetros de classificação raciais mais estanques, sob esse prisma, constitui-se menos como forma de reconhecer a herança negra em seu DNA cultural e biológico, do que como artifício para aproximar a população mestiça a um ideal de brancura:

A noção de uma identidade nacional forjada na rejeição do critério biológico e favorável a categorias de cor divorciadas da origem racial está entrincheirada na consciência brasileira e articulada no discurso nacional. Ela fundamenta o ideário do *sortilégio da cor*, que transforma um sistema social de profundas desigualdades raciais em um suposto paraíso de harmonia racial. Convive, contudo, com uma bateria de noções racistas silenciadas, obscurecidas e negadas, que não

---

<sup>26</sup> Abdias “participou do movimento integralista, passou pela Frente Negra Brasileira, foi pioneiro em iniciativas no campo da cultura (...), [além de ter sido] indicado em 2009 ao Prêmio Nobel da Paz em função de sua defesa pelos direitos civis e humanos dos afrodescendentes no Brasil e na diáspora africana.” Também deve-se destacar que Abdias foi fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN). (O LEGADO DE ABDIAS NASCIMENTO, [s.d.]

obstante operam de forma concreta na prática social cotidiana e dão suporte à forte aspiração à brancura por meio da rejeição e do apagamento simbólico das matrizes demográfica e cultural africanas. Rendendo-se à impossibilidade de se atingir a brancura *de facto*, a sociedade brasileira se contenta com a meta da identidade do mestiço desafrikanizado, o *branco virtual*. (NASCIMENTO, 2003, p. 152)

Reconhecidamente, olhares como o de Nascimento vêm se propagando no meio acadêmico e cada vez mais convertem-se em práticas efetivas do movimento negro no Brasil. Não obstante, a fim de promover o diálogo e de se compreender o atual estágio em que se encontra o debate étnico-racial no cenário brasileiro, é preciso apresentar as ressalvas de estudiosos, como o antropólogo Antônio Risério, que se opõem à análise do racismo à *brasileira* através de parâmetros semelhantes aos utilizados para examinar a intolerância étnico-racial norte-americana. De acordo com o autor, ao contrário do que ocorre em países como os Estados Unidos e mesmo a África do Sul, a segregação racial no Brasil realiza-se de maneira implícita, através de práticas extremamente veladas. Tal realidade, segundo o autor, apesar de não tornar o racismo brasileiro justificável, desafia e até obsta olhares habituados a discriminações raciais efetuadas de forma mais patente.

Para Risério, a recorrência com que o brasileiro vale-se da cor da pele para estabelecer categorizações étnico-raciais, não indica necessariamente a fuga da discussão sobre o racismo aqui disposto, e, sim, revela um reconhecimento de sua identidade mestiça. Nesse sentido, a alegada desmobilização afro-brasileira justificar-se-ia em razão da impossibilidade de delimitação de uma “comunidade negra” estanque e impenetrável em nosso país. Afinal, os “brasileiros se identificam pela *cor* — e não pela *raça*. Pela aparência — e não pela ascendência. (...) [E não] contentes em serem mestiços, costumam se reconhecer como tais.” (RISÉRIO, 2007, p. 18).

Logo, por meio desse entendimento que categoriza o Brasil como “o país da riqueza cromática” (RISÉRIO, 2007, p. 18), o antropólogo também questiona a validade do termo afro-brasileiro, expressão essa, conforme indicado anteriormente, essencial para que se discutam os contornos de uma literatura de matriz negra no

país. Na acepção de Risério, a adoção de tal termo não se traduz simplesmente em medida inclusiva em relação à população negra no Brasil. Na realidade, ao ser proposto e veiculado a partir de lugares de intelectualidade privilegiados e teoricamente distantes do homem comum, o posicionamento da identidade africana como prefixo à brasileira — afro-brasileiro — estaria a operar de forma excludente tanto em relação à imperatividade das peculiaridades nacionais na experiência do indivíduo negro, quanto em relação à fluidez da vivência afrodescendente ao redor do mundo:

Quando um indivíduo no Brasil se define como afrodescendente, ele, desde que saiba do que está falando (o que nem sempre acontece, mesmo no meio universitário e independentemente de cor, classe, credo e preferências sexuais), nos diz o seguinte. Que se vê, se sente e se percebe, em primeiro lugar, como um descendente de africanos. E só então, secundariamente, como brasileiro. Ao Brasil caberia, nesse quadro, um lugar identitário subordinado. Teríamos, assim, o ser brasileiro como mero complemento ou apêndice do ser africano — e de um ser africano mítico, não é preciso dizer. (RISÉRIO, 2007, p. 34-35)

Nesse sentido, a inviabilidade do termo “afrodescendente” em nosso país dar-se-ia justamente porque

ser brasileiro exclui possibilidades de complementação. Em primeiro lugar, por razões óbvias. As nossas misturas e mestiçagens são etnicamente inclassificáveis nesses termos. Em segundo lugar, a categoria de brasileiro é forte, democrática e substantivamente presente para evitar qualquer possibilidade de diminuição ou limitação em termos identitários. (RISÉRIO, 2007, p. 35)

Há expresso no discurso de Risério um embate latente às discussões sobre os horizontes de uma possível identidade “afro-brasileira”: a consciência étnico-racial *versus* os paradigmas da nacionalidade brasileira. Embora o autor expresse claramente o seu entendimento acerca da inventividade intrínseca ao conceito de identidade nacional, ele não deixa, assim como o fazem os promotores da “democracia racial brasileira”, de manifestar a sua defesa às amarras de uma

comunidade nacional, por mais quiméricos que sejam os alicerces dessa concepção de comunidade (ANDERSON, 2008).

Em outros termos, ao ressaltar a multiplicidade (cultural, étnica e “cromática”) paradoxalmente cardeal na gênese de uma coesão nacional, acreditamos que Risério está a indicar a impossibilidade de fomentar-se uma consciência afro-brasileira, ou, ao menos, uma consciência negra brasileira tributária aos parâmetros instituídos pelo movimento negro norte-americano. Para Risério, a miscigenação é elemento que dificulta, impede e em certa medida torna injustificável a demarcação política de uma coletividade afro-brasileira. Visto que, em sua maioria, os indivíduos negro-mestiços brasileiros não se identificam prioritariamente a partir de paradigmas ligados a sua ascendência africana, a organização desses sujeitos enquanto categoria “afro-descendente” só seria possível por meio de uma lógica que os privasse, ao menos parcialmente, dos arquétipos utilizados na definição do sujeito nacional (mestiço, sincrético, multiculturalista).

Institui-se, dessa forma, sob a perspectiva do antropólogo, o grande impasse para a atuação do movimento negro no Brasil. A sua atividade é tolhida pela consciência ainda incipiente de seu grupo alvo, sendo que tal incipiência vem precedida da incerteza sobre a própria existência de um conjunto sólido ao qual o movimento possa incutir uma consciência de grupo. Não obstante a pujança de seu posicionamento, Risério irá ponderar que os conflitos étnico-raciais do Brasil não são resolvidos pela simples certificação da mestiçagem aqui assentada. O questionamento da plausibilidade de um movimento negro no Brasil não significa a crença na inexistência de um racismo brasileiro. Na realidade, a engenhosidade de nosso “racismo cordial” está precisamente no processo de alienação promovido no contexto das relações étnico-raciais brasileiras. Tal processo instaura-se, fundamentalmente, por meio dos discursos que afirmam a existência de uma inabalável harmonia étnico-racial no Brasil.

De fato, conforme apontam pesquisas oficiais, a crença no apagamento de nosso racismo pela simples rejeição (ou impossibilidade) do racismo — diga-se, o agrupamento populacional por meio do critério de raças — mostra-se como hipótese



extremamente ilusória. A defesa do paradigma cultural apontada pela fala de Freyre e reverberada no discurso de Risério não é capaz de ocultar a efetiva subalternidade do indivíduo negro em nosso país. Estudos como o *Relatório sobre a situação social da população negra*, publicado pelo IPEA em 2014, por exemplo, indicam que “apesar do evidente avanço nas condições de inserção econômica e social, ainda persistem os diferenciais que colocam os negros em desvantagem, comparativamente aos brancos, em todos os indicadores analisados” (IPEA, 2014b, p. 12). Entre outros números, a pesquisa revelou que apenas 9,4% da população negra teve acesso a doze anos ou mais de estudo, comparativamente a 22,2% da população branca, e que a porcentagem de negros com acesso ao Ensino Superior ainda era menor que a metade relativa àquela dos brancos em 2012.

Quando tomamos estudos que intersectam as questões raciais com as questões de gênero, por sua vez, confirmamos, mais uma vez, a segregação vigente nas relações sociais brasileiras. De acordo com o *Dossiê Mulheres Negras*, publicado pelo IPEA em 2013, apesar de em 2008 o número de mulheres que se identificam como negras ter, pela primeira vez na história, ultrapassado o daquelas que se classificam como brancas, os indicadores nos revelam a persistência da exclusão social do negro e da dupla submissão da mulher pertencente a esse grupo étnico-racial. Somente a título de exemplo, pode-se mencionar que em “2009, de cada cem negras chefes de família, onze estavam desempregadas. Entre as brancas, este valor era de sete”. Ainda, o índice de escolaridade nas faixas superiores atingido pelas mulheres negras somente em 2009 já havia sido alcançado pelas brancas em 1995 (MARCONDES et. al., 2013, p. 34; p.64).

Vale destacar, ambas as pesquisas agrupam como “negros” tanto a taxa populacional que se classifica como tal, quanto aquela que se entende como parda. Em terra de parâmetros “cromáticos”, não é difícil inferir que a porção parda dos entrevistados equivale justamente ao contingente mestiço da população brasileira.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Henry Louis Gates Jr, no episódio *Brazil: A Racial Paradise*, da série *Black in Latin America* afirma existirem 134 subdivisões de cor de pele negra no Brasil. Vale lembrar novamente o caráter controverso de entendimentos como o de Gates, quando aplicados no contexto brasileiro. O que para

Nessa medida, percebe-se que, mesmo ao escapar aos paradigmas de uma classificação étnico-racial rígida, grande parte da população brasileira compartilha sim das mazelas instituídas e acumuladas em razão do sistema escravagista aqui implantado séculos atrás: déficit educacional, desemprego e subemprego, baixo acesso a bens de consumo, condições habitacionais precárias, entre outros. Pressupõe-se, dessa forma, que tais sujeitos podem de fato ser vislumbrados enquanto grupo. Se não em razão de sua volátil categorização étnico-racial, ao menos em virtude das condições materiais precárias a eles impostas.

Recorrendo a uma perspectiva marxista, julgamos que a suplantação de tais discriminações comuns não virá de outra forma que por meio da melhoria das condições socioeconômicas desses indivíduos subalternizados, aliada ao incentivo à sua tomada de consciência acerca de seus próprios lugares de exclusão. Destarte, uma vez que tais lugares de exclusão são impostos em grande parte (embora não tão somente) devido à ascendência africana desses indivíduos, cabe colocarmos novamente em pauta a oportunidade de reclamarmos a existência de um Brasil Afro-brasileiro, como vai denominá-lo Maria Nazareth Fonseca (2000). Embora entendamos a relevância de não se olvidar as singularidades e multiplicidades culturais edificadas por meio de nossa realidade miscigenada, vislumbra-se, de forma clara, a necessidade de problematizarmos a existência de uma consciência afro-brasileira em conjunto com o desvelamento dos mecanismos que duplamente ocultam e reproduzem o sujeito negro em nosso país.

Pautando-nos na premissa de que a consciência resulta da modificação das condições sociais do indivíduo (MARX, 1988), é coerente notar-se que o fortalecimento da identidade política afro-brasileira é proporcional ao progressivo acesso dos negros às universidades ou a ambientes nos quais se fomenta a discussão sobre as práticas de inclusão social. Nesse sentido, ao tomarmos a literatura como meio não só de expressão cultural, mas também como espaço em que tendências políticas e ideológicas, bem como posicionamentos intelectuais são

---

ele são 134 subdivisões da pele negra, para muitos brasileiros são 134 evidências da mestiçagem aqui configurada e da oscilação étnico-racial do *homo brasiliensis*.

expressos, podemos enfim propor algumas indagações fundamentais a fim de problematizarmos não só a escrita de Conceição Evaristo, mas também o lugar a partir do qual ela pretende veicular a sua arte: será a escrita um dos meios possíveis e necessários para a emergência de uma consciência étnico-racial e de gênero? Em que medida a expressa afirmação de um posicionamento político-social através da literatura pode restringir o seu acesso aos meios que a legitimam e veiculam enquanto arte?

No processo de investigação das temáticas acima, não podemos deixar de refletir sobre o papel de Evaristo, bem como de uma série de escritoras negras que despontam a partir da década de 1980 (como Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Cristiane Sobral, Geni Guimarães e Cidinha da Silva), para a composição de uma tradição literária feminina afro-brasileira. As produções solitárias, audazes e inéditas de Maria Firmina dos Reis, com *Úrsula* em 1859, e de Carolina Maria de Jesus, com *Quarto de despejo* (1960), evidenciam um enorme vácuo a ser preenchido pelas mãos negras da contemporaneidade.

Longe da “angústia da influência” apontada por Harold Bloom (1991), essas escritoras dão um significado renovado também à “ansiedade de autoria” indicada por Gilbert e Gubar (1984). Se, no cenário anglo-europeu, a figura das “mães literárias” só pode ser identificada, efetivamente, a partir do século XIX, no contexto da literatura brasileira (e da afro-brasileira, mais especificamente), um movimento similar apenas consegue delinear-se de forma sólida a partir de Evaristo e suas contemporâneas. Além de ter de enfrentar toda uma tradição literária masculina que impede o acesso das mulheres à escrita e ao mesmo tempo impõe, por meio da ficção, uma ótica deturpada e hegemônica da mulher (GILBERT & GUBAR, 1984), essas escritoras afrodescendentes também terão de lidar com um domínio branco e anglo-europeu no campo da literatura.

Isso posto, deve-se questionar: em quais estratégias adotadas na escrita evaristiana pode-se identificar o engendramento de uma postura contrária ao domínio masculino e branco e, conjuntamente, inauguradora de um ponto de vista feminino e negro dentro da ficção? Ainda, de que forma a instituição de uma

perspectiva afro-feminina na literatura brasileira constitui-se em incentivo às práticas de agenciamento do sujeito afrodescendente, e, em especial, da mulher negra em nosso país? Essas são algumas das matérias que abordamos a seguir.

## 1.2 Da oralidade negada à escrita enegrecida

Ao buscarmos ponderar as questões que fecham a seção anterior, fatalmente nos deparamos com as incertezas que tecem o cotidiano do autor autodeclarado ou classificado como afrodescendente e, em particular, das escritoras que compõem esse grupo. A princípio, pode-se argumentar evidentemente sob a possibilidade da literatura enquanto *locus* de enunciação de um sujeito social engajado a determinado projeto político. A literatura não configura uma exceção em tempos nos quais se nega continuamente a transparência do discurso. Apesar de ainda hoje vislumbrada por olhares kantianos, que a defendem como entidade autônoma enquanto arte, a escrita literária é efetivamente parte constituinte da rede de poder anunciada por Michel Foucault (1993) e, nesse sentido, institui-se enquanto força ativa na fundação dos sujeitos que figuram em tais relações. Afinal, “o poder é produtivo de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber.” (FOUCAULT, 1993, p. XIX).

Apesar de amplamente difundidas na atualidade, tais concepções do poder enquanto força positiva e do discurso enquanto reflexo de intrincadas realidades sociais não indicam propriamente (e muito provavelmente não é esse o escopo de Foucault) os mecanismos a serem empregados a fim de expor e até mesmo contrapor as relações de poder intrínsecas ao discurso *lato sensu* e ao discurso literário em caráter particular. Se procuramos traçar os contornos dessa rede de poder através dos rastros deixados pelo sujeito que concebe o discurso, o seu autor, por exemplo, é o próprio Michel Foucault quem vem nos indicar a inviabilidade de tal empreendimento. Para ele, “o sujeito que escreve despista todos os signos de sua

individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso de que ele faça papel de morto no jogo da escrita.” (2009, p. 268)

De forma similar, a propensão a identificar sinais biográficos em obras literárias, a fim de desvelar as suas correspondências político-sociais, é também atravancada pelo pensamento de Roland Barthes, que aponta a busca pelo sujeito autoral como política elitista e hegemônica. Contrário à concepção de autor como entidade que precede o texto e que lhe confere sentido final, Barthes (2004, p.57) irá indicar que “a escrita é a destruição de toda a voz, de toda a origem”:

Uma vez o autor afastado, a pretensão de “decifrar” um texto torna-se totalmente inútil. Dar um Autor é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita. Esta concepção convém perfeitamente à crítica, que pretende então atribuir-se a tarefa importante de descobrir o Autor (ou as suas hipóstases: a sociedade, a história, a psique, a liberdade) sob a obra: encontrado o Autor, o texto é “explicado”, o crítico venceu (...). (BARTHES, 2004, p. 63)

Reconhecidamente, todas essas pontuações de Foucault e Barthes, desde a sua fundação, irão perpassar não só a crítica, mas também o fazer literário. O sujeito na contemporaneidade, seja em sua forma representada na ficção, seja na figura daquele que concebe o discurso ficcional (o autor), é continuamente pensado como entidade pulverizada. Não obstante, a análise crítica proposta nesta dissertação e principalmente o entendimento de escrita que julgamos perpassar a obra de Evaristo, bem como a de grande parte dos autores afro-brasileiros — a escrita enquanto meio de expressão de um sujeito condicionado por suas relações e engajamentos sociais — passa pela manifestação na história recente da literatura de um fenômeno o qual Diana Kingler (2006), embasada nos apontamos de Hal Foster, identifica como o “renascimento do autor”.

Ao lembrar que hoje escrita e escritor são inseridos em uma cultura de superexposição midiática, a pesquisadora argumenta sobre a impossibilidade de negar a sobrevivência do sujeito autoral ou de limitá-lo a uma “função”, como o

propõe Michel Foucault. Para Kingler, o autor dos tempos atuais é um dos primeiros agentes a jogar com a própria imagem, demarcando o seu lugar de fala de tal sorte que na contemporaneidade se torna incontestável a *importância de se saber quem fala*.

Claramente, como nos explica Kingler, esse retorno do autor não se dá em termos românticos, segundo os quais o sujeito que escreve é a chave do entendimento do texto e do contexto exterior ao qual se refere. Da mesma forma, esse “renascimento” não pode ser reduzido a sintoma da propagação do individualismo em uma sociedade cada vez mais narcisista. A proliferação dessas *escritas de si* (remetam eles ao indivíduo ou a uma coletividade) deve, sim, ser compreendida como “manifestação de uma angústia ligada ao enfraquecimento ou à perda de identidade, em virtude da incerteza hodierna própria à relação eu-Outro” (MIRANDA, 1992, p. 26).

De forma específica, entende-se que as literaturas das minorias compreendem e valem-se singularmente desse poder de reflexão político-identitária inerente à escrita ficcional enquanto registro biográfico. Se a escrita de si também pode ser entendida como a “constituição de si” (FOUCAULT, 2004, p. 149), ao relatar as experiências de um conjunto social, esses textos aos quais nos referimos também trabalham na instituição de uma coesão (ideológica ou experiencial) do coletivo em foco, em suma, de sua consciência. Conjuntamente, ao concebermos que o nome do autor tem o poder de indicar a maneira como o texto deve ser recebido (FOUCAULT, 2009), a inscrição do próprio nome (ou do “nome” de seu grupo) para o escritor subalterno é condição imprescindível para que ele reivindique o direito de enunciação à sua classe e para que ele também, em meio às incertezas de uma “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001), confira algum status de concretude, de coesão e identidade cultural a seu conjunto.

Nesse sentido, ao se vislumbrarem obras de autores ligados especificamente ao nicho “literatura afro-brasileira”, pode-se verificar de fato a tenaz referência à realidade que caracteriza, via de regra, o cotidiano do negro no Brasil. Efetivamente, quando apreciamos a produção literária de Evaristo, por exemplo,

averiguamos uma forte motivação político-social. Tal especificidade pode ser compreendida através da própria trajetória de vida da autora. Conforme já mencionado, nascida em uma favela na zona sul de Belo Horizonte, a escritora trabalhou alguns anos como empregada doméstica e só após muito sacrifício conseguiu prosseguir sua formação escolar. Na realidade, a análise da escrita evaristiana evidencia uma contínua tentativa de inscrever tais marcas sociais e biográficas. Para a autora, fixar seus rastros autorais é uma conduta não só inevitável, mas também substancial à atuação de escritores que não falam a partir da literatura canônica. Conforme enfatiza em entrevista concedida a Eduardo de Assis Duarte:

O ponto de vista que atravessa o texto e que o texto sustenta é gerado por alguém. Alguém que é o sujeito autoral, criador/a da obra, o sujeito da criação do texto. E, nesse sentido, afirmo que quando escrevo sou eu, Conceição Evaristo, eu-sujeito a criar um texto e que não me desvencilho de minha condição de cidadã brasileira, negra, mulher, viúva, professora, oriunda das classes populares, mãe de uma especial menina, Ainá etc., condições essas que influenciam na criação de personagens, enredos ou opções de linguagem a partir de uma história, de uma experiência pessoal que é intransferível. Asseguro que a minha condição étnica e de gênero, ainda acrescida de outras marcas identitárias, me permite uma experiência diferenciada do homem branco, da mulher branca e mesmo do homem negro. (EVARISTO, 2011a, p. 115)

Logo, ao transparecer em sua escrita sinais e experiências inerentes aos grupos sociais a que pertence, acredita-se que Evaristo procura contribuir para o incessante processo de constituição e legitimação de uma consciência negra em nosso país. Para além disso, pensa-se que a defesa pela sobrevivência do sujeito autoral, no caso específico da autora aqui problematizada, constitui-se também em um ato político contra as limitações impostas tanto pelo mercado editorial brasileiro, quanto pelo olhar racista e negligente adotado por boa parcela da literatura canônica em relação à população afrodescendente. Ainda hoje, os autores voltados à representação de questões étnico-raciais enfrentam dificuldades para serem publicados em editoras de renome no país. Em grande parte, esses escritores têm

de veicular seus livros de forma independente ou recorrer àquelas publicações especificamente voltadas a políticas de inclusão, como é o caso dos Cadernos Negros, da Mazza Edições e da editora Nandyala.

Embora tais publicações tenham contribuído de forma bravia para a inclusão do negro nos espaços de poder que circundam e transpõem o universo literário, é preciso compreender que a própria composição desses lugares de fala alternativos evidencia a vigência de uma prática de exclusão étnico-racial. Ao se analisarem os índices e parâmetros de representação do negro no histórico da literatura brasileira, deparamo-nos claramente com essa dinâmica discriminatória. Conforme aponta Duarte (2013), quando personagem, especialmente no caso dos homens, o negro comumente exerce um papel coadjuvante, o qual, na maioria das vezes, é o de vilão dos enredos. Consequentemente, grande parte das narrativas produzidas em território nacional opera de modo a corroborar a crença em torno da fraqueza moral do negro. No caso da representação das mulheres negras, paralelamente, Duarte constata a configuração de um protagonismo maior que o masculino. Todavia, é

um protagonismo marcado, em muitos casos, pela permanência, na cena textual, do mesmo projeto de desumanização que subjaz à estereotipia. Ele se manifesta em construções que ressaltam, por exemplo, a sensualidade e a disponibilidade para o sexo sem compromissos ou consequências, novamente de acordo com imagens sociais determinadas *a priori*, como a da “mulata assanhada” entre outras. (DUARTE, 2013, p. 263)

Os olhares lançados às obras publicadas especificamente no cenário contemporâneo, por sua vez, indicam a persistência dessa configuração do negro como elemento exótico e marginal na literatura brasileira. De acordo com estudo realizado por Regina Dalcastagnè sobre as especificidades do personagem no romance brasileiro contemporâneo, quando se tomam narrativas publicadas entre os anos de 1990 e 2004, constata-se que 7,9% dos personagens são negros, sendo que apenas 5,8% destes protagonistas e 2,7% narradores. De forma similar, no nível da autoria, os índices caminham por essa mesma trilha preocupante. Nada menos do



que 93,9% dos autores estudados são brancos, sendo que três quartos desse total são compostos por homens (DALCASTAGNÉ, 2005).

Diante dessa realidade, muitos escritores e críticos comprometidos com o movimento negro e as políticas de inclusão social têm associado-se no esforço de consolidar e difundir um espaço para a literatura afro-brasileira. Embora ainda haja muitas controvérsias sobre a base conceitual desse gênero de escrita, ao consultar a fortuna crítica disponível, percebe-se que há o entendimento dessas obras enquanto “literatura de fundação”, na medida em que consistem em “resposta específica de um grupo a circunstâncias históricas marcadas pelo embate entre diferentes segmentos da sociedade” (PEREIRA, 2010, p. 320). Para a concepção dessa literatura afro-brasileira, pode-se identificar a presença de alguns elementos centrais, que vão desde o pertencimento étnico-racial do sujeito autoral à escolha dos signos que tecem a narrativa. Nos termos de Duarte (2011), entre as características abalizadoras de uma escrita afro-brasileira estão:

uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo. (DUARTE, 2011, p. 385)

Para além desses elementos constitutivos, Octávio Ianni (2011) afirma a relevância do engajamento social para o processo de elaboração de uma escrita negra. Enquanto meio de representação cultural e espaço de ampla difusão ideológica, a literatura, especialmente quando produzida por minorias sociais, necessita trazer em seu bojo o compromisso de contribuir para o fortalecimento de uma consciência grupal. Ao ter acesso à posição de autor, posto outrora monopolizado pelo branco, o negro pode enfim dar início a um projeto de contestação do imaginário hegemônico criado em torno de si e, ao mesmo tempo, instituir um processo de autorrepresentação e libertação por meio da escrita:

A literatura não só expressa como também organiza uma parte importante da consciência social do negro. Ao lado da política, da religião e outras formas de consciência, ela é uma forma singular, privilegiada, de expressão e organização das condições e possibilidades da consciência do negro. Conforme a configuração histórica, a situação social, a conjuntura política, os meios de expressão disponíveis, o horizonte intelectual do escritor, as manifestações da consciência do negro polarizam-se nesta ou naquela direção: fatalismo e resignação, quilombismo e messianismo, denúncia e crítica social, protesto e revolta. Essas e outras polarizações estão presentes em boa parte da poesia e prosa. E refletem as inquietações, as reivindicações, as buscas de alternativas, o sentimento do mundo, que se espraiam por todos os recantos da vida de indivíduos, famílias, grupos e classes; e atravessa a história da sociedade brasileira. (IANNI, 2011, p. 196)

É necessário ressaltar que, quando se trata das autoras negras, ameaçadas por sua dupla posição de silenciamento, a legitimação de uma literatura afrodescendente adquire uma relevância redobrada. Sistemáticamente traçadas e representadas a partir das perspectivas masculina e branca, para grande parte dessas escritoras, o ato de inscrever-se no universo literário também significa “a retomada da gestão do próprio corpo, salvaguardando-o como mediador na reconstrução das identidades das mulheres afrodescendentes ou não (...)” (PEREIRA, 2010, p. 337-338). Assim, a oportunidade de sustentar a pena autoral possibilita a essas escritoras assumir a parte que lhes cabe na constituição do palimpsesto que é o seu corpo e a sua condição de mulher afro-brasileira. Sua subjetividade, embora ainda fruto de um processo essencialmente criativo, passa a ser esculpida não apenas por mãos alheias, mas também pelas mãos daquelas que sentem na pele o peso da experiência negra e feminina em um país onde imperam relações racistas e patriarcais:

o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. (EVARISTO, 2005, p. 54)

Constata-se assim a essência política arraigada à fundação de uma *literatura negra* brasileira, que “[se descola] aos poucos da história social e cultural brasileira, adquirindo fisionomia própria. (...) [Que se desloca e se desencanta] pela originalidade e força do movimento social do negro” (IANNI, 2011, p. 194). Intrínseca a tal postura militante, característica dessas escritas que se fundem enquanto projeto político, não se pode deixar de debater a relevância da linguagem e da evocação de elementos culturais de matriz afrodescendente. Em um contexto no qual a hegemonia ocidental, simbolizada pela cultura escrita, impõe-se sobre o oriente e especialmente sobre as culturas ágrafas africanas (GONÇALVES, 2010), praticar, ou ao menos remeter, a elementos da literatura oral também se institui enquanto política de inclusão.

Conforme se sabe, a contação de histórias dispõe-se como atividade precípua de muitas das culturas assentadas em solo africano. Por meio da figura do *Griot*, o velho sábio que circula em sua comunidade a difundir narrativas orais, propagam-se não só os conhecimentos, o encanto e as crenças acumulados ao longo da história de um povo, mas também se edifica um mecanismo de resistência cultural, que contesta a supremacia ocidental e letrada, propalada desde o velho provérbio latino: “*Verba volant, scripta manent*”.

Destarte, aquelas manifestações culturais que se pretendem representativas da experiência e memória afrodescendentes, como acreditamos ser o caso da literatura afro-brasileira, certamente não podem deixar de remeter em algum momento à oralidade e, concomitantemente, a toda renitência a ela intrínseca quando entendida como prática cultural afro-diaspórica. Afinal, se as mazelas e memórias afetivas do povo negro não puderam ser registradas graficamente em seu início, tais reminiscências foram levadas de ouvido em ouvido pelas vozes subalternizadas desse mesmo povo:

as várias tradições culturais africanas da diáspora sempre lidaram com esforços individuais e coletivos de guarda e preservação,

reconstituição e reorganização de pedaços, narrativas, cânticos e *performances*, tecidos e traços, plantas e costumes entre outras bagagens que, junto com os corpos e almas, atravessam o Atlântico. (SOUZA, 2007, p. 30-31)

Neste instante, faz-se necessário salientar a manifestação na obra de Conceição Evaristo de inúmeros desses elementos apontados como próprios de uma escrita afro-brasileira. Em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, particularmente, conforme será apontado no próximo capítulo, há a problematização da condição da mulher negra em diversos contextos e conflitos erigidos no seio da sociedade brasileira. A referência a essa realidade social peculiar, no entanto, não é engendrada apenas pela simples menção a episódios de discriminação e luta, que regularmente tipificam a experiência da mulher negra. Há, em primeiro lugar, a alusão às práticas de narrativa oral e a sua implícita exaltação enquanto símbolo da memória cultural afro-diaspórica. Como uma espécie de preâmbulo da antologia nos indica, as treze histórias apresentadas são fruto do trabalho de uma narradora fictícia, empenhada em perambular e coletar vivências que, posteriormente, fundidas pelos liames da ficção, se convertem em experiência narrável, em ensinamento:

Gosto de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E, quase no gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E, quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre meu rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto, estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con) fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou no não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2011b, p. 9)

Percorrido o preâmbulo, o leitor continuará imerso nesse domínio oral das narrativas através de uma sutil alternância entre discurso direto e indireto. Apresentando a sua perspectiva individual sobre o tempo-espaço em que a história é ouvida e, ao mesmo tempo, permitindo que a personagem relate uma reminiscência particular, a narradora “confere ao relato não apenas maior impressão de veracidade, como também (...) assinala a importância de ceder espaço àquela voz que precisa realmente ser ouvida” (GODOY, 2013, [n.p.]). Logo, valendo-nos da definição de Gonçalves (2010) ao analisar o direcionamento oral da escrita de Paulina Chiziane, acreditamos que Evaristo consegue forjar não apenas “o tom, o ritmo, o clima de ‘contação de histórias’” (p. 42), mas também a aura solene e substancial conferida à narrativa oral nos espaços de expressão cultural negra. No ato de escuta da narradora e por meio da escrita *enegrecida* de Evaristo, somos remetidos a incontáveis oralidades negadas pelo racismo vigente na sociedade brasileira. É o que nos evidenciam, por exemplo, as primeiras linhas do conto “Natalina Soledad”:

Natalina Soledad, a mulher que havia criado o seu próprio nome, provocou o meu desejo de escuta, justamente pelo fato de ela ter conseguido se automear. Depois de petições e justificativas, ela conseguiu se desfazer do nome anterior, aquele do batismo e do registro, para conceber um outro nome para si. (...) E a partir desse feito, Natalina Soledad começou a narração de sua história, para quem quisesse escutá-la. E eu, viciada em ouvir histórias alheias, não me contive quando soube da facilidade que me esperava. Digo, porém, que a história de Natalina Soledad era muito maior e, como em outras, escolhi só alguns fatos. Repito, elegi e registrei, aqui, somente estas passagens: (EVARISTO, 2011b, p. 19)

Notadamente, ao remeter à secular tradição das narrativas orais, Evaristo escapa à tirania do esquecimento cultural e recompõe não apenas os traços do narrador em sua acepção clássica, mas também toda uma memória étnica intrínseca à figura do contador de histórias. Como o defende Benjamin (1987), em seu célebre ensaio sobre o narrador, a narrativa em sua versão clássica, ou legítima, em nada se relaciona com aquela configurada a partir da modernidade. O verdadeiro narrador, sob o olhar do pensador alemão, define-se enquanto sábio, enquanto artesão capaz

de moldar histórias e reminiscências alheias, a fim de transfigurá-las em experiências narráveis, em ensinamento para o ouvinte/leitor. Conforme os trechos acima citados indicam, o tom narrativo expresso em *Insubmissas* é continuamente perpassado por essa aura artesanal e pela contínua celebração da faculdade criativa e educadora da figura do narrador.

Assim, se, por um lado, *Insubmissas* incorpora a inclinação observadora do narrador pós-moderno (SANTIAGO, 2002) — as experiências relatadas não são propriamente as vivenciadas pelo narrador, mas sim aquelas apanhadas no ato de ouvir-contemplar—, por outro lado, a antologia se faz alheia às vertigens da escrita pós-moderna, uma vez que não omite o narrador por meio da expressão de perspectivas múltiplas, ou pelo desvanecimento da figura que conta as histórias (HUTCHEON, 1991). Ao invés de “[subtrair-se] à ação narrada” (SANTIAGO, 2002, p. 21), o narrador que percorre toda a antologia demarca tanto o espaço-tempo do ouvir (a ambiência íntima e quase confessional criada pelos lares e vozes alheias), quanto a sua identidade de gênero e étnico-racial: o narrador é, na verdade, narradora, mulher e negra, assim como o são as suas “semelhantes”, as mulheres de quem ela ouve e compartilha as histórias:

Isaltina Campo Belo me recebeu com um sorriso de boas-vindas, acompanhado de um longo e apartado abraço. Depois desse gesto, meio sem graça, me pediu desculpas, dizendo que estava se sentindo tão honrada com a minha presença e, por isso, tinha cometido aquela desmesurada audácia. Não me importei — disse eu — aliás, me importei sim. Gostei tanto, que espero a repetição desse abraço na saída. E soltamos uma boa gargalhada, como se fôssemos antigas e íntimas companheiras. (...) E foi tudo tão espontâneo, que me recordei de algo que li um dia sobre **o porquê das mulheres negras sorrirem tanto**. Embora o texto fosse um ensaio, lá estavam Isaltina e eu, como personagens do escrito, no momento em que vivíamos a nossa gargalhada nascida daquele franco afago. (EVARISTO, 2011b, p. 48, grifo nosso)

Tornando-se, portanto, um amálgama singular da fraternidade imprescindível às mulheres negras e do persistente caminhar do *griot* — caminhar duplo de colheita e disseminação de histórias — a narradora desses contos converte-

se em um dos pilares que tipificam a escrita de Conceição Evaristo como elaboração própria de um trabalho orientado à consciência afrodescendente. Associada a essa perspectiva, a narrativa peculiar, as escolhas lexicais, bem como a alusão a signos das culturas afro-diaspóricas, tornam ainda mais intenso o direcionamento étnico e político de *Insubmissas*. Das tranças nagôs que a personagem Mirtes Daluz tece nos cabelos da narradora, ao som do corá (espécie de harpa africana) recordado por Mary Benedita; da velha tradição africana de macerar folhas para fabricação de tintas, praticada também por Mary Benedita, à dança kendiana, símbolo da celebração da vida, apresentada pela personagem Rose Dusreis; da menção à “santa protetora [dos] negros, a Senhora do Rosário” (EVARISTO, 2011b, p. 77), ao sincretismo afro-católico expresso na feição de velha Adelha Santana Limoeiro (fusão de Santa Ana e Nanã, mito nagô), e, finalmente, da sutil referência à escrava Anastácia<sup>28</sup> à expressa reverência a inúmeras mulheres negras no último conto, intitulado “Regina Anastácia”<sup>29</sup>, delinea-se a negritude como elemento fundador e a figura feminina como componente medular para a concepção de uma escrita subalterna e militante:

- O meu nome é Regina Anastácia. Assim que ouvi essas primeiras palavras de Anastácia e contemplei o seu porte tão altivo, fui tomada por uma enorme emoção. (...) Lembranças de outras rainhas me vieram à mente: Mãe Menininha de Gantois, Mãe Menininha d'Oxum, as Rainhas de Congadas, realezas que descobri, na minha infância, em Minas, Clementina de Jesus, D. Ivone Lara, Lia de Itamaracá, Lea Garcia, Ruth de Souza, a Sra. Laurinda Natividade, a Prof.<sup>a</sup> Efigênia Carlos, D. Iraci Graciano Fidelis, Toni Morrison, Nina Simone... E ainda várias mulheres, minhas irmãs do outro lado do Atlântico, que vi em Moçambique e no Senegal, pelas cidades e pelas aldeias. Mais outras e mais outras. (EVARISTO, 2011b, p. 107)

---

<sup>28</sup> “Escrava Anastácia (Pompéu, 12 de Maio de 1740 — data e local de morte incertos) é uma personalidade religiosa de devoção popular brasileira, adorada informalmente pela realização de supostos milagres. (...) No imaginário popular, a Escrava Anastácia foi sentenciada a usar a máscara por um senhor de escravos despeitado com a recusa de Anastácia em manter relações sexuais com ele.” (QUEM, 2011)

<sup>29</sup> É válido lembrar aqui a etimologia do nome Regina, o qual vem do latim *regina*, *ae*, que em português se traduz como rainha.

É necessário ressaltar que tal inscrição de uma identidade negra e feminina será manifesta não só em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, mas ao longo de toda a obra ficcional produzida pela autora. De forma singular, a partir do romance *Ponciá Vicêncio* (2003), Evaristo problematiza a herança degradante do processo de escravização, seja nos cantões que preservaram a estrutura colonial, seja nos grandes centros urbanos. A protagonista do romance, Ponciá Vicêncio, descendente de escravos, leva o mesmo sobrenome do antigo dono das terras em que sua família habita; o dono das terras era também o senhor dos corpos negros que ali residiam. Assim, sem conseguir desvencilhar-se do passado, cruelmente marcado pela violência moral e física aos seus, já mulher, Ponciá se radica em uma das favelas de um grande centro urbano, entregando-se à apatia ao sentir em seu próprio corpo discriminado e marginalizado a continuidade do fardo imposto a seus antepassados:

Depois de andar algumas horas, Ponciá Vicêncio teve a impressão de que havia ali um pulso de ferro a segurar o tempo. Uma soberana mão que eternizava uma condição antiga. Várias vezes seus olhos visaram a imagem de uma mãe negra rodeada de filhos. De velhas e de velhos sentados no tempo passado e presente de um sofrimento antigo. (EVARISTO, 2003, p. 49).

Em *Becos da memória*, romance originalmente publicado em 2006, a mesma evocação aguda e poética da experiência negra no Brasil faz-se transparecer na escrita evaristiana. Aqui, uma vez mais, tem-se a composição de um narrador gendrado e étnico, engajado em conceber uma ótica interna da subalternidade. Ao longo da narrativa, o leitor é apresentado ao cenário da favela e a todo o drama envolto em um processo de desocupação, por meio do registro escrito de Maria-Nova, uma dentre seus tantos desvalidos habitantes. Do olhar e ouvir atentos às histórias de donas de casa e operários, bêbados e prostitutas, velhos e crianças, homens e mulheres perplexos diante da impiedosa miséria firmada como seu único e possível destino, Maria-Nova, em explícita confluência com o mote literário de *Conceição* Evaristo, concebe a escrita como armamento possível frente à ameaça do apagamento social e cultural de seu povo:



Escrevo como uma homenagem póstuma à Vó Rita, que dormia embolada com ela, a ela que nunca consegui ver plenamente, aos bêbados, às putas, aos malandros, às crianças vadias que habitam os becos de minha memória. Homenagem póstuma às lavadeiras que madrugavam os varais com roupas ao sol. Às pernas cansadas, suadas, negras, alviradas de poeira do campo aberto onde aconteciam os festivais de bola da favela. Homenagem póstuma ao Bondade, ao Tião Puxa-Faca, à velha Isolina, a D. Anália, ao Tio Totó, ao Pedro Cândido, ao Sô Noronha, à D. Maria, mãe do Aníbal, ao Catarino, à velha Lia, à Terezinha da Oscarlinda, à Mariinha, à Donana do Padin. Homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela. (EVARISTO, 2013a, p. 30)

Inevitavelmente, todo esse itinerário da inscrição social e política imanente ao processo criativo de Conceição Evaristo necessita ser acompanhado de um olhar sobre o trabalho de memória subjacente às escritas de minorias. Ao se remeter e forjar a experiência afrodescendente por meio de sua obra, Evaristo não está apenas a se filiar a um nicho literário específico, ou a promover e incitar a consciência de grupo em seus leitores negros. Na realidade, como nos elucidam os estudos da memória, a demarcação política e identitária nos textos da autora também se traduz como esforço para a própria consolidação de uma identidade afro-brasileira.

Segundo Michael Pollak (1992), ao lembrar os apontamentos de Maurice Halbwachs, a memória não deve ser fitada como fenômeno exclusivamente individual, mas também social. Essa perspectiva torna-se válida, de acordo com Pollak, à medida que compreendemos que a memória emerge sim das experiências pessoais, mas também dos episódios que vivemos “por tabela”, ou seja, aquelas experiências que, embora não tenhamos vivido individualmente, passam a confundir-se com nossas reminiscências pessoais ao serem transmitidas de forma sistemática por nossos antepassados:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de

uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 2)

Julgando, portanto, que a identidade (individual ou grupal) alicerça-se em três elementos basilares (“a unidade física”, “a continuidade dentro do tempo” e o “sentimento de coerência”), Pollak afirma que essa “memória herdada” irá assumir papel significativo na constituição de identidades (1992, p. 5). Ao emitir os valores que diferenciam o indivíduo ou o conjunto, essas memórias tornam-se fator essencial para que o sujeito seja capaz de definir os traços constitutivos de sua identidade e de vislumbrar-se enquanto entidade coerente e contínua. Ainda segundo Pollak, a memória e a identidade são na realidade construtos sociais e, assim sendo, o “enquadramento” e a transmissão de reminiscências consistem em verdadeiro “investimento” (1992, p. 7) com o fim de instaurar a almejada coesão e estabilidade identitárias.

Evidentemente, para os grupos que têm negada a sua identidade cultural, o investimento no enquadramento e manutenção de memórias se tornará uma prática substancial. Ao vislumbrarmos o contexto específico da literatura brasileira, por exemplo, pode-se notar o quão relevante e recorrente é, para os escritores provenientes de minorias sociais, a inscrição de reminiscências grupais por meio da ficção. De acordo com nossos apontamentos anteriores, ao investigarmos a obra de Conceição Evaristo, percebemos que o ato de escrever para a autora implica também demarcar o seu lugar de enunciação, desnudar as experiências e lembranças de todo um povo e assim contribuir para que grupos hegemônicos não mais ignorem a sua camada sociocultural.

Além dessa demarcação de uma memória étnico-racial, podemos identificar no discurso de Evaristo a preocupação de também fixar uma memória de gênero. Visto que a mulher negra encontra-se em situação de dupla subalternidade (SPIVAK, 2010), torna-se mister às escritoras pertencentes a esse grupo social assumir-se enquanto sujeitos da escrita e, assim, simultaneamente, denunciar a sua

condição de sujeitos oprimidos. Ao referenciar-se por reminiscências ignoradas pelo discurso oficial, Conceição Evaristo estabelece como possível a propagação do que Pollack entende como “memórias subterrâneas”, ou seja, aquelas experiências concebidas como incomunicáveis por originarem-se em espaços de culturas não letradas e desprivilegiadas socioeconomicamente:

O que eu tenho pontuado é isso: é o direito da escrita e da leitura que o povo pede, que o povo demanda. É um direito de qualquer um, escrevendo ou não segundo as normas cultas da língua. (...) A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é uma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. (...) A literatura feita pelas pessoas do povo, ela rompe com o lugar pré-determinado. (EVARISTO, 2010 apud ARAÚJO, 2011, [n.p.]

Particularmente, acredito que em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, tem-se não apenas o desnudamento de um ponto de vista social específico, mas principalmente a constituição (por meio da memória) do sujeito coletivo “mulheres”. Já através do título do livro, o leitor pode identificar o estabelecimento de um sentido de coesão grupal entre as oriundas do sexo feminino. Tal sentimento de coesão é em seguida ratificado pela subjetiva fala da narradora, que revela sentir uma íntima empatia pelas protagonistas das narrativas, a partir das experiências vividas e, principalmente, em razão dos flagelos a elas impostos. Esse sentimento de comunhão entre as mulheres será invocado em diversas oportunidades ao longo das narrativas. Ao mesmo tempo em que expressões como “minha semelhante”, “minha igual” e “*my sister*” traduzem a maneira como as personagens mulheres se encaram, percebe-se que os próprios enredos caminham em direção a um forte entrelaçamento feminino, configurado frente a variadas opressões impostas por uma sociedade patriarcal.

Constata-se, desta maneira, que a escrita de Conceição Evaristo funda-se especificamente por meio da incorporação e ressignificação de elementos entrelaçados à cultura negra e ao arquétipo feminino. Entretanto, a forma peculiar com que a autora vale-se das imagens, sonoridades e conceitos enfim, que

perpassam os locais de cultura mencionados, contribui para a concepção de uma estética evaristiana por si só. O reconhecimento de Evaristo enquanto elemento representativo da literatura de mulheres e da escrita afro-brasileira dá-se não apenas pela escolha em retratar as questões de minorias, mas também pela maneira singular com que sua obra é instaurada e desencadeada.

A sua escrita, afirmará Evaristo (2007), terá gênese nas histórias (de alegria e lamento) que ouve especialmente das mulheres que compõem seu clã familiar e social. Evidentemente, a forte influência dessas narrativas orais faz-se sentir na obra da autora em questão e distingue a sua escrita dentro do cenário da literatura brasileira em sentido amplo. Junto à oralidade e à demarcação de signos culturais imanentes aos grupos a quem representa e a quem se dirige diretamente, Conceição Evaristo buscará remeter às colossais lutas empreendidas em um macro social por meio da aguda e intimista retratação dos lares e almas de mulheres nascidas e criadas em contextos de subalternidade. Especialmente em *Insubmissas*, espaço no qual o diálogo é a principal via de acesso à narrativa, percebe-se o quanto o entrelaçamento e a cumplicidade comumente associados às conversas entre mulheres serão caros ao processo criativo de Evaristo.

Se os movimentos Negro e Feminista têm como primado o brado, o “ir às ruas”, para efetivar suas postulações, pode-se dizer que a política de Evaristo, embora convergente aos escopos dos movimentos citados, instaura-se por meio da delicadeza e da renitência impressas na falsa subordinação do cotidiano doméstico (seja esse *domus* o próprio lar ou a casa das patroas) cruelmente impostos às gerações incorporadas por suas personagens. Humilhadas e oprimidas, serão essas personagens femininas o principal pilar e sustento de seus grupos familiares. Em suma, conforme prenunciado nos versos de “Eu-Mulher”<sup>30</sup>, será “em baixa voz” que Evaristo procurará “[violentar] os tímpanos do mundo”.

Reconhecida, pois, a inscrição dessas subalternidades na produção literária de Conceição Evaristo, cabe-nos investigar de forma aprofundada as

---

<sup>30</sup> Poema de Conceição Evaristo publicado em: VÁRIOS AUTORES. **Cadernos Negros 13**, São Paulo: Quilombohoje, 1990.

estratégias narrativas empregadas pela autora a fim de moldar uma memória negra e especificamente feminina, ao mesmo tempo coletiva e individual, nos contos que compõem *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Antes, porém, é preciso problematizarmos e estabelecermos a perspectiva teórico-crítica a ser lançada a essa obra desvencilhada dos púlpitos da literatura canônica e premeditadamente voltada às margens sociais e literárias brasileiras.

### **1.3 Na escrita, a subversão: perspectivas sobre uma literatura menor**

No entendimento de Deleuze e Guatarri (1977:14), *menor* não é propriamente aquela literatura concebida em “uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior”. Como corolário dessa proposição, os pensadores elencam três como as características matriciais das literaturas menores. Primeiramente, a desterritorialização da língua: a língua utilizada pelas minorias em suas obras é justamente aquela de que se valem os colonizadores, as classes hegemônicas, no processo de hierarquização e opressão social. Valer-se da língua do sujeito dominante, é, portanto, desterritorializá-la, movê-la de seu escopo e feição original. O segundo aspecto a ser apontado nesse conjunto de obras, de acordo com os autores, é o seu caráter político. Ao contrário das *literaturas maiores* e a sua utilização do meio social apenas como “ambiente e fundo”, aquilo que Deleuze e Guatarri conceituam como a exiguidade do espaço ocupado pela literatura menor, faz com que cada história particular por ela relatada seja diretamente entrelaçada à política. Por fim, os autores defendem a tônica fundamentalmente coletiva das literaturas menores: “não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos de enunciação” (DELEUZE & GUATARRI, 1977, p. 28).

Em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, consoante os argumentos dispostos na seção anterior, há a manifestação de todos esses três elementos enumerados por Deleuze e Guatarri. A língua portuguesa e o espaço literário são, na antologia, desterritorializados por meio da enunciação do *outro* (mulher negra) e da

contínua referência a elementos (entre eles linguísticos) e práticas culturais afrodiaspóricas. Tal desterritorialização, paralelamente é compensada “por uma reterritorialização no sentido” (DELEUZE & GUATARRI, 1977, p. 17), sentido esse profundamente enredado por uma motivação política e coletiva. Torna-se então coerente afirmar que Conceição Evaristo corrobora as práticas de uma literatura menor, uma vez que sua escrita “assume sua marginalidade em relação aos papéis representativos e ideológicos da língua e que aceita o exílio no interior das práticas discursivas majoritárias” (SCHOLLHAMMER, 2002, p. 63).

Embora tal afirmação de um lugar de marginalidade seja oportuna para o delinear identitário dessas escritas que escapam aos ideais imperantes de cultura e, especialmente, de escrita literária, essa mesma demarcação enunciativa afastada dos centros hegemônicos de discurso embaraça o trabalho crítico lançado sobre esse conjunto de obras. Como teorizar sobre essas literaturas que são tomadas e frequentemente querem-se como menores? Os parâmetros adotados para a análise dos textos produzidos nos domínios da literatura canônica podem ser os mesmos empregados na investigação daquelas escritas que contradizem o centro?

Em *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*, Bill Ashcroft et. al. apresentam uma resposta negativa para a questão colocada anteriormente. Os autores alegam o caráter imprescindível de uma teoria literária pós-colonial, dada a insuficiência da produção teórica advinda de centros intelectuais europeus para a compreensão das “complexidades e proveniência cultural variada da escrita pós-colonial” (ASHCROFT et. al; 2002, p. 11, tradução nossa)<sup>31</sup>. Em outros termos, de acordo com essa perspectiva, a literatura concebida em cenários culturais periféricos demanda conjuntamente uma elaboração teórica voltada para as suas especificidades locais.

Efetivamente, desde os anos 1970, com a organização dos chamados “Estudos Pós-coloniais”, a partir dos postulados de pesquisadores como Edward Said e Homi Bhabha, configura-se não só uma preocupação “com a preservação e documentação da literatura produzida pelos povos degradados como ‘selvagens’,

---

<sup>31</sup> No original: “the complexities and varied cultural provenance of post-colonial writing”.

‘primitivos’ e incultos’ pelo imperialismo” (BONNICI, 1998, p.10), como também se tem gerado subsídios teóricos para a exploração dessas escritas. O esforço pela perpetuação e pelo estudo das literaturas marginalizadas implica não somente a legitimação da perspectiva do colonizado, mas também leva à possibilidade de confronto ao *status* totalizante concedido à ótica das classes dominantes.

Logo, configura-se, nesse novo cenário, a emergência do que Walter Mignolo conceitua como “pensamento liminar”, ou seja, inaugura-se uma leitura da condição do indivíduo colonizado não apenas a partir de um olhar hegemônico, mas por meio do diálogo entre este e o ponto de vista dos grupos subalternizados:

“o discurso colonial ou pós-colonial” não é apenas um novo campo de estudo ou uma mina de ouro para a extração de novas riquezas, mas condição para a possibilidade de se construírem novos *loci* de enunciação e para a reflexão de que “o conhecimento e compreensão” acadêmicos devem ser complementados pelo “aprender com” aqueles que vivem e refletem a partir de legados coloniais e pós-coloniais (...). (MIGNOLO, 2003, p. 35)

Dessa forma, a teoria literária pós-colonial irá pautar-se basicamente na ideia do estabelecimento de “[situações] de poder”, através das relações empreendidas entre a cultura dominante e a cultura tida como “mais fraca ou subordinada” (SAID, 1995, p. 246). Consequentemente, com a composição desse campo de batalhas no qual, “a identidade é reivindicada a partir de uma posição de marginalidade” pelas culturas subalternas (BHABHA, 2003, p. 247), uma das principais funções da crítica será problematizar como essa localização marginal — originalmente imposta e posteriormente tomada como lugar estratégico de disputa — abala as esferas de poder e as certezas sobre as quais determinadas sociedades são erigidas:

As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma “normalidade” hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias

diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. (BHABHA, 2003, p. 239)

No contexto de análise aqui proposto, a dimensão dos Estudos Pós-coloniais mostra-se extremamente válida, principalmente quando convergida à problemática dos Estudos Feministas. Contrário ao olhar monolítico do feminismo ocidental, que “elimina as diferenças culturais específicas e categoriza por modelos europeus todas as opressões da mulher sob diferentes manifestações de domínio patriarcal” (BONNICI, 2000, p. 160), o pensamento feminista pós-colonial trará à tona, a partir de uma “prática tradutória” e subversiva (COSTA, 2013, p. 657), as descontinuidades intrínsecas à experiência feminina ao redor do mundo. Assim, visto ser *Insubmissas* uma obra intensamente voltada às diferenças étnico-raciais, etárias, sexuais, físicas, entre tantas outras que perpassam a condição feminina, julgamos que uma análise crítica da antologia não pode escapar às trilhas inauguradas pelos Estudos Pós-coloniais.

De forma similar, a óptica proposta pelos Estudos Subalternos<sup>32</sup> e, sobretudo, por sua obra de maior difusão, o ensaio *Pode o subalterno falar?*, de Gayatri Spivak, pavimenta novas vias para análise dessas literaturas *ex-cêntricas*, como é caso da literatura afro-brasileira. A originalidade do mencionado ensaio está essencialmente na afirmação de impossibilidade de fala do subalterno, desmascarando assim os lugares de poder ocupados pelos intelectuais na sua alegada pretensão de dar voz às massas oprimidas: “(...) o intelectual, inserido no contexto do capital socializado e alardeando a experiência concreta, pode ajudar a consolidar a divisão internacional do trabalho” (SPIVAK, 2010, p. 30).

---

<sup>32</sup> “A expressão “subalterno” começou a ser utilizada nos anos 1970, na Índia, como referência às pessoas colonizadas do subcontinente sul-asiático, e possibilitou um novo enfoque na história dos locais dominados, até então vistos apenas do ponto de vista dos colonizadores e seu poder hegemônico. Emergiria, assim, o nome ‘subalternidade’ que, de nome abstrato, teria seu sentido deslocado para certa concretude e visibilidade. Os estudos subalternos, dessa forma, começaram no início dos anos de 1980, com o indiano Ranajit Guha, como uma intervenção na historiografia sul-asiática, enquanto se tornava um modelo para o subcontinente e, rapidamente, possibilitaria uma séria crítica ao pós-colonialismo. Alguns pensadores, como Ranajit Guha e Gayatri Spivak, utilizam o termo ‘subalterno’ para se referirem a grupos marginalizados; grupos esses que não possuem voz ou representatividade, em decorrência de seu *status* social. Cabe dizer que se trata de um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho.” (FIGUEIREDO, 2010, p. 84)



O prisma lançado pelos Estudos Subalternos, nesse sentido, não irá apenas desvelar a predominância do discurso ocidental no contexto das relações culturais globais, mas também investigará os eixos de hegemonia sobre o qual se apoiam práticas supostamente comprometidas com a inclusão de grupos oprimidos. Ainda, essa segunda atividade desempenhada pelos Estudos Subalternos será sustentada pela própria delimitação do conceito de subalternidade. Conforme elucida Almeida (2013), particularmente no ensaio seminal de Spivak, percebe-se uma definição estrita do sujeito subalterno. Influenciada pela perspectiva de Antonio Gramsci em torno do proletariado (classe abduzida de toda possibilidade de agência), Spivak definirá os subalternos não como de “todo e qualquer sujeito marginalizado” (ALMEIDA, 2013, p. 144), mas sim como aqueles sujeitos pertencentes às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

Obviamente, ao tomarmos os Estudos Subalternos como horizonte para a análise dos textos concebidos sob a égide da literatura afro-brasileira e, principalmente, de *Insubmissas lágrimas*, somos impelidos a questionar até mesmo a plausibilidade de sua inscrição como elaboração cultural de um grupo subalterno. Em que medida a opressão imposta àqueles representados na antologia faz deles indivíduos completamente tolhidos em sua capacidade de agir e veicular as suas postulações? O sujeito autoral que autorrepresenta sua classe em muitos dos enredos delineados em *Insubmissas*, pode, uma vez que detentor de um lugar específico de enunciação — por mais desprivilegiado que seja esse lugar— ser enquadrado como sujeito subalterno?

Análogos a essa questão teórico-terminológica apresentam-se inúmeros outros debates próprios à atual era de emergência de falas marginalizadas. Ao instituir “a reivindicação de uma cultura própria e cerceada aos espaços marginais” (PATRICÍNIO, 2013, p. 638), acredita-se que a escrita de Conceição Evaristo afilie-se a eixos congêneres àqueles em que têm se situado especialmente os escritos

produzidos no cenário das periferias de São Paulo, ou seja, as obras da literatura periférica ou marginal. Embora a representação do cenário suburbano e da cultura de rua (características essas distintivas da literatura periférica)<sup>33</sup> não sejam o ponto central da obra de Evaristo, é frequente em seus escritos a ideia de uma cultura genuinamente marginal e marginalizada, que encara os ambientes aos quais é proscrita (favelas, subúrbios e rincões rurais) duplamente como seu aprisionamento e o seu *locus* de resistência.

Essa ótica ambivalente de cultura, por sua vez, — entidade que permeia e imprime relações de opressão e alforria — nos autoriza a apontar mais uma vertente teórico-crítica, como possível aliada para a leitura de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, qual seja, os Estudos Culturais. Concebidos pela influência do estruturalismo francês e da teoria literária marxista da Grã-Bretanha, tais estudos, em sua gênese, buscarão contrapor o caráter impositivo e normativo da cultura de massas por meio da exploração e *recuperação* da cultura popular (CULLER, 1999). Uma vez que “o poder é um feixe de relações” (FOUCAULT, 1993, p. 248), esse impulso de combate e fomento em torno da ideia de cultura exigirá do crítico literário a contínua busca por aquilo que Jonathan Culler entende como “teoria”, ou seja, uma série de saberes que transpõem os conhecimentos e análises propedêuticos da teoria literária:

Teoria, nesse sentido, não é um conjunto de métodos para o estudo literário mas um grupo ilimitado de textos sobre tudo o que existe sob o sol, dos problemas mais técnicos de filosofia acadêmica até os modos mutáveis nos quais se fala e se pensa sobre o corpo. O gênero da "teoria" inclui obras de antropologia, história da arte, cinema, estudos de gênero, linguística, filosofia, teoria política, psicanálise, estudos de ciência, história social e intelectual e sociologia. (CULLER, 1999, p. 13)

Evidentemente, o presente estudo transparece a forte influência dessa perspectiva teórica interdisciplinar no seio da produção acadêmica contemporânea. A

---

<sup>33</sup> Para uma investigação mais aprofundada do conceito “literatura marginal” e especialmente dos nomes que vêm a consolidando no espaço literário brasileiro, ler: FERRÉZ (Reginaldo Ferreira da Silva), org. **Literatura marginal**: talentos da escrita periférica. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 9-14.

fim de tentarmos esboçar o lugar de enunciação de Conceição Evaristo, até aqui tivemos que nos referenciar por áreas do saber tão vastas que vão desde a sociologia às teorias da narrativa. Como é possível inferir, no próximo capítulo, momento no qual trabalharemos de forma direta com as narrativas que integram *Insubmissas*, a mesma tônica multidisciplinar, que caracteriza tanto os Estudos Culturais quanto os Subalternos e os Pós-coloniais, terá que perpassar o nosso olhar crítico.

A particularidade das circunstâncias em que os contos são concebidos, as quais eles representam e às quais eles se dirigem, não permite de seu estudioso um olhar alheio às discussões políticas e sociais que atravessam as narrativas e suplantam seu pano de fundo. Não obstante, diante da impossibilidade de chegar a uma conceituação pacífica da escrita concebida por Evaristo (será ela melhor agrupada enquanto literatura brasileira, negra, afro-brasileira, menor, subalterna, marginal ou periférica?), e julgando que é pela inserção no “âmbito da escrita que o fenômeno da Literatura Marginal [ou da afro-brasileira e das outras tantas literaturas de minorias] se torna mais transgressor”, as nossas reflexões a seguir serão guiadas pelo preceito de que a prática mais política e subversiva de Conceição Evaristo seja simplesmente o de levar as postulações dos grupos sociais a que pertence a um dos espaços em que a entrada de negros e mulheres é mais negada historicamente: os domínios da arte literária (PATROCÍNIO, 2013, p. 647).

2- “Mulher”: o mapa de semelhanças e diferenças em *Insubmissas lágrimas de mulheres*

A NOITE NÃO ADORMECE NOS OLHOS DAS MULHERES

*Em memória de Beatriz Nascimento*

*A noite não adormece  
nos olhos das mulheres  
a lua fêmea, semelhante nossa,  
em vigília atenta vigia  
a nossa memória.*

*A noite não adormece  
nos olhos das mulheres  
há mais olhos que sono  
onde lágrimas suspensas  
virgulam o lapso  
de nossas molhadas lembranças.*

*A noite não adormece  
nos olhos das mulheres  
vaginas abertas  
retêm e expulsam a vida  
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles  
e outras meninas luas  
afastam delas e de nós  
os nossos cálices de lágrimas.*

*A noite não adormecerá  
jamais nos olhos das fêmeas  
pois do nosso sangue-mulher  
de nosso líquido lembradiço  
em cada gota que jorra  
um fio invisível e tônico  
pacientemente cose a rede  
de nossa milenar resistência.*

(Conceição Evaristo)

## 2.1 Por um sujeito mulher: possibilidades e reivindicações

Consoante ao assinalado na introdução do presente estudo, na contemporaneidade, o discurso feminista se diferencia ao engendrar um duplo movimento de afastamento e aproximação dos debates empreendidos em outros períodos de sua história. Observa-se hoje, à primeira vista, uma concreta reativação do conceito “mulher”, conforme postulado na Segunda Onda Feminista. Todavia, tal reativação não ocorrerá da forma totalizante como se fez outrora. Desde que a questão da diferença tornou-se ordem do dia no âmbito das discussões feministas, “mulher”, ainda que tomado como conceito oportuno e lógico, não poderá ser o signo de uma experiência única e atemporal. Em contrapartida, o reconhecimento da alteridade, no processo de novas denotações do feminino, também coexistirá com a contraíndicação à abstração extrema de gênero veiculada na Terceira Onda Feminista.

Logo, em meio a um intenso período de incertezas sobre a materialidade do sujeito e de argumentações sobre a sua fundação discursiva, o que se constata atualmente é a gradativa reconstituição do corpo como elemento basilar para a especulação, proposta e execução de políticas feministas. Relegada misoginamente a segundo plano pelo pensamento filosófico ocidental e pela recente teoria feminista (GROSZ, 1994), a corporeidade feminina, eminentemente delineada enquanto entidade exclusivamente biológica e natural, passa a ser defendida como categoria de análise útil e como elemento intimamente entrelaçado, e não mais oposto, aos domínios da mente no processo de instituição de subjetividades:

(...) todos os efeitos da subjetividade, todas as facetas e complexidades significantes dos sujeitos, podem ser explicadas de forma tão adequada tomando-se a corporeidade do sujeito como moldura quanto o seria ao utilizarem-se a consciência ou o inconsciente. Todos os efeitos do íntimo e da interioridade podem ser explicados em termos da inscrição e da transformação da superfície corporal do sujeito. Os corpos têm todos os potenciais de elucidação das mentes. Aliás, para propósitos feministas, o foco nos corpos, corpos em suas especificidades concretas, tem o bônus de suscitar inevitavelmente a questão da diferença sexual de uma forma que a

mente não o faz. Questionamentos acerca da especificidade sexual, acerca de quais tipos de corpos, quais as suas diferenças, e quais seriam seus produtos e consequências, podem ser levantados de maneiras que possam demonstrar, problematizar, e transformar mais prontamente a subordinação social das mulheres em relação aos homens. (GROSZ, 1994, p. vii-viii, tradução nossa)<sup>34</sup>

O que se reclama, em suma, é o reconhecimento do corpo, e da ideia de um corpo-mulher, na inscrição das relações de gênero, sem que isso implique, evidentemente, a regressão a uma perspectiva totalizante da condição feminina. Como argumenta Carol Bigwood em *Renaturalizing the body*:

Não precisamos desnaturalizar o gênero se entendermos a natureza como característica indeterminada, mas íntima de nossa condição encarnada. O gênero não é “ocasionado” por uma estrutura anatômica fixa e uma estrutura biológica funcionalista dos nossos corpos sexuais. Apesar disso, ele [o gênero] é “motivado” por ambíguas estruturas naturais-culturais do corpo, e logo devemos afirmar uma certa continuidade na relação entre o gênero e o corpo. (BIGWOOD, 1998, p. 109, tradução nossa)<sup>35</sup>

Identifica-se, por meio dessas falas, a mesma tônica do conceito de mulher proposto no artigo seminal (ou “ovular”, como o diria Cristina Stevens) de Linda Nicholson (2000): o sujeito mulher passa, de fato, a ser fitado enquanto “ mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam” (p. 37). Enquanto mapa, obviamente, esse sujeito será compreendido como matéria, como corpo físico dotado de

---

<sup>34</sup> No original: (...) all the significant facets and complexities of subjects, can be explained using the subject's corporeality as framework as it would be using consciousness or the unconscious. All the effects of depth and interiority can be explained in terms of the inscriptions and transformations of the subject's corporeal surface. Bodies have all the explanatory power of minds. Indeed, for feminist purposes the focus on bodies, bodies in their concrete specificities, has the added bonus of inevitably raising the question of sexual difference in a way that mind does not. Questions of sexual specificity, questions about which kinds of bodies, what their differences are, and what their products and consequences might be, can be directly raised in ways that may more readily demonstrate, problematize, and transform women's social subordination to men.

<sup>35</sup> No original: We do not need to denaturalize gender if we understand nature as an indeterminate yet intimate characteristic of our incarnate situation. Gender is not 'caused' by a fixed anatomical and biological functionalist structure of our sexual bodies. Yet it is "motivated" by ambiguous, natural-cultural structures of the body, and thus we must affirm a certain continuity in the connection of gender to the body.

peculiaridades, as quais, em uma relação de diferença com o mapa outro (o masculino), constituirão a sua especificidade.

Por outro lado, a fim de ilustrar as vias de semelhança e diferença, as imbricações de identidade e alteridade que atravessam o sujeito mulher, esse mapa também terá de revelar-se como corpo político e ideológico. Afinal, ao clamar pela ressurreição do sujeito e, especificamente do sujeito mulher, as vozes contemporâneas mencionadas acima não estão simplesmente a corroborar a crença no dualismo feminino/masculino (e de seus homólogos: natureza/cultura, mal/bem, sensibilidade/razão etc.), mas estão em busca de desvelar as inúmeras e complexas relações de poder que, na atualidade, sustentam a velha dinâmica da diferença sexual.

Não fortuitamente escrita por uma autora de forte engajamento sociopolítico, acredita-se que a antologia de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres* constitui-se como *corpus* em que os debates acima apontados ilustram-se de maneira ímpar. Ao longo das treze narrativas que a compõem, percebe-se o contínuo desvelamento, bem como a encenação e constituição, de um corpo-mulher. Paralelamente, entrecortando as imagens, humores e texturas desse mesmo corpo através das idiossincrasias socioculturais de cada uma de suas personagens, as histórias também delineiam as dores incutidas em “mulheres ‘reais’, ‘materiais’”<sup>36</sup> (HEKMAN, 1998, p. 69, tradução nossa), em razão dos discursos totalizantes e arquétipos impostos em prol da manutenção de uma ancestral homogeneização e submissão feminina.

Com o objetivo de evidenciar a confluência entre a referida antologia e o debate feminista contemporâneo, analisamos a seguir os contos que a compõem, a partir de três eixos temáticos basilares para a constituição identitária do gênero feminino, quais sejam: o corpo, a maternidade e o pertencimento étnico-racial. De forma mais específica, considerando a pena como uma das figurações históricas do falo, como símbolo da cultura e instrumento/arma ainda mais eficaz que a espada na imposição de valores patriarcais (GILBERT & GUBAR, 1984), pretende-se, por meio

---

<sup>36</sup> No original: “real”, “material” women.

dos três eixos citados, analisar os efeitos da escrita quando concebida de um lugar não apenas exterior ao falocentrismo, mas também profundamente oposto aos seus dogmas e operações.

## **2.2 Materializações do feminino: o corpo**

### **2.2.1 Corpos / Sujeitos**

Especialmente a partir da Idade Média, com a intensa propagação e imposição do cristianismo, o corpo da mulher transforma-se em alvo de inúmeras especulações e interdições. Sendo o sexo instituído como um dos prazeres venais e sendo o corpo feminino estipulado como a principal fonte desses prazeres nas sociedades patriarcais, a boa esposa, em oposição às mulheres perdidas, será definida pela capacidade de recalcar as suas pulsões eróticas e de oferecer a si própria como objeto exclusivo de subserviência e procriação:

(...) a mulher honesta só tem interesse moderado pelos arroubos amorosos. (...) O prazer carnal, enfim, encontra-se diretamente conotado às prostitutas, forma de desvalorizá-lo e de afirmar que sua busca desvaloriza uma mulher, mesmo que ela o obtenha no leito conjugal. (MUCHEMBLED, 2007, p. 40 - 41)

Já no século XIX, quando se lançam os disciplinadores véus vitorianos e se multiplicam as pesquisas médicas em torno dos papéis sexuais, da degenerência e das sexualidades periféricas, cria-se um verdadeiro “dispositivo da sexualidade”, a partir do qual a identidade, e particularmente as relações de gênero, instituem-se pelas vias do sexo (FOUCAULT, 1988). Assim, sendo a mulher dos oitocentos ainda delineada como território incógnito e perigoso, o seu corpo é uma vez mais doutrinado através do confinamento ao matrimônio e ao ambiente doméstico. Sem o devido monitoramento, advertirão os homens da ciência da época, esses vasos



frágeis e suscetíveis aos prazeres interditos poderiam ser expostos a males como a corrupção moral e os arroubos nervosos das crises históricas. Conforme nos explica Silvia Nunes:

No século XIX, a histeria é uma questão de mulheres e, mais que isso, a histeria é um sintoma de ser mulher. (...) a histeria é uma doença da opressão da mulher. Nessa linha de pensamento, acredito que a histórica foi também a figura emblemática da mulher que tentava reagir a essa opressão. (...) A histeria é a demonstração mais viva do quanto a sexualidade da mulher, com seus “excessos”, poderia significar um entrave ao projeto de ordenação política da sociedade burguesa. O ataque histórico, que dramatiza de forma espetacular o “desvario” que pode alcançar a sexualidade feminina, expõe, de forma caricata, esse perigo. A histórica é a mulher que renega uma posição passiva de renúncia e submissão, procurando preservar sua potência, que se exprime como um protesto contra essa dominação. (NUNES, 2000 apud MAGNABOSCO, 2003, p. 433)

É preciso ressaltar também o papel essencial do surgimento da psicanálise para a manutenção e consolidação das concepções acima descritas. Pautados em parâmetros falocêntricos, diagnósticos freudianos como o Complexo de Édipo, irão associar o corpo feminino a aspectos e passagens negativas do processo de constituição do sujeito. A fim de inserir-se na cultura e de apartar-se das trevas imperantes no universo pré-simbólico, pré-edípico, é necessário que a criança aparte-se da mãe. Tal separação far-se-á por meio da interdição da figura do pai, da lei, e particularmente em razão do medo da castração no caso do menino e da percepção da ausência do falo em seu próprio corpo, no caso da menina.

Destarte, os padrões de feminilidade e masculinidade (MIGUELEZ, 2007), a estigmatização do corpo feminino como “continente obscuro” (FREUD, 1990, p. 304) e a sua metaforização enquanto falta (a falta do falo, da cultura, da lei) serão intensamente influenciados pela teoria psicanalítica e especialmente pelos estudos da fase edípica. Tamanha subordinação do corpo e da condição feminina, evidentemente, despertará a inconformidade de personagens líderes do movimento feminista, como Lucy Irigaray. Em sua obra *This sex which is not one*, argumentará a autora:

(...) no processo de elaboração de uma teoria da sexualidade, Freud trouxe à tona algo que havia sido operante até então, embora se mantivesse implícito, oculto, ignoto: a indiferença sexual que subjaz a verdade de qualquer ciência, a lógica de todo discurso. Isso é evidente no modo como Freud define a sexualidade feminina. Na realidade, essa sexualidade nunca é definida em relação a outro sexo que o masculino. Freud não vê dois sexos cujas diferenças são articuladas no ato sexual, e, de forma geral, no imaginário e nos processos simbólicos que regulam as operações de uma sociedade e de uma cultura. O “feminino” é sempre descrito em termos de deficiência ou atrofia, como o outro lado do sexo que sozinho detém o monopólio sobre o valor: o sexo masculino.<sup>37</sup> (IRIGARAY, 1985, p. 69, tradução nossa)

Conforme nos indicam diversas das obras de Conceição Evaristo, no âmbito da escrita literária, a contraposição a essa tradição disciplinadora e misógina terá de dar-se a partir de uma representação-investigação aprofundada do corpo da mulher e dos imperativos biológico-culturais reinantes em meio à existência feminina. A essa não apenas aos princípios da ideologia machista, mas também aos axiomas extremistas do feminismo radical — aqui o “corpo aparece (...) como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade” (PISCITELLI, 2004, p. 46) — uma escrita comprometida com a problematização da subjetividade feminina, hoje, parece ancorar-se nos territórios em que o corpo não se constitui unicamente como parâmetro da diferença sexual, mas também se apresenta como instrumento a partir do qual se torne viável a concepção de uma experiência positiva para a mulher.

Notadamente, essa compreensão da mulher como possível unidade e não como falta perpassa diversos dos enredos presentes em *Insubmissas lágrimas de*

---

<sup>37</sup> No original: (...) in the process of elaborating a theory of sexuality, Freud brought to light something that had been operative all along though it remained implicit, hidden, unknown: the sexual indifference that underlies the truth of any science, the logic of every discourse. This is readily apparent in the way Freud defines female sexuality. In fact, this sexuality is never defined with respect to any sex but the masculine. Freud does not see two sexes whose differences are articulated in the act of intercourse, and, more generally speaking, in the imaginary and symbolic processes that regulate the workings of a society and a culture. The “feminine” is always described in terms of deficiency or atrophy, as the other side of the sex that alone holds a monopoly on value: the male sex.

*mulheres*. Envolve as narrativas uma íntima crença na plausibilidade da existência de um “corpo-mulher”. Mais do que isso, há nas histórias o contínuo louvor e respeito a esse corpo, a seus fluidos e contornos e, conseqüentemente, às condições e vivências, mesmo aquelas adversas, a ele vinculadas. Percebe-se nos contos, acima de tudo, a irradiação da ideia de uma coletividade que compartilha tanto aspectos biológicos (um corpo físico), como convicções ideológicas (um corpo político).

Já na narrativa que inaugura a antologia, “Aramides Florença”, evidencia-se a manifestação da tônica acima descrita. A história, que tem como enredo os episódios de violência doméstica sofridos pela protagonista durante e após a gravidez, apresenta ao leitor uma interpretação contrahegemônica do corpo materno. No conto, ao invés de fitada como período de deformação feminina, de extinção da sensualidade, a maternidade estimula a personagem central à autocontemplação de seu corpo. As formas assumidas, privilégio passível de manifestação apenas nas fêmeas, tornam-se motivo de desvanecimento para Aramides Florença:

Estava ela no último mês de gestação, quando meio sonolenta, já de camisola, mas ainda de pé, narcisicamente se contemplava no espelho do banheiro. Estava inebriada com a mudança do próprio corpo. Tudo nela aumentara. O volume dos cabelos, a sobrancelha e até uma pequena verruga debaixo do braço. (EVARISTO, 2011b, p. 15)

De forma similar à gravidez, signos outros distintivos da “experiência feminina”, como a menstruação, serão continuamente acionados de forma emblemática pelas narrativas. No conto “Maria do Rosário”, por exemplo, temos a apresentação das aflições de uma mulher raptada na infância e que apenas retorna a sua cidade natal 35 anos depois do ocorrido. Ainda que longe dos seus, ao menstruar pela primeira vez, a protagonista aprende na fala de uma *semelhante*, da estranha contratada para lhe ensinar as letras, a dimensão e a simbologia do sangue que lhe escorre entre as pernas. A partir dali, descobre Maria do Rosário, ela se tornava mulher:

Das coisas de mulheres, o sangue que perdemos, quando me aconteceu pela primeira vez, da moça que me ensinou a leitura também tive a explicação. - Você agora é uma mulher! - Não entendi. Eu achava que eu já era mulher desde sempre. Tudo se confundiu naquela época, junto ao sangue que me escorria. Pensei em minha mãe. Eu ainda sabia, na memória, o jeito do rosto dela. De minha mãe ouvi, várias vezes, ela dizer que tinha uma menina mulher e dois meninos homens. Agora a moça, por conta do sangue que de mim corria, me dizia que eu já era mulher. (EVARISTO, 2011b, p. 42-43)

A figura da mãe, obviamente, não é aqui mencionada despropositadamente. Maria do Rosário, sua mãe e a moça que anuncia a chegada de sua condição de mulher são unidas, sim, pela estrutura biológica, mas também por instituírem-se como enunciadoras e guardiãs dos segredos, tabus e especificidades do corpo feminino. No universo concebido pela antologia, caberá sempre à geração anterior de mulheres esclarecer às suas descendentes a herança física e sociocultural a elas relegada. O corpo-mulher não é apenas experienciado, mas também concebido e aprendido por meio da fala daquelas que já se educaram, exultaram e disciplinaram em torno da noção de uma fisiologia feminina.

No conto “Isaltina Campo Belo”, por sua vez, que nos traz os conflitos, da infância à velhice, de uma homossexual, tem-se a inscrição da mesma dinâmica observada em “Aramides Florença” e “Maria do Rosário”. Após passar os primeiros anos de vida acreditando ser um menino, Isaltina, por meio de seu corpo e do corpo de sua irmã, bem como através do discurso das mulheres mais velhas, é aos poucos introduzida (e por vezes forçada, como veremos) a um espaço de comunhão com aquelas pertencentes ao mesmo sexo que o seu. Gradativamente, a heroína compreenderá que jamais lhe será possível traçar uma história unicamente sua. O seu destino será sempre envolto pelos nós (e pelo “Nós”) do feminino:

Outro acontecimento que marcou a minha vida, no que tange ao menino que eu acreditava trazer em mim, foi quando surgiram os primeiros sangramentos menstruais de minha irmã. (...) Sem muito rodeio e grandes explicações, ela [a mãe] nos falou do sangue que as mulheres vertem todos os meses. Concluiu a explicação dizendo que a minha irmã havia ficado “mocinha”. E com uma entonação mais baixa e carinhosa de voz, afirmou que brevemente teria duas “mocinhas”

dentro de casa, pois a minha hora estava chegando. E chegou mesmo. (...) Lembro-me que fui invadida por certo sentimento, que não sei explicar até hoje, uma sensação de estar fora de lugar. Eu via e sentia o meu corpo parecer com o de minha irmã e se diferenciar do porte de meu irmão. Eu já sabia que a história do sangue mensal era **nossa**, isto é, de mulheres. Sabia também que só o corpo de mulher podia guardar dentro dele um bebê. Eu via o meu corpo-menina e, muitas vezes, gostava de me contemplar. (EVARISTO, 2011b, p. 52:54, grifo nosso)

Finalmente, esse mesmo prazer de autocontemplação sólido em Aramides Florença e que se manifesta de forma difusa em Isaltina, irá atingir o seu ápice nas passagens finais do conto “Mary Benedita”. Apresentada à magnitude da arte e do conhecimento após passar uma temporada com a tia, que vive de forma independente em uma grande cidade, a protagonista cresce expressando por meio de sua arte maior, a pintura, o júbilo de entender-se como mulher e, mais especificamente, de afirmar-se como uma mulher capaz de traçar seu próprio devir. A *avant-première* de Mary Benedita na pintura acontece junto a sua menarca e, ao decorrer dos anos de prática profissional, ela descobrirá em seu corpo a fonte da tinta mais nobre. Em seu próprio sangue, em seu corpo e sangue-mulher, Benedita encontrará a nascente e razão de sua existência:

A primeira pintura consciente foi no dia em que fiquei menstruada pela primeira vez. Eu tinha doze anos. Tia Aurora já tinha me explicado tudo sobre o sangue que escorre de nós mulheres de vez em vez. Eu aguardava feliz a chegada. Quando meu sangue, primeiro em gotas, depois em intensos borbulhos, jorrou de mim, fui tomada pelo prazer intenso de ser mulher e queria fazer algo que traduzisse aquele momento. Resolvi pintar, fiz algo na tela que me deixou plena de mim. (...)

Apreendi com as mulheres de minha família a extrair sumos de plantas. Cresci vendo minha mãe macerar folhas para tingir nossas roupas. (...)

Entretanto, há uma pintura que nasce de mim inteira, a tintura também. Pinto e tinjo com o meu próprio corpo. Um prazer tátil imenso. Uso os dedos e o corpo, abduco do pincel. Tinjo em sangue. Navalho-me. Valho-me como matéria-prima. Tinta do meu rosto, das minhas mãos e do meu íntimo sangue. Do mais íntimo sangue, o menstrual. Colho de mim. Bordo com o meu sangue-útero a tela. (...)

Veja esses quadros. E sua voz pareceu também sangrante. – São os meus melhores. São os mais de mim. (EVARISTO, 2011b, p. 66:68)

Conforme anunciado anteriormente, a postura transparecida nesses contos caminha em direção a delinear uma estrutura material, corpórea para o sujeito mulher. Todavia, a excentricidade do movimento empreendido por Evaristo consiste em contrapor a universalidade das perspectivas que tomam o corpo feminino, bem como seus processos fisiológicos, como fenômenos “perigosos e/ou ofensivos”, ou demandantes de vigília e proibições (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988, p. 6). Ao traçar, portanto, uma imagem positiva desse sujeito e de identificar o seu corpo como ponto de poder e não de vulnerabilidade, os contos aliam-se a concepções não hegemônicas, fundidas, por exemplo, em postulados de algumas religiões afro-brasileiras, como o candomblé. Nessa religião, “o sangue menstrual (...) também é associado ao poder, vinculado à fertilidade, ‘somente aquelas que podem sangrar podem ter filhos’”<sup>38</sup> (GAMA, 2009, p. 80).

Entretanto, é preciso destacar novamente que o molde do sujeito mulher ao longo da antologia não se delinea apenas por meio da corporeidade. Perpassa também os contos a manifesta concepção de uma política feminina. Na realidade, são recorrentes as passagens em que narradora e personagens tratam-se e qualificam-se enquanto “iguais”, “semelhantes” e “irmãs”. Tal companheirismo ilustra-se de forma intensa já nas primeiras passagens do conto “Shirley Paixão”. Sendo já mãe de duas meninas, a protagonista acolhe em sua casa as três filhas de seu novo companheiro. A relação entre Shirley e as crianças de seu marido, no entanto, em

---

<sup>38</sup> É preciso ressaltar, como destaca Gama (2009, p.81) que, embora se institua como “sinônimo de poder, quando é associado à fertilidade,” o sangue menstrual é também compreendido como desgaste do axé, tornando assim o corpo da mulher enfraquecido e impróprio para a participação em rituais de experimentação do sobrenatural: “A iabassê [filha de santo que dirige a cozinha] não pode cozinhar os pratos das divindades quando está menstruada; a iaô [filha de santo] não poderá, também, ser possuída enquanto estiver nesse estado e, se alguma mulher menstruada penetra no santuário no decorrer da festa, imediatamente os tambores desafinam; finalmente, as iniciadas não chegam ao grau supremo de ialorixá senão quando, segundo a expressão popular, tornaram-se homens”, isto é, depois da menopausa. (BASTIDE, 2001 apud GAMA, 2009, p. 79). Pode-se compreender então que, em certa medida, ao simbolizar o sangue menstrual de uma forma intensamente afirmativa, a antologia desafia postulados misóginos arraigados não somente às culturas de matriz europeia, mas também a alguns elementos das culturas afrodiaspóricas.

nada remete ao primitivo arquétipo da madrasta. A heroína encontrará em suas meninas não uma fonte de rivalidade pelo amor de seu esposo e sim o alicerce a partir do qual ela irá rebelar-se, como veremos, contra a brutalidade do mesmo homem:

As meninas, filhas dele, se tornaram tão minhas quanto as minhas. Mãe me tornei de todas. E assim seguia a vida cúmplice entre nós. Eu, feliz, assistindo às minhas cinco meninas crescendo. Uma confraria de mulheres. Às vezes, o homem da casa nos acusava, implicando com o nosso estar sempre junto. Nunca me importei com as investidas dele contra a feminina aliança que nos fortalecia. Não sei explicar, mas, em alguns momentos, eu chegava a pensar que estávamos nos fortalecendo para um dia enfrentarmos uma luta. Uma batalha nos esperava e, no centro do combate, o inimigo seria ele. (EVARISTO, 2011b, p. 26)

Particularmente, o vínculo fraternal entre as personagens femininas de *Insubmissas lágrimas* combate o estigma da rivalidade, elemento esse acionado em diversos âmbitos sociais, com o fim de tipificar a relação entre mulheres. Conforme defende bell hooks (1984), a crença em uma hostilidade inata entre as fêmeas é um dos fatores que mais dificultam a instituição de práticas feministas. Se principalmente as mulheres não creem na possibilidade de uma aliança sólida e duradoura entre si, não é coerente requerer dos homens, ou dos indivíduos que comandam as relações de poder em sociedades patriarcais, o enfrentamento de ideologias sexistas. Nesse sentido, as narrativas analisadas indicam de forma concreta o caráter substancial de conceitos como solidariedade e união para instituição de um sujeito mulher e de um *rostro* para o feminismo:

A ideologia suprematista masculina encoraja as mulheres a acreditar que somos desprezíveis e que somente adquirimos valor ao relacionarmos-nos ou aliarmos-nos aos homens. É-nos ensinado que as relações que estabelecemos umas com as outras rebaixa a nossa experiência ao invés de enriquecê-la. É-nos ensinado que as mulheres são inimigas “naturais”, que a solidariedade jamais existirá entre nós, porque nós não podemos, não devemos, e não nos aliamos umas às outras. Nós aprendemos bem essas lições. Nós devemos desaprendê-las se quisermos construir um movimento feminista contínuo. Nós

devemos aprender a viver e a trabalhar em solidariedade. Nós devemos aprender o verdadeiro significado e valor da irmandade. (HOOKS, 1984, p. 43, tradução nossa)<sup>39</sup>

### 2.2.2. Corpos objetos

Através da subseção anterior defendemos que a elaboração do corpo/sujeito feminino ao longo da antologia de Evaristo dá-se essencialmente através do apelo a aspectos que impliquem uma comunhão física e política entre as mulheres. Contudo, ao percorrermos as narrativas, constatamos que nelas o processo de composição identitária da mulher dá-se não somente por meio de uma perspectiva otimista de sua experiência. A concepção do sujeito feminino na referida obra envolve conjuntamente a problematização dos percalços e opressões que venham, via de regra, a tipificar o cotidiano das mulheres em sociedades patriarcais. Sob esse prisma, paradoxalmente, a condição de sujeito para a mulher será também atravessada por um constante processo de reificação.

Como se sabe, há vigentes socialmente inúmeros mecanismos que instituem a mulher e o seu corpo enquanto objetos de desejo, exploração, comércio e disputa. Entre esses variados mecanismos, constata-se que a violência, ainda hoje, mantém-se como um dos mais eficientes artifícios em prol do domínio masculino. Conforme dados do estudo *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, publicado pelo IPEA:

---

<sup>39</sup> No original: Male supremacist ideology encourages women to believe we are valueless and obtain value only by relating to or bonding with men. We are taught that our relationships with one another diminish rather than enrich our experience. We are taught that women are 'natural' enemies, that solidarity will never exist between us because we cannot, should not, and do not bond with one another. We have learned these lessons well. We must unlearn them if we are to build a sustained feminist movement. We must learn to live and work in solidarity. We must learn the true meaning and value of Sisterhood.



No Brasil, no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios, o que equivale a, aproximadamente, 5.000 mortes por ano. Acredita-se que grande parte destes óbitos foram decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que aproximadamente um terço deles tiveram o domicílio como local de ocorrência. (GARCIA et. al. 2013, p. 1)

Em confluência a essa inexorável realidade, *Insubmissas* concederá especial destaque à representação das inúmeras violências dirigidas contra a mulher. Assim como seu íntimo biológico e ideológico, também aquilo que é externo a ela, os abusos físicos e psíquicos que lhe são impostos, serão, no contexto da antologia, indicados como aspectos fundamentais da experiência feminina. De uma forma geral, pode-se afirmar que as heroínas das treze histórias serão, ao menos em alguma oportunidade, marcadas pela violência emocional. O dado mais significativo, no entanto, é aquele relativo à representação da violência corporal: em três das narrativas têm-se como temática central os ataques físicos sofridos pelas protagonistas por iniciativa de seus próprios companheiros.

O primeiro dos enredos a abordar o assunto, conforme assinalado anteriormente, é o do conto “Aramides Florença”. Após vivenciar um início de gravidez tranquilo, acompanhada por seu marido no entusiasmo e ansiedade pelo nascimento do bebê, a protagonista vê mudar a rota de sua relação conjugal quando, nos últimos meses de gestação, seu companheiro passa a agredi-la de forma dissimulada e sempre por meio de investidas contra seu ventre, abrigo de Emildes, o filho nascituro:

Um dia, algo dolorido no ventre de Aramides inaugurou uma perturbação entre os dois. Já estavam deitados, ela virava para lá e para cá, procurando uma melhor posição para encaixar a barriga e, no lugar em que se deitou, seus dedos esbarram-se em algo estranho. Lá estava um desses aparelhos de barbear, em que se acopla a lâmina na hora do uso. Com dificuldades para se erguer, gritou de dor. Um filete de sangue escorria de uns dos lados de seu ventre. (...) O homem, pai do filho de Aramides Florença, não soube explicar a presença do objeto ali. (EVARISTO, 2011b, p. 14-15)

O que fica patente através da postura do marido de Aramides é a manifestação de uma das mais comuns causas de atos de violência doméstica, conforme apontada pelos próprios agressores: “controle e posse da mulher, desejo de ter, desejo de não perder, desejo de que as mulheres nada queiram a não ser eles mesmos” (MACHADO, 2006, p. 14). O carrasco de Aramides, inominado, assim como a maioria dos personagens opressores da antologia (eminentemente homens), vislumbrará no filho e em todo o cuidado a ser demandado por ele, uma verdadeira ameaça à ligação emocional e física entre ele e a esposa. O homem aqui será de fato a personificação da sociedade patriarcal e de sua lógica sexista. A fim de sentir-se senhor de Aramides, é preciso que seu homem a mutile, a violento e destitua de seu corpo toda e qualquer aura de sacralidade conferida culturalmente pelo *status* de mãe:

Passadas as duas primeiras semanas [desde o nascimento do bebê], uma noite, já deitados, o homem, olhando para o filho no berço, perguntou a Aramides quando ela novamente seria dele, só dele. (...)

.....  
Um dia, a sutil fronteira da comedida paz, que nos últimos tempos reinava entre o homem e a mulher, se rompeu. (...)

Estava eu amamentando o meu filho – me disse Aramides, enfatizando o sentido da frase, ao pronunciar pausadamente cada palavra –, quando o pai de Emildes chegou. De chofre, arrancou o menino dos meus braços, colocando-o no bercinho sem nenhum cuidado. (...) Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre a nossa cama, rasgando minhas roupas e tocando violentamente com a boca um dos meus seios que já estava descoberto, no ato de amamentação de meu filho. E, dessa forma, o pai de Emildes me violentou. E, em mim, o que ainda doía um pouco pela passagem de meu filho, de dor aprofundada sofri, sentindo o sangue jorrar. (EVARISTO, 2011b, p. 16:18)

Paralelamente, a objetificação do corpo feminino nesse conto virá acompanhada de uma atitude comum às mulheres vítimas de violência doméstica: a negação dos abusos sofridos, em virtude dos laços afetivos que as atrelam aos seus companheiros (MACHADO, 2006). Apesar de, ao final, Aramides rebelar-se contra a situação opressora e seguir emancipada ao lado do filho, os primeiros episódios de violência por ela sofridos são sucedidos pelo perdão e pelo autoconvencimento

acerca da inocência do marido: “Tudo tinha sido atordoamento de alguém que experimentava pela primeira vez a sensação de paternidade. Com certeza, tudo tinha sido atrapalhação de marinheiro de primeira viagem...” (EVARISTO, 2011b, p. 16).

Nesse tipo de reação, implicitamente, estão incutidos o medo da represália machista diante do abandono do lar e, especialmente, o receio de estabelecer uma existência em que se notabiliza ausente a “figura masculina protetora” (MACHADO, 2006, p.14). A exclusão do dominador, nessa medida, só irá dar-se a partir da configuração de um episódio traumático, no qual a violência e o abuso atingem níveis extremos. Essa parece ser, portanto, a angústia maior da perspectiva evaristiana em torno da experiência feminina: o corpo da mulher é um corpo violado, lesionado e, lamentavelmente, tardio em suas práticas de resistência.

A mesma realidade manifesta-se no enredo do conto “Shirley Paixão”. Tendo acolhido as filhas de seu companheiro, Shirley reconhece desde o início a rispidez com que o marido trata especialmente a filha mais velha, Seni. Contudo, a protagonista apenas constata a gravidade da situação e a magnitude do despotismo de seu homem quando um dia, ao chegar a casa, testemunha Seni sendo violentada pelo próprio pai. Sendo também presenciada pelas outras meninas, a violência sofrida de forma concreta no corpo da filha mais velha manifesta-se como violência moral e emocional a todo corpo de mulheres que compõem aquele grupo familiar.

Novamente, a violação padecida, reflexo da hierarquia imposta através das relações de gênero, fará com que a figura dominante, o homem, o patriarca, seja metaforizada enquanto monstro. Seja em “Aramides Florença”, “Shirley Paixão” ou “Lia Gabriel”, conto em que a protagonista, mãe três filhos, igualmente se vê vítima de violência doméstica, o nome do pai será também “o nome da má hora” (EVARISTO, 2011b, p. 86). Nesse último conto, aliás, a aversão à figura paterna irá atingir até mesmo o nível da patologia. Após presenciar espancamentos da mãe, o filho mais novo de Lia Gabriel irá, ao longo da vida, desenvolver ataques de esquizofrenia nos quais debate-se em uma luta contra um feroz inimigo que, conforme é desvendado mais adiante, remete à figura de seu próprio pai.

É relevante apontar que todos esses corpos femininos violados, representados na antologia de Evaristo, serão, antes de tudo, corpos disciplinados. Os abusos impostos a essas mulheres instituem-se por meio da universalização de um pensamento que converte em objetos de posse e doutrinação aquelas que escapam ao arquétipo masculino e suas variantes. A configuração de personagens homens como os vilões dos enredos, assim, não pode ser interpretada puramente como reflexo de uma postura misândrica ou vinculada a princípios de um feminismo radical.

Afinal, a composição do sujeito mulher, no *corpus* analisado, demanda paralelamente o desvelamento dos mecanismos e sujeitos que confinam o público feminino sob instâncias reguladoras. Logo, uma vez que é o homem, historicamente, a figura preponderante no contexto das relações de gênero, a representação do flagelo feminino requer, concomitantemente, a referência à dominação masculina. Para além disso, visto que as narrativas caminham em direção ao agenciamento de suas protagonistas, é preciso também evidenciar como se dará o seu processo de rebelião em relação ao dominador.

Ao valer-se de estudo sociológico sobre o corpo, assinado por Arthur Franck, Elódia Xavier irá destacar que “quando o corpo disciplinado sai de si mesmo para relacionar-se com outros assume uma atitude agressiva, valendo-se da força” (2007, p.65). É exatamente esse ímpeto de agressividade a medida fundamental às heroínas evaristianas, a fim de escapar a situações de subalternidade e opressão. Com o objetivo de contrapor-se à hegemonia sexista, faz-se necessário que a mulher se rebele com a mesma energia da violência contra ela desferida<sup>40</sup>. Tomemos como exemplo a reação da personagem Shirley Paixão ao flagrar o momento em que o marido tenta estuprar a filha mais velha:

---

<sup>40</sup> Como elucida Machado (2006, p. 15): “Culturalmente, a agressão física da mulher contra o homem só se faz em nome de uma ‘reação’, pois a agressão física feminina contra o homem não se articula simbolicamente com qualquer legitimidade disciplinar. É em relação aos filhos que a agressão física feminina se articula como gesto e ato disciplinar. A forma de legitimidade disciplinar da mulher em relação ao companheiro é a forma verbal, que se situa liminarmente entre a ‘queixa’ e o ‘ralhar’ disciplinar da função materna. Assim, quando se instaura a agressão física de mulheres contra seus companheiros, seus atos só ganham inteligibilidade cultural enquanto ‘reação à violência masculina’”.

Foi quando assisti à cena mais dolorosa de minha vida. Um homem esbravejando, tentando agarrar, possuir, violentar o corpo nu de uma menina, enquanto outras vozes suplicantes, desesperadas, desamparadas, chamavam por socorro. Pediam ajuda ao pai, sem perceberem que ele era o próprio algoz. (...) Eu precisava salvar minha filha que, literalmente, estava sob as garras daquele monstro! **Seria matar ou morrer.** Morrer eu não poderia, senão ele seria vitorioso e levaria seu intento até o fim. E a salvação veio. Uma pequena barra de ferro, que funcionava como tranca para a janela, jazia em um dos cantos do quarto. Foi só um levantar e abaixar da barra. Quando vi o animal ruim caiu estatelado no chão. (EVARISTO, 2011b, p. 30, grifo nosso)

Neste momento, é oportuno lembrar que o entendimento da opressão e da reificação como elementos comuns às mulheres não é feito nos contos apenas pela representação de agressões físicas. Para remeter apenas aos contos até aqui analisados, da proibição em subir em árvores à “mocinha” Isaltina Campo Belo, às humilhações verbais dirigidas a Seni por seu próprio pai, passando pela relação senhor e servo estabelecida pelos maridos de Aramides Florença, Shirley Paixão e Lia Gabriel, constata-se também a problematização de inúmeros dispositivos psíquicos, morais e emocionais empregados a fim de promover a submissão feminina. Em outros termos, a definição do corpo mulher em *Insubmissas lágrimas de mulheres* institui-se também pela retratação da “violência simbólica” infligida sobre o sexo feminino, ou seja,

uma violência suave, insensível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias (...) simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2007, p. 7)

Assim sendo, confirma-se, ao fim dessas duas primeiras subseções que, de fato, as narrativas corroboram a noção de uma subjetividade compartilhada entre as mulheres, seja em virtude de uma estrutura biológica, de uma sensação de irmandade política e, especialmente, da condição de sujeitos subjugados. Ao

prosseguir a análise do corpo-mulher ao longo dos contos, resta-nos, portanto, questionar: a premissa de que há uma realidade comungada entre as filhas de Eva implica, necessariamente, o entendimento de que a sua experiência é também uníssona?

### 2.2.3. Corpos abjetos

No renomado estudo intitulado *Powers of Horror*, Julia Kristeva irá desdobrar a noção de abjeção. A abjeção, para a autora, será causada por aquilo que “perturba a identidade, o sistema e a ordem. Aquilo que não respeita fronteiras, posições e regras” (KRISTEVA, 1982, p. 4, tradução nossa)<sup>41</sup>. Nesse sentido, abjetos, na concepção da estudiosa, serão aqueles indivíduos cujas “vidas são baseadas na *exclusão*” (KRISTEVA, 1982, p. 6, tradução nossa)<sup>42</sup>. Abjeto será ainda “o ‘resto’, colocado para fora, que estabelece o **sujeito** e o objeto” (BONNICI, 2007, p. 17). Sendo, portanto, na teoria psicanalítica, o afastamento do corpo da mãe a condição fundamental para o desenvolvimento do sujeito (é preciso que a criança rejeite a mãe e submeta-se à lei representada na figura do pai para se apartar das *trevas* e adentrar na cultura), Kristeva irá significar a instauração do universo simbólico lacaniano como um processo de contínua repulsa ao feminino<sup>43</sup>:

O abjeto confronta-nos (...), e desta vez no interior de nossa arqueologia pessoal, com nossas primeiras tentativas de soltar as amarras da entidade materna mesmo antes de ex-istir fora dela, graças à autonomia da linguagem. É uma violenta e confusa fuga “\com o risco constante de regredir pela influência de um poder tão protetor quanto

---

<sup>41</sup> No original: “(...) what disturbs identity, system, order. What does not respect borders, positions, rules.”

<sup>42</sup> No original: Such lives are based on *exclusion*.

<sup>43</sup> A inscrição do simbólico em Jacques Lacan caracteriza-se pela aquisição da “linguagem, o ingresso na cultura e, principalmente, a entrada do terceiro nomeado pela mãe, ou seja, a entrada do pai em cena, que corresponde ao momento edípico. O Édipo demarca uma passagem do imaginário ao simbólico. Esta passagem do imaginário ao simbólico, em termos antropológicos, corresponde à passagem da natureza ou da barbárie à cultura, que é marcada pelo interdito e representa à regra, a norma, a lei” (POKORSKI, 2011, p. 4)

sufocante. A dificuldade que a mãe tem em reconhecer (ou de ser reconhecida pelo) mundo simbólico — em outras palavras o problema que ela tem com o falo que simboliza o seu pai ou o seu marido — não é a mesma de ajudar o futuro sujeito a deixar a morada natural. A criança pode servir para sua mãe como ícone de sua própria autenticação; há, entretanto, poucas razões para que ela sirva como mediadora para que ele, por sua vez, torne-se autônomo e autêntico. Nesse combate cerrado, a luz simbólica com a qual uma parte terceira, finalmente o pai, pode contribuir ajuda o futuro sujeito, sobretudo se este for dotado de uma grande quantidade de pulsão, a aspirar uma luta contra o que, sendo outrora a mãe, tornar-se-á, um abjeto. Repelindo, rejeitando: repelindo e rejeitando a si. Ab-jetando. (KRISTEVA, 1982, p.13)<sup>44</sup>

A mulher, e particularmente a mãe, por esse ângulo, será situada no *hall* dos indivíduos abjetos. Conforme elucida Thomas Bonnici:

“A abjeção é coextensiva à ordem social e simbólica, com hierarquias tanto individuais como coletivas. Semelhante à interdição do incesto, a abjeção é um fenômeno universal que se encontra tão logo o simbólico ou o social e a dimensão humana é constituída em toda a civilização” (KRISTEVA, 1985, p. 83). Basta analisar os ritos judaicos no Antigo Testamento e a impureza ritual em povos primitivos para concluir que o impuro e a rejeição do impuro sempre se referem à mulher, objeto de interdições. É ela, portanto, o outro, o mal, o perigoso, o fascinante. (BONNICI, 2007, p. 17)

No que tange a antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres*, o primeiro aspecto a se abordar com relação à abjeção é a recusa em se lançar um olhar de repulsa à mulher e aos signos que a caracterizam e diferenciam o sexo feminino. Conforme abordado acima, a temática da menstruação dentro das narrativas, por exemplo, merecerá sempre uma perspectiva positiva e laudatória. Enquanto

---

<sup>44</sup> No original: The abject confronts us, on the other hand, and this timewithin our personal archeology, with our earliest attempts to release the hold of maternal entity even before\_ex-isting outside of her, thanks to the autonomy of language. It is a violent, clumsy breaking away,"with the constant risk of falling back under the sway of a power as securing as it is stifling". The difficulty a mother has in acknowledging (or being acknowledged by) the symbolic realm—in other words, the problem she has with the phallus that her father or her husband stands for—is not such as to help the future subject leave the natural mansion. The child can serve its mother as token of her own authentication; there is, however, hardly any reason for her to serve as go-between for it to become autonomous and authentic in its turn. In such close combat, the symbolic light that a third party, eventually the father, can contribute helps the future subject, the more so if it happens to be endowed with a robust supply of drive energy, in pursuing a reluctant struggle against what, having been the mother, will turn into an abject. Repelling, rejecting; repelling itself, rejecting itself. Ab-jecting.

elemento singular da experiência feminina, o sangue menstrual será, na escrita de Evaristo, símbolo de uma possível feminilidade e, principalmente, emblema do poder relegado às mulheres. Aos seres a quem é permitido menstruar, é dada também a capacidade da procriação e de possibilitar o porvir da humanidade. Obviamente, esse olhar otimista em torno da menstruação irá desafiar parcela relevante da ideologia e da produção intelectual ocidental que, ainda hoje, encara tal fluido como tabu ou como fonte e ícone das supostas ameaças e corrupções intrínsecas ao corpo feminino (BUCKLEY & GOTTLIEB, 1988). Em *Insubmissas*, enfim, o sangue menstrual não simbolizará os perigos de um universo arcaico (o corpo feminino/materno) para a edificação do sujeito e para a hierarquização social e sexual (KRISTEVA, 1982), mas inaugurará o entendimento da mulher como concebível *locus* de manifestação da identidade e não apenas da alteridade (alteridade essa, quase sempre, repugnante e desprezível).

Conforme abordaremos em seção posterior, também a abjeção da figura materna, problematizada por Kristeva, é outra prática constantemente evitada e invertida nos enredos de *Insubmissas*. Aqui, a mãe não é representada como falta essencial para a constituição do sujeito. Ao contrário, a presença daquela que gera a vida será repetidamente abordada como elemento imprescindível para a sobrevivência e resiliência dos grupos familiares dos quais faz parte. Ao invés de continente obscuro, o corpo materno torna-se, por meio desse olhar, um dos poucos lampejos de alento e esperança em inúmeros contextos de opressão.

Por outro lado, além desafiarem e oporem-se a uma interpretação repulsiva do corpo feminino, as narrativas estudadas também reconhecem e introduzem a abjeção como experiência intrínseca ao cotidiano das mulheres. Verificamos até aqui que o movimento para a elaboração de uma noção de mulher em *Insubmissas lágrimas* dá-se, basicamente, a partir do entendimento de que aquelas nascidas sob o signo do sexo feminino compartilharão, além de aspectos biológicos e ideológicos, uma série de opressões sociais. Todavia, o entendimento de união a guiar os contornos do corpo que figura na antologia (seja nas passagens em que esse corpo é representado como sujeito, seja naquelas em que ele é



delineado como objeto), em momento algum faz pressupor a unicidade experiencial desse mesmo corpo.

A constituição das personagens enquanto “mulheres” é continuamente tangida por inúmeros e singulares eixos de exclusão. Nomeadamente, a demarcação da diferença, nesta antologia intensamente envolta em apelos de unidade política, será firmada pela apresentação de vidas abjetas, conforme definidas acima por Julia Kristeva. Buscando duplamente incitar uma nova perspectiva sobre a identidade feminina e desafiar os pressupostos canônicos sobre o mesmo tópico, Evaristo irá apontar como mulheres, em condições abjetas outras além daquelas relacionadas ao seu pertencimento de gênero, pleiteiam o reconhecimento de seu lugar enquanto seres pertencentes à categoria mulher.

A primeira das narrativas em que se assinala a abjeção enquanto elemento constitutivo da experiência feminina será o conto “Natalina Soledad”. Tendo nascido mulher, única dentre seis irmãos homens, a caçula carrega em seu nome de batismo — Troçoleia Malvina Silveira — o ódio sustentado pelo pai em razão da concepção de uma filha mulher. Associando um ideal de masculinidade à capacidade de reproduzir patriarcas, o pai de Troçoleia (ou Silveirinha, como será apelidada), seguido do apoio de sua submissa esposa, irá ignorar e repelir a presença da filha desde a infância à vida adulta:

Como podia ser? — pensava ele. De sua rija vara só saia varão! Estaria falhando? Seria a idade? Não, não podia ser... Seu avô, pai de seu pai, mesmo com a idade avançada, na quinta mulher havia feito um menino homem. E todos os treze filhos do velho, nascidos dos casamentos anteriores, tinham nascido meninos homens. (...) E ele, o neto mais velho, que tanto queria retomar a façanha do avô, vê agora um troço menina, que vinha ser sua filha. Traição de seu corpo? Ou, quem sabe, do corpo de sua mulher? (EVARISTO, 2011b, p. 20)

Enredada por essa atmosfera hostil, a pequena Troçoleia terá que, desde cedo, traçar sozinha os trilhos de sua existência. Nutrindo em si um grande repúdio pelos pais, a menina abriga-se na solidão imposta pelos progenitores e estabelece como propósito único de sua vida a concepção de outro nome para si. Mas antes,

segundo indicado pela fala da narradora, “para criar outro nome, para se rebatizar, antes era preciso esgotar, acabar, triturar, esfarinhar aquele que haviam lhe imposto. Pacientemente, a menina Silveirinha esperou. A moça Silveirinha esperou. A mulher Silveirinha esperou” (EVARISTO, 2011b, p. 23).

Somente após os trinta anos, depois de muito sofrer e compreender a opressão e ojeriza engendradas pelo seu nome próprio, depois de desistir mesmo do amor após “raríssimos encontros, sem graça alguma, com **homens de belos nomes**” (EVARISTO, 2011b, p. 23, grifo nosso), a heroína irá finalmente autonomear-se. Metáfora das mulheres, seres concebidos também discursivamente através da carga ideológica intrincada ao substantivo que lhes denomina, Troçoleia ruma “ao cartório para se despir do nome e da condição antiga” (EVARISTO, 2011b, p. 24), convertendo-se então em Natalina Soledad, nascida sozinha, assim como inúmeras outras mulheres em diversas frentes sociais.

Significativamente, a abjeção, tomada como ponto de convergência feminina em “Natalina Soledad”, será em outros contos delineada como mecanismo a estatuir uma compreensão multifacetada de “mulher”. Em “Adelha Santana Limoeiro”, por exemplo, o corpo feminino é, mais uma vez, estigmatizado pelo viés da sexualidade. Entretanto, sendo a protagonista uma mulher idosa, as interdições ao seu direito ao prazer sexual não percorrerão o mesmo caminho das objeções voltadas à mulher jovem e fértil.

Ciente do passar dos anos, Adelha mantém aceso em si o desejo pelo seu companheiro e persiste em esperar “o pouso dele sobre [ela], como o descanso de uma ave cansada, que reconhece o aconchego de seu velho ninho” (EVARISTO, 2011b, p. 35). Em um desses dias de entrega, no entanto, a protagonista vê seu esposo desalentar-se ao constatar a própria incapacidade de consumir o ato sexual. Ciente da desgraça que o ocorrido simboliza para seu homem, criado para creditar ao pênis o significado maior de sua existência, Adelha Santana fingirá estar nela a fonte da impotência de seu marido, incentivando, assim, o companheiro a recuperar em corpos mais jovens a libido que em sua velha carne parecia amortecida:

Me doeu, mas fiz o que acreditei ser preciso fazer. Eu mesma aconselhei ao meu velho que fosse em frente. Que buscasse rejuvenescer o que lhe era tão caro. E, fingidamente, inventei estar em mim uma limitação que não era e nem é minha. Quem sabe, não estaria no meu corpo a causa de sua anunciada morte? Quem sabe, não viria de mim a causa de um desejo tão amolecido dele? — perguntei, ou melhor, quase afirmei para ele. (EVARISTO, 2011b, p. 36)

Negado para o sexo, o corpo de Adelta prova das mazelas de uma sociedade industrial, que exclui reiteradamente o idoso e, de forma especial, a mulher idosa, por meio de uma “cultura dominante [que] impõe-lhe padrões de beleza e juventude” (XAVIER, 2007, p. 87). Não obstante, apesar de perder, aos olhos da sociedade, “a justificação de sua existência”, junto à perda de sua fecundidade (BEAUVOIR, 1967, p. 343), a protagonista encontrará na abjeção a ela imposta um espaço para viver dignamente. Ao contrário do marido, que morre na casa de uma das suas jovens amantes, adotando como gesto último a elevação das mãos ao seu órgão desfalecido, Adelta Santana decide “viver a grandeza de [sua] velhice” (EVARISTO, 2011b, p. 36), sem sustentar o desejo ou a ilusão do retorno de um vigor que não mais pertence ao seu corpo.

Do mesmo modo, a antologia ainda apresentará outra vivência de abjeção (a homossexualidade), que, por sua vez, também reivindicará uma perspectiva caleidoscópica em torno do *feminino*. A temática é problematizada através do conto “Isaltina Campo Belo”, no qual a protagonista, da infância à vida adulta, vive o dilema de assumir a sua orientação sexual e, ao mesmo tempo, incorporar os elementos constitutivos do arquétipo feminino.

Desde o início do conto, somos introduzidos a uma perspectiva performativa e discursiva de gênero, conforme irá propô-lo Judith Butler, influenciada pela teoria dos atos de fala performativos de John Langshaw Austin. Para Butler, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BULTER, 2003, p. 48). Ou seja, as noções de feminino e masculino serão continuamente concebidas pela própria linguagem empregada em sua

definição. A linguagem, sob essa concepção performativa, fabrica a realidade, na mesma medida em que a nomeia.

Em nítida convergência com essa perspectiva butleriana, a narrativa nos apresenta uma Isaltina, já na infância e adolescência, a sentir em si a inadequação das amarras do gênero em seu corpo e a questionar os olhares externos que a definem como mulher. Embora reconheça em si os sinais distintivos da corporeidade feminina (a menstruação, a capacidade de gerar filhos), o seu desejo escuso pelos afagos de suas semelhantes faz a protagonista vislumbrar, dentro de si, a existência de um menino:

Eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber. Tinham me dado um nome errado, me tratavam de modo errado, me vestiam de maneira errada... Estavam todos enganados. Eu era um menino. (...)

.....  
E esse menino crescera comigo, assim como cresceram os meus seios. (EVARISTO, 2011b, p. 50; 55)

Já adulta, pressionada por parâmetros sexistas e heterossexuais, a protagonista irá iniciar um relacionamento com um dos colegas de faculdade. Confessando a ele o desejo que sentia por aquelas de seu mesmo sexo, o namorado a assegura: ele tinha a capacidade de torná-la mulher. Eis que então, em uma festa de aniversário, o rapaz, junto a outros cinco homens, inflige no corpo de Isaltina o ato que entende como primordial para a instauração da identidade feminina: a penetração pelo pênis. Da violação, nasce a filha Walquíria e, junto a ela, o aprofundamento da incerteza acerca do pertencimento à categoria mulher. Seria a feminilidade instaurada apenas a partir de sua relação de diferença com o signo “masculinidade” e por meio das ações que os homens cominam sobre o corpo das mulheres?

No entanto, na primeira reunião de jardim de infância de sua filha, dissipa-se a dúvida de Isaltina. Reunida em uma sala com mães de diferentes vivências e identidades, associadas por um objetivo comum (o cuidado e desenvolvimento de seus filhos), Isaltina encontra, no mirar persistente da professora que coordena o

encontro, o desejo que há muito havia soterrado. A protagonista compreende então que a sua identificação enquanto mulher não precisaria passar pelo crivo da heterossexualidade ou dos paradigmas de “feminilidade”. Ela poderia, sim, sentir-se pertencente ao sexo feminino, ainda que seu corpo homossexual fosse continuamente repellido e ignorado pelas normas e práticas sociais hegemônicas:

Na primeira reunião do jardim de infância, em que matriculei Walquíria, naquele momento, apreendi não só as orientações que a professora transmitia às mães das crianças, mas também o olhar insistente da moça em minha direção. E foi então que o menino que habitava em mim reapareceu crescido. Voltei à minha infância, imagens embaralhadas se interpunham entre mim e a moça. Minha mãe, meu pai, a operação de apendicite, a menstruação de minha irmã a escorrer pela perna abaixo, a minha logo depois, nós duas ouvindo várias vezes os ensinamentos de como deviam se comportar as mocinhas e meu irmão subindo em árvores com o consentimento de minha mãe... Nesse emaranhado de lembranças, lá estavam o meu corpo-mulher, a cena do estupro, minha filha nascendo. E, de repente, uma constatação que me apaziguou. Não havia um menino em mim, não havia nenhum homem dentro de mim. Eu, até então, encarava o estupro como um castigo merecido, por não me sentir seduzida por homens. Naquele momento, sob o olhar daquela moça, me dei permissão pela primeira vez. Sim, eu poderia me encantar por alguém e esse alguém podia ser uma mulher. Eu podia desejar a minha semelhante, tanto quanto outras semelhantes minhas desejam o homem. **E foi então que eu me entendi mulher, igual a todas e diferente de todas que ali estavam.** (EVARISTO, 2011b, p. 57-58, grifo nosso)

O trecho supracitado corrobora de forma ímpar a confluência entre o debate feminista contemporâneo e a antologia de Evaristo. Novamente, embora persista na comunhão de um corpo físico e político entre as mulheres, ao abordar a experiência desses corpos abjetos acima (a mulher idosa e a mulher homossexual), entende-se que Evaristo permite também uma ótica sob a diversidade intrínseca às relações de gênero. O corpo-mulher, na obra analisada, consistirá então de fato em um “mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam” (NICHOLSON, 2000, p. 37). No entanto, não é somente ao tratar da corporeidade que *Insubmissas lágrimas de mulheres* nos apresenta uma perspectiva coesa, apesar de plural, da categoria

mulher. Abordamos, a seguir, de que forma as narrativas retratam um dos pilares para a constituição da identidade feminina: a maternidade.

### **2.3 Entre a mater dolorosa e as gestações repulsivas: a mulher-mãe**

De acordo com Elisabeth Badinter, em seu estudo intitulado *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), embora o vocábulo “instinto” não seja mais usado com frequência nas definições sobre a maternidade, toda a ideologia intrínseca a esse termo continua vigente na perspectiva hegemônica sobre o papel da mãe em sociedade. “Mesmo reconhecendo que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza.” (BADINTER, 1985, p. 21).

Ainda segundo a autora, embora se sustente essa concepção de instinto materno sobre os pilares da natureza, a sua origem vincula-se a demandas de um cenário político-econômico específico, configurado em fins do século XVIII. Há, a partir de então, a difusão dos estudos demográficos (especialmente na forma de alertas sobre a redução dos índices populacionais) e também a propagação dos ideais iluministas de igualdade e felicidade individual. Esses últimos, de acordo com Badinter, foram fatores essenciais para a modificação do tratamento dado à criança e principalmente do papel exercido pela mãe. Tendo como parâmetro a Virgem Maria, a figura materna passa a ser vinculada a princípios como devoção, santidade, guarda e fidelidade. Será, então, da mãe a missão de garantir a passagem segura da infância à vida adulta para seus filhos:

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa “nobre função”, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se frequentemente a “vocação” ou o “sacrifício” materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criar  o hábito de pensar que toda boa mãe é uma “santa mulher”. (BADINTER, 1985, p. 223)

Conforme enfatiza Nancy Chodorow (1999), a “maternidade é um dos poucos elementos universais e persistentes da divisão sexual do trabalho” (p. 3, tradução nossa) <sup>45</sup>. Logo, o arquétipo materno será primordial para o entendimento da definição de mulher que atravessa o mundo contemporâneo. De forma especial, a figura da mãe, presença assídua nos enredos de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, consistirá em componente medular para a compreensão do perfil feminino delineado por Evaristo. Será, no contexto da antologia, a maternidade tomada como condição *sine qua non* da experiência feminina? Quais os recursos empregados pela autora, a fim de esboçar imagens da *diferença* a partir de um paradigma tão sedimentado como o da mãe? Esses são alguns dos tópicos que discutimos a seguir.

### **2.3.1. Não à matrofobia: o retorno da mãe**

Para Cristina Stevens (2008), o corpo da mãe, via de regra, não é um corpo suficientemente problematizado no universo literário. A mãe, à parte de seu papel de guardadora do lar (seja ela cumpridora ou não dessa missão), é raramente contemplada em textos ficcionais e, particularmente, são ignoradas a historicidade e contingência intrínsecas ao arquétipo materno. Com isso, argumenta a autora ao retomar Lucy Irigaray, a literatura corrobora parte significativa da teoria psicanalítica, propaladora da já mencionada tese segundo a qual a separação do corpo materno constitui-se em processo imprescindível à concepção do sujeito, à constituição de si:

A relação com a mãe é um desejo louco, porque é o “continente escuro” par excellence. Ela permanece nas sombras de nossa cultura, é escura e infernal. ... Essa experiência primária não é muito popular entre os psicanalistas: na verdade, eles recusam-se a vê-la - há o perigo da fusão, morte, sono letal, se o pai não interferir para cortar esta ligação desconfortavelmente próxima da matriz original. Será que

---

<sup>45</sup> No original: Women’s mothering is one of the few universal and enduring elements of the sexual division of labor.

o pai substitui o útero com a matriz de sua linguagem? Mas a exclusividade de sua lei recusa toda representação daquele corpo primeiro, daquele lar primeiro, daquele primeiro amor. Isto é sacrificado e constitui matéria para um império de linguagem que privilegia tanto o sexo masculino que o confunde com a raça humana. (IRIGARAY, 1993 apud STEVENS, 2008, p. 95.)

Diante desse contexto, Stevens defende uma aproximação nova, penetrante e mais positiva do corpo materno. Para a pesquisadora, uma vez que a “maternidade é um *locus* de poder e opressão, autorrealização e sacrifício, reverência e desvalorização” (STEVENS, 2008, p. 91), faz-se necessário que a mãe seja ficcionalizada e estudada criticamente por meio da ótica da mulher. Diferente dos truísmos do Feminismo Radical, que identificavam no corpo feminino e principalmente na gestação as causas primeiras da subalternidade feminina, esse novo olhar funda-se a partir da premissa de que “o corpo da mulher não é nosso inimigo, mas nossa força; [uma vez que] ele é a fonte de todos os outros corpos (...)” (GREER, 1999 apud STEVENS, 2008, p. 111).

Entende-se que grande parte das narrativas de *Insubmissas lágrimas de mulheres* reverbera essa renovada maneira de vislumbrar a maternidade. Em “Aramides Florença”, por exemplo, deve-se destacar a configuração do corpo materno como objeto de admiração e conquista para a própria mulher. Conforme indicado em passagem citada anteriormente, a protagonista, quando grávida, detém-se diante do espelho a contemplar-se “narcisicamente (...), inebriada com a mudança do próprio corpo” (EVARISTO, 2011b, p. 15). A maternidade aqui também é apontada como sinônimo de bravura, uma vez que a “coragem masculina” do marido de Aramides não foi o suficiente para que o pai se dispusesse a assistir ao parto do próprio filho (EVARISTO, 2011b, p. 16).

Na cena em que ocorre o estupro conjugal, por sua vez, constata-se em Aramides a manifestação dos padrões identificados por Badinter como abalizadores dos paradigmas da maternidade. Ratificando a noção de que o cuidado da prole é uma inquietação precípua da boa mãe, a heroína deste primeiro conto, no momento da violação sexual, esboça como único gesto de defesa a proteção de um dos seios,



fonte de alimento e sobrevivência para seu filho. O ato de amamentar, nesse sentido, é homologado como prática sagrada e como ícone da sublimidade do corpo feminino:

Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre a cama, rasgando as minhas roupas e tocando violentamente com a boca um dos meus seios que já estava descoberto, no ato de amamentação de meu filho. (...) Do outro seio, o que ele não havia tocado, pois defensivamente eu conseguia cobrir com parte do lençol, eu sentia o leite irromper. (EVARISTO, 2011b, p. 18)<sup>46</sup>

Percebe-se acima de tudo neste conto, assim como nos outros a serem analisados na atual subseção, o renitente delinear de uma imagem favorável e contínua da figura materna. Vivências e posturas específicas (algumas delas, é bem verdade, convergentes ao discurso “naturalista” e “instintivo” sobre a maternidade) serão repetidas ao longo das narrativas, a fim de consolidar uma visão sobre a maternidade e, conseqüentemente, sobre a ideia de mulher. Uma dessas posturas repisadas é, claramente, a recusa em retratar o corpo materno como falta, assim como proposto por meio da teoria psicanalítica. Em “Aramides Florença”, a falta é, na realidade, personificada pela figura paterna, que, ao abandonar o ambiente doméstico, possibilita o desenvolvimento pleno de seu filho.

De forma correlata, no conto “Shirley Paixão”, o mal também é trazido pela imagem paterna. É preciso que o pai se ausente, a fim de que seja assegurada uma educação moral e afetiva qualitativa para os filhos. Ainda nesse conto, temos a expressão de outros elementos favoráveis ao entendimento da maternidade como signo inteligível a todas as mulheres (seja enquanto filhas, seja enquanto mães) e, sobretudo, como passagem benfazeja da experiência feminina. Seni, a filha mais velha de Shirley Paixão, em seu hábito de cuidar e preocupar-se com as irmãs

---

<sup>46</sup> É preciso enfatizar aqui a simbologia inerente ao ato empreendido por Aramides. Embora a amamentação, seja, por meio do senso comum, vislumbrada como prática usual às mães desde os primórdios, é somente ao final do século XVIII, com a ampliação da responsabilidade feminina sobre a criação dos filhos, que o ato de amamentar, principalmente para a mulher burguesa, adquire uma aura corriqueira e natural. A amamentação será, então, um dos pilares da constituição do arquétipo materno vigente na contemporaneidade (BADINTER, 1985). Conforme defenderá o oitocentista Dr. Brochard, citado por Badinter (1985): “o filho no seio materno é a glória da mãe” (p.194)

caçulas, encena uma espécie de educação para a maternidade, identificada por Nancy Chodorow como prática comum da relação mãe-filha e, regularmente, destituída de um equivalente no vínculo entre mãe e filho:

As mulheres, enquanto mães, produzem filhas com capacidades maternais e com o desejo de tornarem-se mães. Essas competências e necessidades são construídas e desenvolvidas por meio da própria relação entre mãe e filha. Em contrapartida, as mulheres enquanto mães (e os homens enquanto não mães) produzem filhos cujas capacidades e necessidades de nutriz têm sido sistematicamente podadas e reprimidas. (CHODOROW, 1999, p. 7)<sup>47</sup>

Já no que se refere ao desmantelamento do corpo materno como fonte de um universo tenebroso e obscuro, entende-se que uma passagem em que Shirley Paixão e a filha Seni se abraçam, após uma discussão com o pai, metaforiza, de forma única, a compreensão afirmativa do corpo materno reclamada por Cristina Stevens. Diante das ameaças do mundo exterior, tomado pelo comando e tirania patriarcais, Seni esboça um movimento de retorno ao útero materno. Contudo, o processo de regressão aqui não se dá em direção a um espaço soturno e desconhecido. O corpo da mãe, em “Shirley Paixão”, constitui-se em um velho e familiar recanto de acolhimento:

Seni entrou em pânico. Chorava desesperadamente, me agarrava com tamanha força, como se quisesse enfiar o corpo dela dentro do meu. Como se pedisse abrigo no mais profundo de mim. A sensação que eu tive foi como se ela tivesse regredido no tempo. (EVARISTO, 2011b, p. 28)

Por fim, esse mesmo olhar coeso e otimista da identidade materna irá atualizar-se no conto “Lia Gabriel”. Vítima de violência doméstica e mãe de um menino esquizofrênico, conforme já visto, a protagonista desse conto evocará na

---

<sup>47</sup> No original: Women, as mothers, produce daughters with mothering capacities and the desire to mother. These capacities and needs are built into and grow out of the mother-daughter relationship itself. By contrast, women as mothers (and men as not-mothers) produce sons whose nurturant capacities and needs have been systematically curtailed and repressed.

narradora a lembrança de outras mães que percorrem a antologia e que, por meio de suas angústias e júbilos, fazem valer as crenças arraigadas ao velho adágio popular: “ser mãe é padecer no paraíso”. Tanto as histórias daquelas que vivenciaram as dores do parto e da maternidade, quanto as daquelas que as experimentaram através de um olhar externo — como ocorre com a protagonista de “Líbia Moirã” — operam de forma a conceber o sofrimento e a persistência maternas como uma vivência única e ao mesmo tempo compartilhável entre todas as componentes da categoria mulher, sejam elas mães ou filhas:

Enquanto Lia Gabriel me narrava a história dela, a lembrança de Aramides Florença se intrometeu entre nós duas. Não só a de Aramides, mas as de várias outras mulheres se confundiram em minha mente. Por breve instante, me veio também a imagem da Mater Dolorosa e do filho de Deus pregado na cruz, ficções bíblicas, a significar a fé de muitos. Outras deusas, mulheres salvadoras, procurando se desvencilhar da cruz, avultaram em minha memória. Aramides, Lia, Shirley, Isaltina, Daluz e mais outras que desfiavam as contas de um infinito rosário de dor. E depois, elas mesmas, a partir de seus corpos mulheres, concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo. (EVARISTO, 2011b, p. 81)

Novamente, nas passagens em que Lia Gabriel é violentada pelo marido, é possível não apenas atestar a crença em uma comunhão do flagelo materno entre as mulheres, mas constata-se principalmente a inscrição do amor maternal da maneira como tem sido difundido, desde o século XVIII, pelo imaginário coletivo: um amor universal, excelso e incondicional. No ato da violência sofrida, o que mais mortificará a heroína será testemunhar a tortura emocional e física dos filhos:

Em seguida, ele me jogou no quatinho de empregada e, com o cinto na mão, ordenou que eu tirasse a roupa, me chicoteando várias vezes. Eu não emiti um só grito, não podia assustar mais as crianças, que já estavam apavoradas. **O que mais me doía era o choro desamparado delas.** Depois, ele voltou à sala e me trouxe o meu menino, arremessando a criança contra mim. Aparei meu filho em meus braços, que já sangravam. (...) E, quando uma das chicotadas pegou o corpo do menino, eu só tive tempo de me envergar sobre meu filho e oferecer as minhas costas e as minhas nádegas nuas ao homem que me torturava. (EVARISTO, 2011b, p. 86-87, grifo nosso)

Por meio dos contos até aqui analisados, constata-se que Conceição Evaristo, através do arquétipo materno, renova o traçar de um perfil identitário para aquelas nascidas sob a insígnia do sexo feminino. Ora contestando, ora corroborando antigos pressupostos gerados em torno da identidade da mãe, a autora respalda, sobretudo, a crença na plausibilidade do conceito “mulher”. Todavia, essa visão coletiva da maternidade não reina só entre os enredos de *Insubmissas*. Através de outras personagens, a obra apresentará as vivências individuais que também tornam utópica a universalização e naturalização da experiência maternal.

### **2.3.2 “Que o meu leite fosse um mortal veneno”: os ventres interditos**

Conforme apontado anteriormente, a protagonista do conto “Isaltina Campo Belo” torna-se mãe após sofrer um ato de violência sexual praticado por cinco homens. Homossexual, solteira e vítima de uma violação tão atroz, Isaltina não incorpora em nada os elementos ainda hoje utilizados na construção do estereótipo materno. Em detrimento disso, e apesar dos inúmeros infortúnios por ela confrontados por não corresponder aos ditames da matriz heterossexual, Isaltina irá conservar impassível o amor pela filha, criando-a com tamanho zelo que a figura do pai, uma vez mais ausente, torna-se escusada: “Walquíria se fez sozinha em mim. Pai sempre foi um nome impronunciável para ela. Dentre cinco homens, de quem seria a paternidade construída sob o signo da violência?” (EVARISTO, 2011b, p. 56).

Ao retratar a capacidade de Isaltina enquanto mãe, Evaristo aponta um caminho distinto para a compreensão do amor materno. A gênese desse sentimento, no conto sob apreciação, não terá como pressuposto a obediência a este ou aquele paradigma relativo à orientação sexual. O desejo de Isaltina por outras mulheres não impedirá que ela também experimente em seu corpo o prazer de uma experiência apenas reservada às fêmeas: a maternidade.

Assim como Isaltina, a antologia apresentará ao leitor as histórias de outras mães inconcebíveis aos olhares hegemônicos. Uma dessas mães será a personagem principal do conto “Mirtes Aparecida Daluz”. Cega e grávida, Daluz contraria os padrões veiculados desde fins dos setecentos em torno dos atributos maternos.— Como uma mãe deficiente será capaz de exercer a sua função precípua (a de proteção e cuidado dos filhos)? — Na realidade, a dissociação entre a protagonista e o ideal materno é tamanha que, não só a narradora espanta-se com a possibilidade de Daluz ser mãe, mas também o marido da personagem mata-se, receoso acerca dos distúrbios que a deficiência de sua mulher ocasionariam em sua prole:

-Talvez, meu companheiro tenha sido vítima de uma angustiante imaginação. Enquanto eu aguardava pela criança, engravidada pela alegria de estar me tornando mãe, ele não. Um confuso e angustiante sentimento de paternidade de um filho, que ele não sabia como poderia ser, estaria sendo vivido por ele. (...) Como seria a nossa criança? O que ela herdaria da mãe? (EVARISTO, 2011b, p. 71)

Por conseguinte, ao apresentar uma mãe deficiente, extremamente segura de sua capacidade enquanto nutriz, a antologia contesta perspectivas totalizantes em torno do ideal materno e corrobora a visão da “deficiência como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação (...)” (MELLO & NUERNBERG, 2012, p. 636). A concepção da personagem Daluz enquanto mãe, dessa forma, não apenas problematiza os ditames também físicos instituídos ao redor da maternidade, mas aponta para a natureza humana e civil dos direitos sexuais e de reprodução da pessoa com deficiência.<sup>48</sup>

Por outro lado, se no conto supracitado é a condição física o principal óbice para que a protagonista seja aceita plenamente enquanto mãe, na narrativa

---

<sup>48</sup> Entre as normatizações que asseguram esses direitos está a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, assinada pela Brasil em 2007. (BRASIL, 2009)

“Mary Benedita” é o estilo de vida independente da tia da heroína, Aurora, o que faz com que a família a desautorize de toda e qualquer atividade relativa ao cuidado materno. Aborrecida com as poucas perspectivas oferecidas na cidade interiorana em que vive, a menina Mary Benedita finge estar doente para que assim, sob a justificativa de encontrar tratamento médico adequado, conseguisse deixar a pequena Manhãs Azuis. Bem sucedida em seu intento, a heroína vive um curto período com a tia, até então desconhecida, que mora na capital. Ao ser apresentada a um mundo completamente novo por meio da irmã de seu pai – um mundo em que poderia aprender sobre pintura, música e línguas – Benedita implora a Aurora para permanecer em sua casa.

A partir do pedido da personagem central e principalmente da resposta de Aurora, somos remetidos, novamente, ao caráter impositivo e severamente patriarcal dos paradigmas da maternidade. Pelo fato de não estar casada e de não sustentar nenhuma espécie de dependência em relação aos homens de sua família, a tia de Benedita é isolada, classificada como “ovelha desgarrada” (EVARISTO, 2011b, p. 62) e estigmatizada como má influência para as outras mulheres de seu clã familiar e, especialmente, para as mais jovens:

A resposta foi, que talvez, os meus pais pensassem que ela seria a pessoa menos indicada para cuidar de uma mocinha. Não entendi. Na minha inocência, eu nem imaginava qual conceito a família tinha dessa minha tia. Uma mulher solteira, estudada, que morava sozinha na capital. (EVARISTO, 2011b, p. 63)

Contrariando esse diagnóstico, Mary Benedita identificará na tia a fonte principal de sua educação para a vida. É com Aurora que a protagonista aprenderá a exterminar em seu próprio seio o submisso e alienado “anjo do lar”, identificado por Virginia Woolf, ao início do século XX. Tendo a irmã de seu pai como espelho, Benedita compreenderá não apenas o valor de ter um “teto todo seu”, bem como de “[mobiliá-lo]” e “[decorá-lo]” aos poucos e à custa de muito trabalho e pontuais

subversões (WOOLF, 2008, p. 144, tradução nossa) <sup>49</sup>. A heroína deste conto também tornar-se-á ciente de seu direito ao conhecimento, de desbravar e experimentar o mundo e, principalmente, de traçar seu próprio destino: “A vontade tinha que ser minha. Tratava-se de *ma avie*, de *mon avenir*.” (EVARISTO, 2011b, p. 65)

Entretanto, talvez a narrativa de *Insubmissas* que mais contrarie os pressupostos vinculados à ideia da identidade maternal, e que conseqüentemente também instigue uma perspectiva plural da experiência feminina, seja o conto “Saura Benevides Amarantino”. Sendo mãe de três crianças, a protagonista apenas reconhece como seus filhos os dois primeiros. O motivo do repúdio de seu último rebento, uma menina, é ela ser fruto de um relacionamento fugaz tido por Saura logo após a morte de seu marido. Arrependida por manchar, através dessa aventura amorosa, a digna relação que havia tido com seu falecido esposo, a protagonista transfere para a filha caçula todo o ódio que sentia ao se lembrar de seu ato de “traição”:

Queria esquecer a filha que eu não havia concebido, nem antes e muito menos nos momentos após o parto (...). Ninguém entendia que eu odiava aquela menina. No ato de amamenta-la, eu sempre desejava que o meu leite fosse um mortal veneno. (EVARISTO, 2011b, p. 103-104).

Afastando-se da criança ainda em seus primeiros meses de vida, Saura causará horror em seus familiares e conhecidos, confirmando assim o princípio de que “vemos sempre como uma aberração, ou um escândalo, a mãe que não ama seu filho (...) [e de que] no fundo de nós mesmos, repugna-nos pensar que o amor materno não é indefectível.” (BADINTER, 1985, p. 22). Alheia a tais reprimendas, a personagem central seguirá, mesmo após se tornar avó, firme no papel de “mãe desnaturada”, aos olhos externos, mantendo viva a repulsa direcionada à última filha.<sup>50</sup> Repulsa essa que, concomitante ao amor imenso que Saura devota aos seus

<sup>49</sup> No original: “furnished” (...) “decorated”.

<sup>50</sup> Como argumenta Badinter, a utilização do termo “desnaturada” às mães que não correspondem aos paradigmas da maternidade incute efeitos extremamente “traumatizantes”: “(...) a palavra

dois primeiros filhos, caracterizará *Insubmissas* como espaço em que se questionam as pedras que se querem inamovíveis na complexa estruturação do sujeito mulher:

Dizem que, do amor de mãe, nada sei. Engano de todos. Do amor de mãe, sei. Sei não só da acolhida dos filhos, que uma mãe é capaz, mas também do desprezo que ela pode oferecer.

.....  
 Já me perguntaram se eu tenho remorsos em relação a essa criança que desprezei. Não. Não tenho. E não consigo inventar um sentimento em mim, só para me salvar dos julgamentos alheios. (EVARISTO, 2011b, p. 99; 104)

#### **2.4 O meu sexo é também a minha cor: um feminino negro?**

Ao percorrermos as seções anteriores, defendemos que *Insubmissas lágrimas de mulheres* é uma obra de forte identificação com as vivências de inúmeras mulheres pertencentes a distintos grupos socioculturais. Argumentamos também que tal identificação processa-se não apenas pela exposição de realidades compartilhadas por todas as oriundas do sexo feminino, mas também daquelas experiências vinculadas apenas a determinados conjuntos de mulheres. Não se pode deixar de pontuar, no entanto, que todos os contos analisados são perpassados por e diversas vezes fixam uma ótica negra. O esboço do sujeito mulher concebido a partir da escrita evaristiana, nesse sentido, demanda simultaneamente a compreensão do direcionamento afro-consciente das narrativas.

Assim como o foi e é conclamado pelas inúmeras vertentes do feminismo plural, acredito que o destaque dos contos para a influência do racismo no contexto das relações de gênero remete à advertência capital entabulada por bell hooks (1984): o que as mulheres comungam não são, necessariamente, as opressões por elas sofridas, mas sim o esforço para combater o sexismo. Logo, por meio da pele

---

‘desnaturado’ tem vários sentidos. Se definimos a natureza em termos da ‘norma’, a mulher desnaturada será uma anormal, isto é, uma doente ou um monstro. E se identificamos a natureza com a virtude, a mulher desnaturada será corrompida ou viciosa, isto é, uma amoral, ou uma mãe ruim.” (BADINTER, 1985, p. 190)



negra, Conceição Evaristo esboçará a sua mais contemporânea definição de mulher. Afinal, é ao apresentar heroínas afrodescendentes que *Insubmissas* conseguirá assinalar a *diferença* que secciona os cotidianos das mulheres e também o fator que torna, sob diversos ângulos, esses cotidianos uniformes, qual seja, a resistência feminina.

#### 2.4.1 Negras feridas

Na tese de doutorado intitulada *The open wound: writing black female bodies*, ao analisar narrativas produzidas por escritoras afrodescendentes norte-americanas, Stacie McCormick destaca a profusão de obras em que o corpo da mulher negra é metaforizado como um corpo ferido. Tomando o símbolo das chagas como imagem basilar para concepção de uma identidade feminina e negra, tais autoras, sob o olhar de McCormick, inauguram uma nova compreensão do corpo da mulher afrodescendente e, especialmente, das representações históricas realizadas em torno desse mesmo corpo. Além disso, a pesquisadora também nos aponta o caráter hereditário das feridas expostas nas narrativas estudadas. Sentir o trauma como essência do próprio corpo será uma das vivências compartilhadas entre mães e filhas negras:

Muitas das obras analisadas exploram a ideia de uma dor herdada ou passada adiante como uma relíquia. Essas narrativas teorizam as implicações de um passado mal resolvido através da representação do ato de ferir ao longo das gerações. (McCORMICK, 2011, p. 25)<sup>51</sup>

Embora *Insubmissas lágrimas* seja concebida em um contexto sociocultural distinto daquele em que McCormick recolhe o seu *corpus* de análise, pode-se considerar que a antologia de Evaristo expressa cenários bem similares àqueles problematizados nas obras estudadas pela pesquisadora. Nos contos cuja

---

<sup>51</sup> No original: Many of the works under analysis explore the idea of inheriting pain or of pain being passed down like an heirloom. These works theorize the implications of an unresolved past through their representation of wounding across generations.

análise empreendemos no presente estudo, há também a meditação sobre a condição da mulher negra em uma sociedade patriarcal, regida pelos postulados da mentalidade dominante ocidental (meditação essa travada por um sujeito autoral sobre o qual pesam muitas das relações de poder ficcionalizadas nas narrativas).

Logo, também é possível argumentar acerca da configuração da dor como companheira incessante das personagens anunciadas ao longo de *Insubmissas lágrimas*. Na realidade, na antologia não há apenas uma grande ênfase na fundação da dor física — Aramides Florença, Shirley Paixão e Lia Gabriel experienciam no próprio corpo a impetuosidade da violência de seus próprios pares —, mas há também a identificação da dor emocional (sob a forma do rebaixamento moral), como um dos aspectos contínuos da memória feminina e negra.

Em “Rose Dusreis”, por exemplo, o presente bem sucedido e o talento reconhecido da bailarina que protagoniza o conto não apagam as recusas e desconfianças profissionais pelas quais passa em razão de seu pertencimento étnico-racial. Das argumentações acerca da incompatibilidade de seu “tipo físico” para o balé (EVARISTO, 2011b, p. 92), passando pela sua substituição forçada em uma peça, na qual se opta por escalar uma menina branca pintada de negro, à introdução ao trabalho doméstico na congregação em que é entregue ainda quando pequena, Rose Dusreis enumera as provações pelas quais teve que passar ao assumir-se como mulher negra em espaços historicamente dominados pela população branca. Sendo, quase sempre, a única afrodescendente dos grupos em que atua, Dusreis terá que alcançar a própria glória em uma estrada marcada por sentenças adversativas — “a cada dificuldade que me era apresentada, a minha determinação crescia, apesar de...”. Estrada essa apenas passível de ser percorrida por meio do domínio de um “bailado da existência” (EVARISTO, 2011b, p. 93; 98).

Da mesma forma, a personagem central de “Regina Anastácia” sentirá a dor do combate aos resquícios da ideologia escravocrata, vigentes de forma peculiar nas cidades do interior brasileiro. Negra, em um espaço dominado pela mesma família latifundiária branca desde os tempos coloniais, os D’Antanho, a protagonista enfrentará uma dupla oposição ao iniciar um namoro com o jovem Jorge D’Antanho e

ao abrir um pequeno negócio de doces com a mãe (anteriormente, todos os familiares de Anastácia trabalhavam para a família dominante da cidade). À custa de muito trabalho e da excomunhão de Jorge do círculo dantanhense, Anastácia conseguirá alcançar a realização profissional e pessoal, contestando assim o poderio econômico instaurado a partir do sistema escravagista e, principalmente, refutando a crença de que ela, enquanto mulher negra, seria uma pessoa imprópria ao compromisso matrimonial.

Não se pode esquecer também a dor-memória da heroína de “Maria do Rosário” que, ao ser raptada, sente em si o sofrimento inculcido às milhões de vítimas do tráfico negreiro. A magnitude do trauma vivido pela personagem será tamanha que, mais tarde, pelo medo de se repetirem com seus filhos os tristes episódios que marcaram sua infância, Rosário irá abortar todos os seus rebentos:

E, quando alcancei a gravidade da situação, por muito tempo pensei que fosse acontecer comigo o que, muitas vezes escutei os mais velhos contar. As histórias de escravidão de minha gente. Eu ia ser vendida como uma menina escrava.

.....  
Mas o tempo foi passando. (...)

.....  
Namorei, casei, descasei algumas vezes. Filhos nunca tive, evitei e, as vezes em que engravidei, não deixei chegar ao término. Não queria ter família, tinha medo de perder os meus. (EVARISTO, 2011b, p. 41; 44; 45)<sup>52</sup>

Há também as dores ocultas, mas presumíveis, de Saura Benevides, que, no ato de enjeitar a própria filha, também rejeita os traços físicos que a criança herda de sua *família branca*. Por fim, as feridas próprias do corpo negro entrelaçam-se intimamente àquelas usualmente inculcidas sobre o corpo-mulher, através das palavras dirigidas à personagem Isaltina Campo Belo, pelo seu namorado e futuro algoz: “Afirmava que eu deveria gostar muito e muito de homem, apenas não sabia

---

<sup>52</sup> Pode-se aqui fazer uma relação entre o conto “Maria do Rosário” e o romance *Beloved* (1987), de Toni Morrison. Na narrativa, que se inspira em um caso real de 1855, ocorrido com a escrava fugitiva Margareth Garner, a personagem Sethe matará sua própria filha, a fim de poupá-la dos flagelos da escravidão.

(...) afirmava, com veemência, que tinha certeza de meu fogo, **pois afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra...**” (EVARISTO, 2011b, p. 55, grifo nosso).

No corpo e na alma, em razão de sua etnia e de seu sexo, essas mulheres são, portanto, marcadas por um sofrimento concebido e manifesto em uma dupla instância. Através dos machucados profundos que se inauguram no zunir do açoite colonial e que se perpetuam nas discriminações veladas da contemporaneidade, as identidades às quais as personagens de *Insubmissas* remetem são fundadas. Na imposição da dor e na expressão do sofrimento, a ferida, inaugura-se, portanto, a *diferença* da mulher negra.

#### 2.4.2 Na diferença, a unidade

No ensaio intitulado “Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira”, Conceição Evaristo irá conceituar a literatura como espaço em que vigora “um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra” (2005, p.52). A negatividade de tal representação, nos explica a autora, consiste em manter vivas as cores das pinturas nas quais se retratam as nuances de um passado escravo. Nessas imagens remotas, que ainda ecoam nos flashes despontados na atmosfera hodierna, quase sempre a afrodescendente se traduz simplesmente como “corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor” (EVARISTO, 2005, p. 52).

Análoga à difusão em massa de tais ilustrações degradantes, Evaristo também irá identificar uma ausência axial dentro do universo literário brasileiro: a figura da mãe negra. Na definição da autora:

Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra. Quanto à mãe-preta, aquela que causa comiseração ao poeta, cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus. Na ficção, quase sempre, as mulheres negras surgem como infecundas e portanto perigosas. (EVARISTO, 2005, p. 53)

Atenta a esse movimento de conversão da alteridade em negatividade, a autora de *Insubmissas lágrimas de mulheres* irá intentar em sua antologia uma via sensivelmente contrária. Dos treze contos presentes na obra, oito narram histórias de mulheres que, de alguma forma, passam pela experiência da maternidade. Mais do que isso, como visto anteriormente, grande parte dos enredos irá consolidar a figura da mãe como personagem elementar para a subsistência e resistência das famílias negras.

A resistência, aliás, será mais um dos fatores empregados por Evaristo, a fim de constituir uma ótica positiva da diferença edificada nos corpos femininos e negros. Muitas das personagens, entre elas, Aramides Florença, Shirley Paixão e Lia Gabriel, ao se verem defrontadas com imposições racistas e sexistas, arriscam-se em uma luta diária e solitária em busca de dignidade. Marcadas pelos dissabores de uma história passada e presente e impulsionadas pelo desejo de um porvir melhor aos filhos que concebem e amparam, essas mulheres, por meio de ofícios que lhes foram ensinados por suas antepassadas ou através das profissões que aprendem por força do empreendedorismo imperioso à subsistência dos mais desvalidos<sup>53</sup>, irão condicionar seus corpos e mentes ao extenuante caminhar pela sobrevivência.

O resistir, edificado como pedra angular da diferença afro-feminina, não é, todavia, apresentado de forma ingênua ao longo de *Insubmissas*. Ressoando as advertências de bell hooks (1990) sobre a romantização da agência negra, os enredos da antologia aqui estudada refletem a noção de que “ser forte perante a opressão não é o mesmo que superá-la”<sup>54</sup> (HOOKS, 1990, p. 6, tradução nossa). As vitórias momentâneas narradas pela maioria das personagens, ou mesmo aquelas conquistas perenes, ostentadas por Regina Anastácia na opulência de seus noventa e um anos, carregam consigo a sutil e estrênuo sombra da opressão. Nos episódios mesmos em que as protagonistas dos contos se rebelam, deixando para trás seus homens e dominadores, as narrativas reportar-se-ão aos abusos a que esses mesmos opressores certamente experimentam enquanto afrodescendentes: “não se

---

<sup>53</sup> “Tudo tem conserto”: indicará o nome da loja de pequenos consertos inaugurada pela personagem Lia Gabriel, a única mulher a ter uma oficina eletrônica em sua cidade.

<sup>54</sup> No original: to be strong in the face of oppression is not the same of overcoming oppression.

sabe como a sociedade oprime o marido de Aramides e de Shirley Paixão, somente podemos assegurar que a opressão faz parte da vida de toda uma população negra” (PEREIRA, 2012, p. 4).

Certamente, ao privilegiar a realidade negra no intuito de retratar as insubmissas lágrimas de mulheres que batizam a sua mais recente antologia, Conceição Evaristo não está a fixar uma visão segregacionista da experiência feminina. Embora defenda a concepção de que sua perspectiva é inevitável e propositalmente afro orientada, a autora não propõe, em instante algum, que a vivência da mulher negra seja apartada daquelas experiências de suas irmãs de gênero. No título do livro, tanto a insubmissão quanto as lágrimas são das mulheres como um todo. E embora os enredos afirmem as especificidades que singularizam cada grupo feminino, eles também evidenciam que “as mulheres não precisam erradicar a diferença, a fim de se tornarem solidárias” (HOOKS, 1984, p. 65, tradução nossa)<sup>55</sup>.

Unidade não é o mesmo que homogeneidade, sentenciará Audre Lorde. A mesma pensadora também nos ensinará que o reconhecimento das diferenças entre nós, mulheres, é primordial a fim de “enriquecermos nossas perspectivas e nossos esforços conjuntos” (LORDE, 1984, p. 122, tradução nossa)<sup>56</sup>. Unidade não é um antônimo para diferença, nos apontam as mulheres de *Insubmissas lágrimas*. Casadas e solteiras; inseridas nos *halls* da academia e semialfabetizadas; crianças, jovens e idosas; felizes no amor e vítimas das relações de poder que se instauram junto à consolidação dos laços matrimoniais; hetero e homossexuais; condizentes a [quase] todos os parâmetros estipulados para o corpo feminino e deficientes físicas; mães, madrastas e estéreis. Os sujeitos pertencentes a esses inúmeros eixos de subalternidade, apontados ao longo da antologia, verão no gênero um dos principais martelos acionados a fim de dar-lhes contorno inaugural e derradeiro.

A diferença não é um obstáculo para a identidade. Podemos nos arriscar a afirmar que, sob a pena autoral de Conceição Evaristo, a identidade entre as

---

<sup>55</sup> No original: “Women do not need to eradicate difference in order to feel solidarity”.

<sup>56</sup> No original: “ (...) to enrich our visions and our joint struggles”.

sucessoras de Eva funda-se justamente por meio de suas relações de alteridade. Da alteridade identificada por Evaristo não se forma a cisão no interior do mesmo sexo, mas cria-se a urgência por práticas de solidariedade. As diferenças entre as mulheres são inúmeras, mas também incontáveis são as lutas por elas compartilhadas. A diferença não inibirá a unidade das protagonistas de *Insubmissas* com as outras personagens mulheres, com a narradora que lhes reconta as histórias, com a autora que as concebe e nem mesmo com aquelas que as recriam no vivo ato da leitura. Assim, sob o olhar de todas as narrativas analisadas ao longo desta dissertação, pode-se enfim, esboçar uma possível compreensão da categoria mulher, conforme pensada por Conceição Evaristo: a identidade emerge da diferença e é a partir da diferença que se inaugura a unidade entre aquelas, que sob a égide da natureza e da cultura, foram designadas mulheres.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*FÊMEA-FÊNIX*  
(Para Léa Garcia)

*Navego-me eu-mulher e não temo,  
sei da falsa maciez das águas  
e quando o receio  
me busca, não temo o medo,  
sei que posso me deslizar  
nas pedras e me sair ilesa,  
com o corpo marcado pelo olor  
da lama.*

*Abraso-me eu-mulher e não temo,  
sei do inebriante calor da queima  
e quando o temor  
me visita, não temo o receio,  
sei que posso me lançar ao fogo  
e da fogueira me sair inunda,  
com o corpo ameigado pelo odor  
da chama.*

*Deserto-me eu-mulher e não temo,  
sei do cativante vazio da miragem,  
e quando o pavor  
em mim aloja, não temo o medo,  
sei que posso me fundir ao só,  
e em solo ressurgir inteira  
com o corpo banhado pelo suor  
da faina.*

*Vivifico-me eu-mulher e teimo,  
na vital carícia de meu cio,  
na cálida coragem de meu corpo,  
no infindo laço da vida,  
que jaz em mim  
e renasce flor fecunda.  
Vivifico-me eu-mulher.  
Fêmea. Fênix. Eu fecundo*

(Conceição Evaristo)



No depoimento que realiza durante o V Colóquio *Mulheres em Letras*, promovido pela Faculdade de Letras da UFMG, em 2013, Conceição Evaristo inicia sua fala narrando aos presentes um dos mitos de Oxum. No desenrolar do enredo, somos dados a conhecer que a referida orixá, originalmente, era uma mulher muito pobre, que trabalhava em uma feira vendendo artigos diversos. Em frente à praça onde se estendia a feira, avistava-se o palácio do rei. Extenuando-se todos os dias em um trabalho que não a demovia de sua condição miserável, Oxum revolta-se ao mirar o palácio e o monarca, que prosperavam sem esforço algum. Diante de sua indignação, a orixá decide procurar Ifá, “o dono do segredo”, aquele que “decifra o jogo da vida das pessoas” (EVARISTO, 2013b). Ao revelar ao oráculo seu aborrecimento diante da injustiça que se configurava na condição de pobreza por ela vivida e no *status* de ostentação sustentado pelo rei, a heroína é aconselhada a levar um cesto de presentes para aquele que tanta ira lhe causava.

Ainda que um pouco desconfiada e confusa, Oxum prepara o cesto indicado por Ifá e dirige-se à corte. Assim que avista o palácio do rei, no entanto, ela não mais suporta a irritação que há muito carregava e passa a esbravejar: “Olha só! Eu, que trabalho tanto, não tenho nada, e aquele rei, que não faz nada, está coberto de riqueza?” (EVARISTO, 2013b). Ao bradar, repetidamente, a mesma fala, Oxum chama a atenção do rei, que envia alguns de seus vassallos à praça, para compreender a comoção causada por aquela mulher. Descobrimos a verdadeira motivação da indignação de Oxum, o monarca pede a seus subordinados que levem um pouco de seu ouro àquela que vociferava, a fim de calá-la. Em detrimento do ouro recebido, a mulher persistirá em seu protesto: “Eu, que trabalho tanto, não tenho nada, e aquele rei, que não faz nada, está coberto de riqueza?” (EVARISTO, 2013b). E quanto mais Oxum queixava-se, mais ouro o rei lhe enviava, na esperança de silenciá-la. À medida que aquele brado ecoava, outras mulheres negras se aproximavam, irmanando-se em coro com Oxum e, progressivamente, destituindo o rei de sua tranquilidade despótica. Concluindo essa narrativa, Conceição Evaristo sentenciará:

E, assim, Oxum tornou-se a dona do ouro. E não só a dona do ouro, como também uma espécie de porta-voz das mulheres. E é assim que eu gostaria de construir a minha literatura: que ela pudesse ser porta-voz das vozes das mulheres negras. (EVARISTO, 2013b).

Ao chegar às passagens finais do presente estudo e tendo percorrido um considerável itinerário em que se problematizaram os contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, penso ter os instrumentos necessários ao menos para questionar: terá Evaristo alcançado o intento acima exposto? Em *os intelectuais e o poder*, Michel Foucault e Gilles Deleuze afirmam o caráter acessório do intelectual no que tange ao saber e à expressão das massas: “(...) o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, (...) e elas o dizem muito bem” (FOUCAULT, 1993, p. 71). Estatuído, pois, esse cenário, os pensadores defendem que a função precípua do intelectual, hoje, não é mais colocar-se como porta-voz da “muda verdade de todos” (FOUCAULT, 1993, p. 71), mas justamente combater as instâncias de poder em que se pretende veicular tal verdade.

Discordando do olhar dos autores franceses e denunciando, inclusive, o papel efetivo da intelectualidade ocidental na manutenção da subalternidade do sujeito não europeu, Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?*(2010), irá afirmar a impossibilidade de fala àqueles a quem é negado o mínimo acesso aos domínios do imperialismo cultural. Sem negar a existência de clamores advindos das camadas subalternas, o que a autora irá identificar como fator problemático é a inexistência de diálogo entre os espaços hegemônicos e aqueles que lhe são submissos:

Para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo (SPIVAK, 2010, p. 60-61).

No eco deixado pelos postulados de Foucault e Deleuze e em sua contestação por Spivak, vê-se configurada uma posição intrincada para a análise da escrita de Conceição Evaristo. Defendemos e apontamos reiteradamente ao longo do presente estudo o direcionamento político-inclusivo da obra artística e intelectual

da autora. Destacamos que em seus escritos ficcionais e, particularmente, na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres*, dois dos sujeitos mais degradados no contexto das relações de poder (mulheres e negros) são transportados de uma posição excêntrica para se tornarem temática nuclear dos enredos. Esclarecemos também que Conceição Evaristo foi, e é, de fato, personagem de muitos dos eixos de exclusão por ela retratados em seus textos ficcionais.

Todavia, essa persona entrelaçada a feridas incorporadas por Rose Dusreis, Lia Gabriel e tantas outras personagens de sua antologia, também é entrecortada pelo papel exercido por Foucault e Deleuze e criticado, embora o seja também exercido, por Spivak. Maria da Conceição Evaristo de Brito, intitulada Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense, não só tem acesso, como também participa dos meios em que se instituem os saberes hegemônicos. Conquanto abrigue em sua fala demandas advindas das camadas mais subjugadas dos extratos sociais brasileiros, Evaristo tem também seu discurso fortemente ancorado no posto de intelectualidade a ela conferido. A veiculação de suas ideias e ideais será, portanto, continuamente influenciada (privilegiada/marginalizada) em virtude dos vínculos e afiliações que ela venha a estabelecer no interior da academia.

Desse modo, ao instituir como um dos objetivos de sua escrita ser “porta-voz das vozes das mulheres negras”, Evaristo, encurralada no limiar identitário supracitado, incita-nos uma dúvida maior: por meio da fala que percorre todos os contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, é possível ouvir incólume a voz daquelas a quem a autora deseja representar (aquelas que, em muitos aspectos, a autora também o é)? Em outros termos, tomando por empréstimo a expressão pós-colonial, pode-se afirmar que o subalterno fala através da voz autoral de Conceição Evaristo?

A despeito de demarcar a representação social como um dos objetivos centrais de sua escrita — e aqui utilizamos o termo em sua semântica ambivalente, salientada por Spivak (2010): falar por e “re-presentar” (p. 33) — a autora de *Insubmissas lágrimas* não parece pretender que seu discurso seja exaltado, ou sequer reconhecido, como canal puro onde atravessam e ressoam vozes outrora

silenciadas. Acredito que, no movimento de portar a voz das mulheres e, em especial, a das mulheres negras, Evaristo, consciente e subversivamente, vale-se dos amplificadores e equalizadores corriqueiramente utilizados pelas forças dominantes, a fim de subjugar determinados conjuntos sociais. Assim como proposto por Foucault e Deleuze e ratificado por Spivak, julgo que Conceição Evaristo compreende a urgência de se corromperem as vias de irradiação do saber e do poder e que, compreendendo tal demanda, procura satisfazê-la também penetrando nos próprios domínios de onde emana a opressão, dentre eles, a literatura.

Nesse ato de insubordinação, identifiquei o grande préstimo de Evaristo e, principalmente, dos contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres* para o debate das políticas de minorias na contemporaneidade. Conforme apontado na introdução desta dissertação, há, no debate feminista atual, a tendência a uma reaproximação do conceito “mulher”, enquanto categoria política. Tal retomada, que procura um ponto de equilíbrio entre boa parte dos universalismos propostos no feminismo da década de 1960 e as abstrações intrínsecas às discussões de gênero a partir de meados de 1970, refletirá a premência de um retorno ao corpo da mulher e às condições empíricas de opressão relegadas ao sexo feminino. Mulher, nessa nova concepção, será, portanto, um espaço estratégico para onde convergem distintas postulações sociais, embora sejam todas elas intimamente entrelaçadas às questões de gênero.

Em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, segundo apontamos até aqui, há a constante reverberação dessa tônica presente no debate feminista contemporâneo. Valendo-se de um lugar de identidade frequentemente subalternizado — a condição de mulher — afirmei que a antologia recorre a temáticas como o corpo, a maternidade e o pertencimento étnico-racial, para demonstrar como esse mesmo espaço pode converter-se em *locus* de empoderamento e rebelião. Retratando, pois, múltiplos eixos de exclusão em seus enredos, por meio da expressão de um mesmo corpo, defendi que a obra contempla a demanda por unidade do movimento feminista, sem prescindir da questão da *diferença*, tão em voga nos debates e práticas identitárias da atualidade. Argumentei, assim, que Evaristo, em pensamento consonante aos

apontamentos de Nicholson (2000), encontrará no reconhecimento da alteridade o mecanismo fundamental para a instituição de uma confraria sustentável entre as mulheres de seus contos.

Concomitantemente, levantei aqui a correlação do *corpus* analisado com o cenário político-social das questões étnico-raciais brasileiras e, de forma específica, com o projeto de consolidação de uma literatura afro-brasileira. Argumentando acerca da sutileza e dos ardis envoltos nas discriminações impostas aos negros em nosso país, enfatizei a pertinência dos movimentos políticos e, em especial, aqueles promovidos por meio da arte, para a efetiva conscientização dos sujeitos envolvidos nessas relações. Considerando o direcionamento engajado dos escritos de Conceição Evaristo, identifiquei o mote afro orientado de *Insubmissas lágrimas* e, a partir dele, tangenciei a pertinência do movimento empreendido pela autora e suas contemporâneas para a real fundação de um cânone feminino e negro no interior da literatura brasileira.

Percorrido todo esse cenário, ainda se faz latente, nestas considerações finais, direcionar para a antologia de Evaristo uma das questões mais provocativas no que tange ao debate de minorias: ao defender uma identidade feminina ao lado e além das peculiaridades de cada indivíduo/mulher, os contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres* não estariam a promover uma política essencialista?

Conforme sustentamos, a fim de instituir as alianças que caracterizam as personagens femininas em seus contos, a autora tem de recorrer a uma noção de coesão entre as mulheres *lato sensu* e às mulheres negras, de forma particular. Essa harmonia, que se funda por meio de uma base corpórea e também ideológica, revalida e concebe alguns dos paradigmas empregados para unificar a experiência feminina e negra, respectivamente. Embora os enredos dediquem-se de forma especial à questão da *diferença*, o entrelaçamento entre as mulheres dá-se, frequentemente, através da universalização de algumas de suas vivências, como o sofrimento materno, a objetificação feminina e a agressão (física e emocional) ao corpo negro.

Nesse sentido, as noções de pertencimento de gênero e de raça e etnia reivindicados por Evaristo na antologia em questão são, em alguns aspectos, aquelas contra as quais se luta bravamente, desde os anos 1960, com a ampliação das discussões sobre identidade e com o desmantelamento da coesão e racionalismo cartesianos. Para Zygmunt Bauman,

ajustar peças e pedaços para formar um todo consistente e coeso chamado “identidade” não parece ser a principal preocupação de nossos contemporâneos (...). Uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. (BAUMAN, 2005, p. 29-30)

Do mesmo modo, Stuart Hall (2006, p. 13), em suas especulações sobre a identidade cultural na pós-modernidade, defenderá a identidade como entidade “formada e transformada continuamente”, a partir da instauração de cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas (a retomada do pensamento marxista na década de 1960; o Inconsciente freudiano; a linguística estrutural de Saussure; os estudos de Foucault em torno do poder disciplinar e a política de identidade aventada pelo movimento feminista nos anos 60) e, especialmente, a partir da globalização, que

tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. (HALL, 2006, p. 87)

Isso posto, ao adotar o conceito “mulher” e ao instituí-lo como significação de incontáveis lugares de subalternidade, *Insubmissas lágrimas* pode, sim, converter-se em instrumento de combate a um sexismo multifacetado, oculto em diversas relações de poder. Por outro lado, também é possível contra-argumentar: se concebermos a identidade na pós-modernidade como uma “celebração móvel” (HALL, 2006, p. 11) e a sua busca como o sinônimo de “alcançar o impossível” (BAUMAN, 2005, p. 16), os processos de identificação do sujeito mulher (mesmo que de forma caleidoscópica), refletidos nos enredos de *Insubmissas*, não se consistiriam

em um caminhar às avessas, nocivo à afirmação das novas e voláteis configurações socioculturais nas quais se inscrevem o gênero, a raça, a sexualidade etc?

Ainda que o questionamento acima seja válido, é preciso confrontá-lo com as considerações de Gayatri Spivak em “Criticism, Feminism, and the Institution”. Nessa entrevista, a autora defenderá a adoção do essencialismo como estratégia de disputa, sobretudo para o movimento feminista. A unidade do grupo, sob esse prisma, não será tomada por uma perspectiva ontológica, calcada nos parâmetros da autenticidade identitária (BONDI, 1993), mas por um olhar estratégico, ideológico e reconhecidamente criativo, em favor de uma coesão primordial à efetividade da ação conjunta dos indivíduos ligados ao movimento. Para Spivak, a vinculação a práticas essencialistas será não apenas medida fundamental, mas também inevitável à atividade de categorias como “as mulheres”. Afinal, de acordo com a autora, ao propor-se uma prática feminista, por si só, já se está a adotar uma postura universalizante. A medida mais plausível, dessa forma, será assumir e posteriormente reverter os signos outrora utilizados para essencializar/submeter o conjunto social dominado:

Julgo extremamente oportuno posicionar-se contra discursos essencialistas, universalistas quando esses se traduzem nos termos do universal — da filosofia clássica alemã ou do universal enquanto o homem branco de classe alta ... etc. Mas *estrategicamente* não podemos fazê-lo. Mesmo quando falamos em prática *feminista*, ou privilegiamos a prática em detrimento da teoria, estamos universalizando — não somente generalizando, mas universalizando. Uma vez que o momento de essencializar, universalizar, dizer sim à questão ontofenomenológica, é irreduzível, situemo-la no momento, tornemo-nos vigilantes sobre a nossa própria prática e usemo-la o máximo que pudermos ao invés de optar pelo gesto totalmente contra-produtivo de repudiá-la. (...) O universalismo que se escolhe em termos de anti-sexismo é o que o outro lado nos dá, definindo-nos genitivamente. Você escolhe o universal que lhe dará o poder para lutar contra o outro lado (...). (SPIVAK, 2014, p. 11-12, tradução nossa)

<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> No original: “I think it’s absolutely on target to take a stand against the discourses of essentialism, universalism as it comes in terms of the universal — of classical German philosophy or the universal as the white upper-class male ... etc. But *strategically* we cannot. Even as we talk about *feminist* practice, or privileging practice over theory, we are universalizing — not only generalizing but universalizing.

Em diálogo indireto com Spivak, Woodward (1997), ao retomar Mohanty, irá alertar-nos acerca das armadilhas político-ideológicas envoltas na promoção integral da diferença e, por conseguinte, na exclusão da noção de comunidade. A celebração cega da alteridade, para o autor, traz em seu bojo o perigo do apagamento das opressões comuns, bem como das práticas de dominação incutidas a determinado grupo em razão do entrelaçamento identitário (ou da crença sobre a existência desse entrelaçamento) estabelecido entre seus componentes. Trata-se, acima de tudo, de um ceticismo sobre o alcance irrestrito e incessante da noção de fragmentação identitária:

Pluralidade é então tanto um ideal político quanto um *slogan* metodológico. Mas... uma pergunta incômoda persiste. Como negociamos entre a minha história e a sua? (...) É necessário afirmar nossas densas peculiaridades, nossas diferenças vividas e imaginadas. Mas poderíamos deixar de refletir sobre como nossas diferenças são entrelaçadas e, de fato, organizadas hierarquicamente? Poderíamos, em outras palavras, conceber a possibilidade de termos realmente histórias completamente diferentes, de ver a nós mesmos vivendo — e tendo vivido — em espaços totalmente heterogêneos e descontínuos? (MOHANTY, 1989, apud WOODWARD, 1997, p. 19, tradução nossa)<sup>58</sup>

Evidentemente, por tudo que foi exposto ao longo deste estudo, creio que a estratégia levantada por Spivak como oportuna ao feminismo também se constitui em medida adequada ao movimento negro. A mesma unidade cara a uma atuação anti-sexista sólida e duradoura, também o é para a proposição de políticas que

---

Since the moment of essentializing, universalizing, saying yes to the onto-phenomenological question, is irreducible, let us at least situate it at the moment, let us become vigilant about our own practice and use it as much as we can rather than make the totally counter-productive gesture of repudiating it. (...) The universalism that one chooses in terms of anti-sexism is what the other side gives us, defining us genitally. You pick up the universal that will give you the power to fight against the other side (...)."

<sup>58</sup> No original: "Plurality [is] thus a political ideal as much as it [is] a methodological slogan. But .. a nagging question remains. How do we negotiate between my history and yours? (...) It is necessary to assert our dense peculiarities, our lived and imagined differences. But could we afford to leave unexamined the question of how our differences are intertwined and indeed hierarchically organized? Could we, in other words, really afford to have entirely different histories, to see ourselves as living — and having lived — in entirely heterogeneous and discrete spaces?"



dignifiquem as condições de vida da população afrodescendente. Paralelamente, penso que tanto essa faceta estratégica do essencialismo quanto os ardis da diferença, apontados por Woodward e Mohanty, são efetivamente considerados por Evaristo no momento em que concebe os enredos de *Insubmissas lágrimas de mulheres*. As narrativas estudadas realmente deixam transparecer a convicção em um empírico e imprescindível elo entre as mulheres. Elo esse paradoxalmente instituído em detrimento e em razão das diferenças existentes entre as mesmas personagens. Parece-me, portanto, que Evaristo escreve envolta em uma permanente consciência desta realidade: da mesma forma que as singularidades de um indivíduo não impedem o seu agrupamento em determinada comunidade de exclusão, elas também não obstam o seu vínculo a grupos de resistência específicos.

Neste momento, apesar da distância que supostamente sou obrigada a estabelecer entre mim e o *corpus* de minha dissertação, parafraseio aqui Conceição Evaristo e reitero que não me é possível desvencilhar-me de meu pertencimento de gênero e meus inúmeros outros vínculos identitários no momento em que leio *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Não sou idosa, nem mãe; também não sou negra, nem branca (e, aliás, muito provavelmente refugie-me no entre-lugar da morenidade anunciado por Elisa Nascimento); jamais fui vítima de violências similares às sofridas por Aramides Florença, Shirley Paixão e Lia Gabriel e, não sendo homossexual ou deficiente física, o máximo que sei das vivências e percalços desses dois perfis identitários é aquilo que vi e ouvi tanto de pessoas próximas, quanto de totais estranhos.

No entanto, embora eu não me identifique e não pertença à maioria dos eixos de subalternidade expostos na antologia de Conceição Evaristo, e também embora eu não seja capaz e não ambicione falar pelas mulheres a quem a autora representa nesses textos ficcionais, afirmo que me empatizo com todas as histórias ali narradas e que enxergo nelas um apelo que sinto, enquanto mulher que sou, nos cotidianos atos de trabalhar, estudar, relacionar-me e viver, enfim, em uma sociedade eminentemente sexista. Assim como o vislumbro nas personagens dessa

antologia, identifico em mim e nas mulheres que integram o meu círculo social (ou não), um tenaz “**apesar de**”, que nasce de uma relação combativa às opressões e limites impostos ao meu sexo ainda hoje.

Isso posto, talvez, — e talvez aqui é, realmente, a expressão mais apropriada, haja vista a liquidez das certezas pós-modernas — julgo que o caminho mais oportuno, a fim de tornar acessório o uso da expressão adversativa supracitada, para o debate feminista e negro, seja a adoção da estratégia proposta por Spivak e concretizada nos contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Entendo que a inclusão do sexo feminino e, especialmente, da mulher negra, nos mais diversos âmbitos, somente irá concretizar-se à medida que se multiplicarem em sociedade pulsões de insubordinação, como as que regem Conceição Evaristo no interior e à margem dos domínios da literatura. Identificando-se pelo paradoxo nuclear de sua existência, enquanto seres imersos na cultura — igual a todas e diferente todas —, creio, por fim, que é fundamental às mulheres, assim como o é para Natalina Soledad, primeiramente “esgotar, acabar, triturar (...) esfarinhar” e reinventar o signo com o qual foram batizadas, para que aí, então, secas muitas de suas insubmissas lágrimas, possam finalmente “se despir do nome e da condição antiga” (EVARISTO, 2011b, p. 23; 24).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus post-structuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. **Signs**: Journal of Women in Culture and Society, Chicago, v. 13, n. 3, p. 405- 437, Spring, 1988.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia e GOMES, Heloisa Toller. (Orgs). **Crítica pós-colonial. Panorama de leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2013, 139-155.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Flávia Santos de. **Uma escrita em dupla face**: a mulher negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal Paraíba, João Pessoa, 2007.

ARAÚJO, Bárbara. **Conceição Evaristo**: literatura e consciência negra. [s.l.], 22 nov. 2011. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2011/11/conceicao-evaristo/>>. Último acesso em 20/06/2014.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Vol II. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BHABHA, Homi K. . **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2003.

BIGWOOD, Carol. Renaturalizing the body (with the help of Merleau-Ponty). In: WELTON, Donn. (Org.). **Body and the Flesh: a philosophical reader**. Malden/Oxford: Blackwell Publishers, 1998. p. 99-114.

BLOOM, Harold. **A angústia da influência: uma teoria da poesia**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BONDI, Liz. Locating Identity Politics. In: KEITH, M.; PILE, S. (eds.). **Place and the Politics of Identity**. London: Routledge, 1993. p. 84-101.

BONNICI, T. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

BONNICI, T. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009

BUCKLEY, Thomas e GOTTLIEB, Alma. **Blood magic: The anthropology of menstruation**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering**. Psychoanalysis and the sociology of gender. Berkeley: University of California Press, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. The Social Construction of Black Feminist Thought. In: **Signs: Common Grounds and Crossroads: Race, Ethnicity, and Class in Women's Lives**, Chicago, v. 14, n. 4, p. 745-770, Summer, 1989.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 68-90, 2002.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismos e pós-colonialismos. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 655-658, maio-agosto, 2013.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária**: uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

DALCASTAGNÉ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez., 2005.

DE LAURETIS, Teresa. Upping the Anti [sic] in Feminist Theory. In: DURING, Simon (Org.). **The Cultural Studies Reader**. London: Routledge, 1999. p. 307-319.

DELEUZE E GUATTARI. **KAFKA**: por uma literatura menor. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DEVI, S. P. Sampat Pal Devi: "Aqui, se for tímida, você morre". **Revista Época**, [S.l.], 13 nov. 2012. . Entrevista concedida a Flávia Yuri Oshima. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/11/sampat-pal-devi-aqui-se-timida-voce-morre.html>> Acesso em 26/12/14.

DUARTE, Eduardo Assis. e FONSECA, Maria Nazaré (orgs.) **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DUARTE, Eduardo Assis. Faces do negro na literatura brasileira. In: LITERATURA E VOZ SUBALTERNA, 2013, Vitória. **Anais...** Vitória: GM, 2013. p. 261-273.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares**: cultura afro-brasileira, Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, Ago., 2005.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: Maria Nazareth Soares Fonseca; Terezinha Taborda Moreira. (Org.). **Literatura Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25., p. 17-31, 2º sem., 2009

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo. In: DUARTE, E. A. e FONSECA, M. N. (orgs.) **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte:

UFMG, 2011a, p. 103-116. Entrevista de Conceição Evaristo concedida a Eduardo Assis Duarte.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011b.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013a.

EVARISTO, Conceição. **Depoimento da escritora Conceição Evaristo**. [s.l.], 07 set. 2013b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=heHftI429U4>>. Acesso em 20/01/15.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. Estudos Subalternos: uma introdução. **Raído**. Dourados, MS, v. 7, p. 83-92, jan./jun., 2010.

FONSECA, M.N. S. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **Ditos e escritos**. Vol. V. Ética, sexualidade e política. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 144-162.

FOUCAULT, Michel. O que é o autor? In: **Ditos e escritos**. Vol. III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2009, 264-298.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/Brasília: Ed. José Olympio/INL-MEC, 1980.

FREUD, Sigmund. A negativa [1925]. In: **Obras psicológicas completas**. Tradução: José Otávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. 19, p. 295-309.

GAMA, Lígia Barros. **Kosi Ejé Kosi Orixá**: Simbolismo e representações do sangue no candomblé. 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

GARCIA, Leila Posenato et. al.. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013. Disponível em:

<  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_femicidio\\_lailagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_lailagarcia.pdf)> Acesso em: 01/05/15.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. **The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-century Literary Imagination**. London: Yale University Press, 1984.

GODOY, M. C.. Recontando histórias em Insubmissas lágrimas de mulheres de Conceição Evaristo. **Revista Z Cultural** (UFRJ), Rio de Janeiro, Ano VIII, p. 1-7, 2013.

GONÇALVES, Anamélia Fernandes. **Corpos transfigurados: representações do corpo na ficção de Paulina Chiziane**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile bodies: toward a corporeal feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEKMAN, Susan. **Material bodies**. In: WELTON, Donn. (Org.). **Body and the Flesh: a philosophical reader**. Malden/Oxford: Blackwell Publishers, 1998. p. 61-70.

HOOKS, bell. Sisterhood: political solidarity between women. In: **Feminist Theory: from margin to center**. New York: South End Press, 1984. p. 43-65.

HOOKS, bell **Ain't I a woman: black women and feminism**. London: Pluto Press, 1990.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IANNI, Octávio. Literatura e Consciência. In: DUARTE, E. A. e FONSECA, M. N. (org.) **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p.183-196.

IPEA. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: IPEA, 2014a.

IPEA diz que são 26% e não 65% os que apoiam ataques a mulheres. [s.l.], 2014b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/04/ipea-diz-que-sao-26-e-nao-65-os-que-apoiam-ataques-mulheres.html>> Acesso 05/01/15.

IRIGARAY, Luce. **This Sex Which is Not One**. Trad. Catherine Porter e Carolyne Burke. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

KLINGER, Diana. **Escritas de si e escritas do outro**: auto-ficção e etnografia na literatura latino-americana contemporânea. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em Letras. Literatura Comparada) – UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror**. New York: Columbia UP, 1982.

LORDE, Audre. Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference. In: **Sister Outsider**: Essays and Speeches. Freedom, CA: Crossing Press, 1984. p. 114-123.

LUCENA, Patrícia. **Cresce presença de homens em profissões “femininas”**. [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/cresce-presenca-de-homens-em-profissoes-femininas/n1238147123211.html>> Acesso em 26/12/14.

MACHADO, Lia Zanotta. "Violência doméstica contra as mulheres no Brasil: avanços e desafios ao seu combate". In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Cartilha Violência Doméstica**: Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica. Brasília: Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. 2006. p. 14-18.

MAGNABOSCO, Maria Madalena. Mal-estar e subjetividade feminina. In: **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v, III, n, 2, p. 418 - 438, set., 2003.

MARCONDES, M. M; PINHEIRO, L; QUEIROZ, C; QUERINO, A.C; VALVERDE, D. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MARIA do Rosário protocola no STF queixa-crime contra Bolsonaro. [s.l.], 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/maria-do-rosario-protocola-no-stf-queixa-crime-contra-bolsonaro.html>> Acesso: 05/01/14

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

McCORMICK, Stacie Selmon. **The open wound**: writing black female bodies. 2011. 188 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – The City University of New York, New York, 2011.



MELLO, Anahi Guedes de; NUENBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set.-dez., 2012.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade. Saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGUELEZ, Nora B. Susmansky de. **Complexo de Édipo, hoje?:** novas psicopatias, novas mulheres, novos homens. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MIRANDA, Wander Melo. A Ilusão autobiográfica. In: **Corpos Escritos**. São Paulo: Edusp, 1992.

MITCHELL, Jasmine. Imaginings of Brazil as Racial Paradise. AMERICAN STUDIES ASSOCIATION CONFERENCE. Panel Organizer, 2012, San Juan. **Resumos dos trabalhos apresentados...** San Juan: [s.n.], 2012. [n.p.].

MUCHEMBLED, Robert. **O orgasmo e o Ocidente**: uma história do prazer do século XVI a nossos dias. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

NORTE, Diego Braga. Por que acontecem tantos estupros na Índia?. **Veja on-line**, São Paulo, 22 jun. 2014. Disponível: <<http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/por-que-acontecem-tantos-estupros-na-india>> Acesso em 26/12/14.

O LEGADO DE ABDIAS NASCIMENTO. [s.l.] [s.d.] Disponível em: <<http://premioabdiasnascimento.org.br/w/quem-foi-adbias-nascimento>> Acesso em 12/03/15.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do . Subalterno, periférico e marginal: os novos sujeitos da enunciação no cenário cultural brasileiro. In: LITERATURA E VOZ SUBALTERNA, 2013, Vitória. **Anais...** Vitória: GM, 2013. p. 635-648.

PBS. **Brazil: A Racial Paradise?** Disponível em: <<http://www.pbs.org/wnet/black-in-latin-america/featured/black-in-latin-america-full-episode-brazil-a-racial-paradise/224/>>. Acesso em 16/03/15.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Territórios cruzados. In: PEREIRA, Edmilson de Almeida & JÚNIOR, Robert Daibert (orgs.). **Depois, o atlântico**: modos de pensar, crer e narrar na diáspora africana. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

PEREIRA, Stefane Soares. Entre o amor e a dor: o gênero e a violência no discurso da mulher negra. In: VI SIMPÓSIO EM LITERATURA, CRÍTICA E CULTURA. Disciplina, cânone: continuidades e rupturas. **Darandina Revista Eletrônica**, Juiz de Fora, p. 1-6, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/darandina/files/2012/09/Texto-Stefane-Pereira-Template-Simp%C3%B3sio-2012.pdf>> Acesso em 05/03/15.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno de gênero e feminismo. In: LIMA COSTA, Claudia; PEREIRA SCHMIDT, Simone. (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 43-67.

POKORSKI, Maria Melania Wagner Franckowiak. **O imaginário e o simbólico na constituição do sujeito**. [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.cbp.org.br/cprs/imaginariosimbolico.pdf> > Acesso em 18/05/15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 202-212, 1992..

QUEM foi a Escrava Anastácia? [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.revistaafro.com.br/destaques/quem-foi-a-escrava-anastacia/> > Acesso em 26/03/15.

RASPANTI, Márcia Pinna. **Quem merece ser estuprada?** [s.l.], 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://historiahoje.com/?p=4526>> Acesso: 22/12/14.

RICHARD, Nelly. Feminismo, experiencia y representación. **Revista Iberoamericana**, v. 62, n. 176-177, p. 733-744, julio-diciembre, 1996.

RISÉRIO, Antônio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Trad. Christiane Rufino Dabat, Edileusa da Rocha, Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993.

SACONI, Alexandre. **Cresce presença de mulheres em profissões classificadas como masculinas como engenharia**. [s.l.], 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/cresce-presenca-de-mulheres-em->

profissoes-classificadas-como-masculinas-como-engenharia-20140221.html> Acesso em 26/12/14.

SAFFIOTI, Heleieth. A Ontogênese do Gênero. In: **A Construção dos Corpos. Perspectivas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2008. p. 149-181.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, T. L. . Leis e Religiões: as ações do Estado sobre as religiões no Brasil do Século XIX. In: ANAIS DO IV ENCONTRO DO GT NACIONAL HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES. Memória e narrativas as religiões e religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 5 n.15, jan/2013. , 2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st16/7.pdf>>. Acesso em 31/03/15.

SANTIAGO, Silviano. O Narrador Pós-moderno. In: **Nas malhas da letra: ensaios**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 44-60.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2004.

SCHOLLHAMMER, K. E. . As práticas de uma literatura menor. **Ipotesi (UFJF)**, Juiz de Fora, v. 5, n.2, p. 59-70, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, [s.d.] Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 08/02/15.

SILVA. José Carlos Gomes da. Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas. **História & Perspectivas**, v. 1. n. 39, p. 59-88, 2008.

SILVA, D. A.. Escrivências: memória, gênero e narrativa em Insubmissas Lágrimas de Mulheres. In: II SIMPOSIO AFROCULTURA, LITERATURA E EDUCAÇÃO: MINORIAS, MARGENS, MOBILIDADES, 2., 2012, Frederico Westphalen. [**Anais eletrônicos...**]. Frederico Westphalen: URI, 2012. p. 281-288. Disponível em: <<http://fw.uri.br/mestrado/simposio/anais/anais.pdf>> Acesso em: 09/03/15.

SOUZA, Adriana Soares de. **Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo**. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2011.

SOUZA, Florentina. Memória e performance nas culturas afro-brasileiras. In: ALEXANDRE, Marcos Antonio (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 30-39.

SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (orgs). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri. Criticism, Feminism and the Institution. In: **The post-colonial critic: Interviews, Strategies, Dialogues**. New York: Routledge, 2014. Entrevista concedida a Elizabeth Groz.

STEVENS, Cristina M. T. O corpo da mãe na literatura: uma ausência presente. In: STEVENS, Cristina M. T. e SWAIN, Tania Navarro. **A Construção dos Corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2008. p. 85-115.

TRAPP, R. P e SILVA, C. A. B. Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. In: **Revista Jovem Pesquisador**, Santa Cruz do Sul, v. S/N, n. 1, p. 89-98, 2010.

TRUTH, Sojourner. **Ain't I a Woman?** . Women's Convention, Akron, Ohio, 1851. Disponível em: < <http://schools.nyc.gov/NR/rdonlyres/E151FA9D-6017-4556-981F-CD076D731A72/0/SecondaryTextGuideAnswerKeyAintWoman.pdf>> . Acesso em: 08/02/15.

UM apito contra a violência. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://portaldovoluntario.v2v.net/posts/773-um-apito-contra-a-violencia>>. Acesso em 02/01/15.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

WOODWARD, Kathryn, Concepts of identity and difference. In: **Identity and difference**. London: Sage, 1987, p. 8-35.

WOOLF, Virginia. Professions for Women. In: **Virginia Woolf: selected essays**. New York: Oxford, 2008, p. 140-145.